

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GESTÃO INTEGRADA
DO TERRITÓRIO

**IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL HIDRELÉTRICA AREIA BRANCA NO
TERRITÓRIO DE SANTO ANTÔNIO DO MANHUAÇU: percepção dos sujeitos
sobre os impactos socioambientais**

ANA LÍGIA DE SOUZA PEREIRA

Governador Valadares

2017

ANA LÍGIA DE SOUZA PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL HIDRELÉTRICA AREIA BRANCA NO
TERRITÓRIO DE SANTO ANTÔNIO DO MANHUAÇU: percepção dos sujeitos
sobre os impactos socioambientais**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Suely Maria Rodrigues

Governador Valadares

2017

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Patrícia de Souza Sarmiento CRB 06/3025

P436d Pereira, Ana Lígia de Souza
 Implantação da central hidrelétrica Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu: percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais / Ana Lígia de Souza Pereira. - UNIVALE, 2017.
 119 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce. Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada de Território, Governador Valadares, MG, 2017.
 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Maria Rodrigues

 1. Usinas hidrelétricas – Aspectos sociais – Minas Gerais 2. Usinas hidrelétricas – Aspectos ambientais – Minas Gerais 3. Impactos socioambientais I. Universidade Vale do Rio Doce. II. Título.

CDD 363.700981

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Deus pelos seus constantes cuidados, amor e graças.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram incondicionalmente, me dando força e amor para não desistir.

Ao Alisson pelo amor, paciência e companheirismo, que me alentaram nesta caminhada, permitindo a sua conclusão.

À Kelly, uma amiga e companheira sempre disposta a ajudar. Agradeço seu apoio, incentivo e carinho.

Às minhas queridas amigas Fernanda e Bruna pela paciência de me ouvir, obrigada pelo carinho e atenção.

À Dona Edileusa que me acolheu com todo amor e carinho como uma filha.

Meu muitíssimo obrigado a minha orientadora professora Suely Maria Rodrigues, por sua dedicação e apoio ao longo desta jornada. Minha gratidão por tudo que me transmitiu enquanto aluna.

Aos professores do Mestrado minha eterna gratidão.

Às minhas queridas amigas Amanda, Maruza e Natália, que o mestrado me deu de presente. Guardo vocês no coração.

À banca de qualificação, professora Marileny B. Frauches e Patrícia Falco Genovez, pelos pertinentes apontamentos que enriqueceram essa pesquisa.

Ao padre José Marcelino Pereira, pela atenção dispensada e por enriquecer com seu valioso depoimento esta dissertação.

Aos entrevistados do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu que dividiram comigo suas experiências e sentimentos de um momento importante da vida.

Muito obrigada!

RESUMO

A geração de energia se constitui como uma necessidade básica para humanidade. Embora a implantação de empreendimentos hidrelétricos seja um desencadeador de impactos socioambientais, a energia elétrica precisa ser gerada para atender a demanda de consumo da população, se constituindo dessa forma como algo necessário. O objetivo deste estudo foi conhecer a percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca no Território de Santo Antônio do Manhuaçu. Trata-se de uma pesquisa observacional, de modelo transversal, com abordagem qualitativa. A amostra foi constituída por 14 sujeitos, sendo 7 do gênero masculino e 7 do gênero feminino, com idade entre 33 e 88 anos, residentes no núcleo urbano e/ou na área rural do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, Caratinga-MG. Para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada a partir de um roteiro contendo 11 questões visando identificar a percepção em relação à: Expectativas geradas pela construção da barragem; Mudanças ocorridas durante a construção da barragem; Reivindicações não atendidas; Suporte oferecido pelos proprietários do Empreendimento; Identidade Territorial. Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Foram identificadas as seguintes categorias a partir das temáticas: Melhoria para comunidade; Emprego; Aumento populacional; Aquecimento do comércio e aluguel; Perturbação da ordem pública; Aumento da frota de veículos automotores; Ambiental, social e na saúde; Construção da área de lazer; Unidade de saúde; Negociação confusa; Atuação insuficiente do Posto de Assistência Social; Identidade Territorial. As categorias demonstraram que os entrevistados tinham expectativas positivas em relação a construção do empreendimento hidrelétrico no Distrito, como a melhoria para comunidade e a geração de empregos. Reconhecem também que ocorreu mudanças durante o período de construção da obra, como o aumento populacional, aquecimento do comércio e aluguel, perturbação da ordem pública, aumento da frota de veículos automotores, e mudanças ambientais, sociais e de saúde. Relataram que algumas reivindicações perpetradas ao empreendedor não foram atendidas, como a construção de uma área de lazer e de uma unidade de saúde. Sobre o suporte oferecido pelos proprietários do Empreendimento, na concepção dos entrevistados as negociações de suas propriedades foram confusas e conflituosas, e a atuação do Plano de Assistência Social foi insuficiente. As categorias evidenciaram que a ocorrência de alguns impactos negativos influenciou no modo de vida da população, desencadeando um processo de enfraquecimento das identidades territoriais. Pode-se concluir que os entrevistados têm uma percepção mais negativa que positiva sobre a implantação do empreendimento hidrelétrico no Distrito, o que provavelmente está relacionado aos impactos socioambientais gerados pela construção da Barragem. Conhecer a percepção da população sobre os impactos gerados por hidrelétricas pode contribuir para que a voz dos atingidos por barragens seja ouvida. Pois, é necessário, que programas capazes de neutralizar os impactos negativos, contendo ações preventivas de monitoramento e controle, sejam implantadas com êxito.

Palavras-chave: Pequenas Centrais Hidrelétricas; Impactos socioambientais; Território; Percepção

ABSTRACT

The generation of energy is a basic necessity for humanity. Although the implementation of hydroelectric projects is a trigger for socio-environmental impacts, electricity needs to be generated to meet the consumption demand of the population, constituting this way as something necessary. The objective of this study was to know the perception of the subjects about the socioenvironmental impacts caused by the implantation of the Small White Hydroelectric Power Station in the Territory of Santo Antônio do Manhuaçu. This is an observational research, with a cross-sectional model, with a qualitative approach. The sample consisted of 14 subjects, 7 males and 7 females, aged between 33 and 88 years, living in the urban nucleus and / or in the rural area of the district of Santo Antônio do Manhuaçu, Caratinga-MG. For data collection a semi-structured interview was carried out from a script containing 11 questions aiming to identify the perception in relation to: Expectations generated by the construction of the dam; Changes occurred during the construction of the dam; Unanswered claims; Support offered by the owners of the Resort; Territorial Identity. The data obtained in the interviews were analyzed using the Bardin Content Analysis technique (2011). The following categories were identified from the themes: Community Improvement; Employment; Population increase; Heating of commerce and rent; Disturbance of public order; Increase in the fleet of motor vehicles; Environmental, social and health; Construction of the leisure area; Health unit; Confusing trading; Insufficient performance of the Social Assistance Office; Territorial Identity. The categories showed that the interviewees had positive expectations regarding the construction of the hydroelectric project in the District, such as the improvement of the community and the generation of jobs. They also recognize that changes occurred during the construction period, such as the increase in population, heating trade and rent, disturbing public order, increasing the fleet of motor vehicles, and environmental, social and health changes. They reported that some claims made to the entrepreneur were not met, such as the construction of a leisure area and a health unit. On the support offered by the owners of the Enterprise, in the interviewees' conception the negotiations of their properties were confused and conflicted, and the Social Assistance Plan was insufficient. The categories evidenced that the occurrence of some negative impacts influenced the way of life of the population, triggering a process of weakening of territorial identities. It can be concluded that the interviewees have a negative but positive perception about the implementation of the hydroelectric project in the District, which is probably related to the social and environmental impacts generated by the construction of the Dam. Knowing the population's perception of the impacts generated by hydroelectric dams can help the voice of those affected by dams to be heard. For, it is necessary, that programs capable of neutralizing the negative impacts, containing preventive actions of monitoring and control, are implanted successfully.

Keywords: Small Hydropower Plants; Social and environmental impacts; Territory; Perception

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição das temáticas e categorias resultantes da Análise de Conteúdo.....	48
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Área Diretamente Afetada

AIA – Avaliação de Impactos Ambientais

AID – Área de Influência Direta

AMFORP – American Foreign Power Company

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

AHE - Aproveitamento hidrelétrico

BIG - Banco de Informações de Geração

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social

CEMIG – Companhia Elétrica de Minas Gerais

CGH – Central Geradora Hidrelétrica

CMB – Comissão Mundial de Barragens

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

DNAE – Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra Secas

EBASCO – Electric Bond and Share Company

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil

FFE - Fundo Federal de Eletrificação

FMB – Febre Maculosa Brasileira

FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S.A.

KW – Quilowatts

LI – Licença de Instalação

LIGHT – Light and Power Co. Ltd.

LO – Licença de operação

MAB– Movimento dos Atingidos por Barragens

MCH - Micro Central Hidrelétrica

MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MME – Ministério de Minas e Energia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MW - Mega Whatts

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCA – Plano de Controle Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PPP - Parcerias Público Privada

PRÓ-ASSISTE- Programa de Assistência às Populações Atingidas pela Construção de Barragens

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SAIS - Núcleo de Pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UHE – Usina Hidrelétrica

WCD - World Commission On Dams

WHO - World Health Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1. O SETOR HIDRELÉTRICO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: MAIS DE UM SÉCULO DE HISTÓRIA.	15
2.1.1. A PRODUÇÃO DE ENERGIA E AS HIDRELÉTRICAS: PANORAMA NACIONAL ATUAL	19
2.1.2 PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCH) E O CASO DA PCH AREIA BRANCA.....	20
2.2. IMPACTOS PROVENIENTES DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS: ARCABOUÇO CONCEITUAL	24
2.2.1. HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS	24
2.2.2. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVENIENTES DE HIDRELÉTRICAS: ÊNFASE NOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	25
2.2.3. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVENIENTES DE HIDRELÉTRICAS: ÊNFASE NOS ASPECTOS DA SAÚDE	27
2.2.4. OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVENIENTES DE HIDRELÉTRICAS: ÊNFASE NOS ASPECTOS CULTURAIS.....	29
2.3 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DOS ATINGIDOS POR EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: HISTÓRIAS DE LUTAS	32
2.3.1 O CONCEITO DE ATINGIDO.....	32
2.3.1. A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM	34
2.3.2. O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADES DOS ATINGIDOS.....	36
3. OBJETIVOS	39
3.1 GERAL:	39
3.2 ESPECÍFICOS:	39
4. METODOLOGIA	40
4.1 ABORDAGEM E MODELO DO ESTUDO	40
4.2 UNIVERSO DE ESTUDO	40
4.3 AMOSTRA	41
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO	42
4.5 ESTUDO PILOTO	42
4.6 COLETA DE DADOS.....	42
4.6.1 INSTRUMENTO UTILIZADO.....	43
4.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	44
4.8 ANÁLISE DOS DADOS.....	44
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	114

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda a concepção de território e sua relação sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca no Território de Santo Antônio do Manhuaçu na vivência de sujeitos residentes nessa região. Contempla a linha de pesquisa: Território, Sociedade e Saúde, tendo como base os estudos territoriais, que proporcionam uma abordagem integradora/interdisciplinar sobre território e a territorialidade em suas dimensões simbólica, social e de saúde.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2015) a principal fonte de energia produzida no Brasil é a hidrelétrica. Contudo, a implantação desse tipo de empreendimento de aproveitamento da fonte hídrica para gerar energia no território brasileiro tem se constituído em uma atividade geradora de impactos de caráter diversos, podendo causar tensão entre os diferentes segmentos envolvidos com esse empreendimento, especialmente em relação aos impactos socioambientais, motivo pelo qual é indispensável adentrar no estudo desta questão.

De acordo com Campos e Silva (2012), a energia é um elemento essencial à vida humana, porém essa essencialidade não pode sobrepor ao direito constitucionalmente garantido a todos os brasileiros. Ou seja, de ter o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Entretanto, algumas usinas hidrelétricas têm sido implantadas sem respeitar as restrições técnicas apontadas. Diante disso, o que os especialistas têm assistido são impactos aos meios físico, biológico e social.

Scudder (1997) afirma que a partir da implantação de uma hidrelétrica em uma determinada comunidade pode-se observar diferentes tipos de impactos. Nota-se que as comunidades são atingidas direta e indiretamente. Existe pessoas que são atingidas diretamente em virtude do alagamento de propriedades onde existem casas, benfeitorias e/ou áreas produtivas. Mas há também as perdas indiretas, visto que os laços comunitários são desfeitos e a cultura do local é atingida, destruindo-se muitas vezes o patrimônio histórico, cultural e ambiental dessa população.

Dessa forma, estudos sobre os impactos causados por empreendimentos hidrelétricos ganham relevância e o território perde sua perspectiva física de paisagem, sendo portanto, entendido numa perspectiva de território vivido, ou seja, o território dos

atingidos pelas barragens (SILVA; SILVA, 2012). Nesse sentido o conceito de território deve ser discutido de forma a elucidar como os empreendimentos hidrelétricos destroem e constroem ao mesmo tempo territórios e territorialidades.

O território, assim, assume o caráter de conceito central nas pesquisas e argumentações, de objeto de estudos e de espaço de mobilização, organização e luta política em favor da construção de relações sociais mais justas, mais cooperadas, dialógicas e sustentáveis (SAQUET, 2012). Além de assumir caráter central nas discussões, a partir da concepção de território pode-se destacar outros conceitos como: territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que são conceitos essenciais na discussão sobre o processo vivido pelos atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Haja vista que essas acepções estão ligadas aos processos de construções sociais, mobilizações e lutas.

Vainer (2008) acredita que a única forma de superar a visão territorial patrimonialista, concepção essa que leva em consideração apenas o empreendedor, desconsiderando os atingidos por esses empreendimentos, é entender a natureza do processo social que emerge da implantação de tal empreendimento, e que conseqüentemente comina em impactos ambientais, econômicos e culturais.

Sendo indispensável, dessa forma, a discussão tanto dos aspectos ambientais, quanto dos culturais, da saúde, e dos socioeconômicos, que envolvem a implantação de empreendimentos hidrelétricos. Pois, muito dos aspectos são implícitos à população atingida. Em função disso, acredita-se que um estudo que enfatize a percepção dos sujeitos atingidos por esses empreendimentos - nesse caso a PCH Areia Branca, em Santo Antônio do Manhuaçu/MG - possibilite uma melhor compreensão desse fenômeno.

Ao invés de uma pesquisa sobre grandes hidrelétricas, o foco desse estudo é sobre uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), a PCH Areia Branca, uma obra de pequeno porte, mas que, contudo, pode causar impactos socioambientais tão relevantes quanto as obras de grande porte, ademais os impactos gerados por grandes barragens já são bem discutidos.

Tal afirmação pode ser endossada por Latini e Pedlowski (2016), que destacam que estudos sobre os impactos socioambientais gerados por PCHs são pouco documentados, pois até então acreditava-se que os impactos gerados por empreendimento de pequeno porte fossem insignificantes. Entretanto, as PCHs possuem diferentes impactos sobre o ambiente, mesmo com seu porte reduzido.

O texto está dividido a partir dos aspectos introdutórios sobre o tema desta dissertação em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata-se da Revisão de Literatura que aborda os seguintes assuntos: Evolução histórica do setor hidrelétrico no Brasil; Impactos provenientes da construção de hidrelétricas, dando ênfase aos impactos econômicos, culturais, e na saúde das populações atingidas; E por fim, o território e a territorialidade dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Procurando dessa forma aprofundar nas discussões das relações identitárias desses indivíduos com o território, assim como compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização vivenciado pelos atingidos por empreendimentos hidrelétricos. O levantamento bibliográfico constituiu-se como questão inicial na realização dessa etapa. Dessa forma, objetivou-se buscar conhecimentos alcançados por diversos autores relacionados com a questão da pesquisa e, a partir daí, produzir um saber que possa ser acrescentado ao cenário acadêmico-científico.

O segundo capítulo focaliza, o Objetivo geral e específicos deste estudo. Os objetivos constituíram na finalidade desse trabalho, ou seja, a meta que se pretendeu atingir com a elaboração da pesquisa. No terceiro capítulo está descrito o procedimento metodológico utilizado para realização do estudo. O método é essencial para descrição dos elementos envolvidos na execução dessa fase: o cenário (universo), os participantes (amostra), a técnica de coleta de dados, a estratégia de análise e os aspectos éticos observados na pesquisa.

A apresentação dos Resultados e Discussão estão expostos no quarto capítulo. Nessa etapa apresenta-se os comentários sobre o significado dos resultados, a comparação com outros achados de pesquisas e a opinião do autor sobre o assunto. Na discussão, procurou-se explicar os motivos dos resultados observados e suas implicações, assim como suas contribuições para a área. O quinto capítulo, Considerações Finais, apresenta uma síntese desta investigação delineando possíveis respostas às questões propostas nos objetivos deste estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1.O SETOR HIDRELÉTRICO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: MAIS DE UM SÉCULO DE HISTÓRIA.

Para conhecer a gênese e a evolução do setor hidrelétrico no Brasil, entendendo sua configuração no território nacional, faz-se necessário conhecer a história dos empreendimentos hidrelétricos. Os registros históricos apontam que a evolução do setor foi rápida, considerando que se trata de um país subdesenvolvido.

Historicamente, a produção de energia hidrelétrica no Brasil ganha destaque na década de 1970, período do regime militar, com grandes investimentos na área de produção de energia. Esse destaque está relacionado com o relevo e potencial hídrico favorável do território nacional (ROSA, 1988). Para realizar o aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio, obras civis são construídas, as chamadas usinas hidrelétricas (VARGAS; SOUZA; LOCH, 2004).

Os primeiros relatos de aproveitamento hídrico para geração de energia datam, antes mesmo da década de 1970. Existem relatos do primeiro aproveitamento hidrelétrico no Brasil, na Usina do Ribeirão do Inferno, localizada em Diamantina – MG, no afluente do Rio Jequitinhonha, em 1883. O intuito do empreendimento era apenas de fornecer energia para mineração, constituindo dessa forma um empreendimento privado. A potência dos geradores era pequena, satisfazendo apenas necessidades locais, como de fazendas e indústrias têxteis (SCHAPPO, 2008).

Segundo Müller (1995) o início da operação dessa usina inaugurou a hidroeletricidade brasileira. E em virtude do crescimento urbano e industrial a potência dos geradores foram aumentando. Empresários construíram redes de distribuição e passaram a fornecer eletricidade às populações das áreas onde esta desenvolvia suas atividades, visando maior rentabilidade do investimento que haviam feito.

A primeira usina hidrelétrica instalada no Brasil pertencente ao serviço público foi a Marmelos–Zero no Rio Paraibuna, em Juiz de Fora/MG, em 1889. A usina foi construída com a finalidade de fornecer energia à cidade de Juiz de Fora, bem como para a tecelagem Bernardo Mascarenhas, nome esse que inclusive é do construtor do empreendimento. Nas décadas de 1880 e 1890, instalaram-se os serviços públicos

de energia elétrica em várias cidades, substituindo, dessa forma, a iluminação que era a gás e a tração. Geralmente, os empreendimentos desse período eram privados, nacionais ou estrangeiros e os equipamentos todos importados (SCHAPPO, 2008).

Com o aumento pela demanda de energia elétrica, decorrente do processo de industrialização e urbanização, os investimentos em empreendimentos no setor foram potencializados ao longo dos anos. Observa-se nas primeiras décadas do século XX o empenho dos investidores do ramo empresarial, assim como das administrações municipais para que houvesse um crescimento dos empreendimentos hidrelétricos no país. A partir de 1900, nota-se um aumento contínuo na produção de energia no Brasil. Na mesma época em São Paulo é inaugurada no Rio Tietê, pela empresa *Light*, a usina de Parnaíba. A linha de transmissão possuía 24.000 volts, sendo uma das mais elevadas do mundo. A construção da usina, marca a entrada do capital estrangeiro no setor elétrico (SCHAPPO, 2008)

De acordo com Pinheiro (2007) em 1900, a capacidade instalada por usinas hidrelétricas no Brasil, era de 5,5 MW, 46% da capacidade total instalada no país. No entanto, em 1910, apenas uma década depois, a capacidade já era de 86%, ou seja, cerca de 137 MW, de um total de 160 MW. O que evidencia que ao longo do século XX, as termelétricas perderam sua força para as usinas hidrelétricas. O favoritismo pelas hidrelétricas no final de 1990 era evidente, as mesmas superavam em quatro vezes as termelétricas.

Segundo Oliveira e Silva (2015), a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o discurso de modernização do país foi intensificado. Visando o desenvolvimento industrial do Brasil, o Estado passa então a privilegiar o investimento no setor de produção de energia. Durante o período do regime militar, o governo brasileiro tomou uma postura política de facilitar e atrair investimentos de empresas multinacionais em território nacional. Sempre se embasando no discurso de desenvolvimento industrial para o país. Dessa forma, o sistema energético brasileiro recebeu grandes companhias privadas, que se tornaram responsáveis por grande parte da produção de energia do país.

Seguindo esse contínuo de crescimento do setor, em 1952, o governo de Minas Gerais cria a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A (CEMIG), tendo como finalidade a

implantação do Plano de Eletrificação Estadual. Outro marco importante na história do setor hidrelétrico no país, foi a criação em 1957, da Central Elétrica de FURNAS, que teve como acionistas o Governo Federal, os Estados de São Paulo e Minas Gerais, a Light and Power Co. Ltd. (LIGHT), a Electric Bond and Share Company (EBASCO), a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e American Foreign Power Company (AMFORP) (PINHEIRO 2007).

Em 1953, o governo instituiu o Fundo Federal de Eletrificação (FFE), com o intuito de expandir a capacidade elétrica do país. A proposta era de arrecadação de um montante com base nas contas de luz, que seria supervisionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Ficando a cargo do BNDE administrar o Fundo Federal de Eletrificação e financiar programas urgentes (MULLER, 1995).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um razoável controle do governo sobre o setor, com o desenvolvimento significativo de empresas públicas do campo hidrelétrico, mas, sempre aliado ao desenvolvimento também do setor privado (OLIVEIRA e SILVA, 2015). O presidente Jânio Quadros assina a lei 3.890-A, autorizando a União a constituir as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS). A empresa é instalada oficialmente em 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart (ELETROBRÁS, 2017).

A Eletrobras recebeu a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. Essa empresa passou a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país (ELETROBRAS, 2017). Na mesma década, exatamente em 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME), com a finalidade de tratar das necessidades institucionais de expansão do sistema elétrico, que antes eram discutidas no âmbito do Ministério da Agricultura (PINHEIRO, 2007).

Subsequentes a criação do MME, foram inauguradas as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.(ELETROSUL), em 1968. Logo após em 1973 a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., a ELETRONORTE. A primeira, está presente em três estados do Sul e Mato Grosso do Sul, além de Rondônia, Mato Grosso e Pará. Já a segunda gera e

fornece energia para os nove estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Por meio do Sistema Interligado Nacional – SIN, também fornece energia a compradores das demais regiões do País (ELETROSUL e ELETRONORTE, 2017).

De acordo com Pase, Müller e Moraes (2012), até a década de 1970 o setor hidrelétrico brasileiro experimentou um longo período de êxitos. Permitindo que uma parcela crescente da população pudesse ter acesso aos serviços elétricos. Entretanto, o cenário de bons negócios do país se modifica com o primeiro choque do petróleo, em 1973. Nessa década, mesmo com o choque na economia, o governo opta por continuar com a estratégia de crescimento, porém com endividamento, deteriorando dessa forma as contas externas brasileiras.

Uma nova configuração no setor hidrelétrico surge a partir da década de 1990, com a mudança no cenário do país, decorrente do processo de redemocratização política, o setor hidrelétrico ressurgiu no panorama das privatizações, com o Programa Nacional de Desestatização (PND). Seguindo os preceitos neoliberais adotados por alguns países da América Latina, o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 - 2002), efetua privatizações de estatais do setor. O governo acreditava que a privatização do setor elétrico, poderia impulsionar o país para o processo de globalização (PASE; MÜLLER; MORAIS, 2012).

Com o intuito de regular o setor elétrico brasileiro, o então governo FHC cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Essa agência foi criada por meio da Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997. Iniciou suas atividades em 1997, tendo como atribuição, regular a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Assim como fiscalizar convênios com órgãos estaduais; implementar políticas e diretrizes de exploração do setor; promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica; Além de estabelecer tarifas (ANEEL, 2017).

Porém, mesmo com a reestruturação do setor elétrico, entre julho de 2001 e fevereiro de 2002 o governo FHC sofre com a então conhecida “crise do apagão”, o fato assim foi chamado, pela interrupção forçada no abastecimento de energia do país (ABREU e AZEVEDO, 2009).

Em 2003 com a transição de governo, a população esperava que o período do governo Lula fosse menos difícil para as comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos, até porque grande parte dos eleitores do então presidente eram participantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mas não foi o que ocorreu. Nesse sentido, Pinheiros (2007) afirma que no governo Lula (2003 a 2010), o que ficou evidente foi a falta de canais que fossem efetivos para que a população atingida pudesse tratar diretamente com os grandes grupos privados. Para Pase, Müller e Morais (2012), o governo apenas deu continuidade a uma nova modalidade de privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público Privada (PPP).

2.1.1. A produção de energia e as hidrelétricas: panorama nacional atual

Considera-se fundamental discutir um pouco do panorama nacional atual de produção de energia hidrelétrica, para que se possa dimensionar os impactos causados por tais empreendimentos. Segundo a ANEEL (2008), atualmente no Brasil há investimentos na utilização de várias fontes de energia, a saber: eólica (utiliza a força dos ventos); fotovoltaica (energia recebida do sol); maré (energia obtida pela cinética das ondas do mar); termelétrica (energia obtida pela combustão de combustível fóssil, biomassa ou pela energia térmica liberada em reações nucleares) e a hidrelétrica (utiliza a energia hidráulica dos rios na geração de energia elétrica). Esta última fonte de energia foi o foco desta pesquisa, assim como os impactos causados por empreendimentos que utilizam tal fonte.

De acordo com a ANEEL (2008), a crescente expansão do setor que utiliza a energia hidráulica dos rios, pode ser justificada pela água ser o recurso natural mais abundante na Terra: com um volume estimado de 1,36 bilhão de quilômetros cúbicos (km³). Sendo facilmente encontrada na forma de oceanos, rios e lagos. Além do mais, é considerada como fonte de produção de energia limpa, não contribuindo para o aquecimento global. Soma-se a esses dados o fato de se tratar de uma fonte renovável. No entanto, a produção de energia através dos oceanos e lagos não é favorável, afinal os mesmos não apresentam desníveis adequados à produção de vazão capazes de movimentar turbinas. Dessa forma, apenas os rios são utilizados como escala comercial para produção de energia.

A geração de energia hidráulica ocorre através da rotação das pás das turbinas que compõem o sistema da usina hidrelétrica, que transformam energia cinética em energia elétrica. Essas usinas podem ser de pequeno, médio e grande porte. O que determina o porte da usina é a potência instalada. Uma hidrelétrica pode ser classificada em Usina Hidrelétrica (UHE) quando sua potência for maior que 30 MW; quando a potência for entre 1 e 30 MW é classificada em Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e será classificada em Central Geradora Hidrelétrica (CGH) quando sua potência for menor que 1 MW (ANEEL, 2008).

O Brasil tem sido identificado como potência energética mundial, provavelmente pela oferta de matéria-prima e a capacidade de produção em larga escala. O país detém 10% do potencial hidráulico mundial e o aproveitamento desse potencial é estratégico, tornando a hidreletricidade um elemento diferencial da matriz energética brasileira. O que justifica o crescente número de projetos hidrelétricos (TOLMASQUIM, 2012).

Segundo o Banco de Informações de Geração (BIG) da ANEEL (2017), atualmente no país existem 1.244 empreendimentos hidrelétricos em operação, sendo 219 UHE, 438 PCH e 587 CGH. Totalizando 98.026.492 kW de potência instalada. Respondendo por 61,343% da potência total instalada no Brasil, de um total de 159.800.240 kW.

No entanto, algo importante a destacar é que projetos hidrelétricos têm sido implantados apoiando-se no discurso da modernização, tentando se justificar e idealizar a necessidade e as vantagens de sua construção, mascarando as diversas transformações causadas pelo empreendimento, que acabam por redefinir as características socioespaciais da região ao entorno, e de todo o território do país (OLIVEIRA e SILVA, 2015).

2.1.2 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e o caso da PCH Areia Branca

Durante anos o Brasil utilizou os grandes projetos de desenvolvimento como no caso das usinas hidrelétricas, como forma de produção de energia. Porém, com o desenvolvimento econômico e social, e com a discussão acirrada sobre os impactos socioambientais causados por empreendimentos de grande porte, houve uma necessidade de se repensar o porte de tais empreendimentos. Dando abertura para

os projetos de pequeno e médio porte, com as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Atualmente no Brasil, são considerados PCHs os aproveitamentos hidrelétricos com potência entre 1 e 30 MW, que são destinados à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma, com áreas de reservatório menores do que 3,0 km², havendo certa flexibilização quanto à dimensão do mesmo (ANEEL, 2003a).

Segundo Hüffner (2011), essas características de empreendimento de pequeno porte, levam a uma análise controversa de que esses empreendimentos geram impactos socioambientais de baixa ordem. Baseado no conceito de impactos socioambientais de baixa ordem, o número de PCHs vem aumentando significativamente. Através dos dados apresentados pelo BIG no capítulo anterior, nota-se que o número de PCHs tem aumentado em comparação ao número de UHEs. Atualmente existe 6 UHEs em construção, enquanto as PCHs em construção somam 29. O banco ainda informa que, 121 projetos para implantação de PCHs já foram aprovados. De acordo com a ANEEL (2010), Minas Gerais é o estado com a maior quantidade destas centrais.

Diante de tais dados, esta pesquisa se aterá ao estudo das pequenas centrais hidrelétricas, especificamente da PCH Areia Branca, localizada no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, pertencente ao município de Caratinga/MG. Para compreender os fatos históricos que marcaram a construção do empreendimento, assim como os impactos socioambientais causados pela sua implantação, resgatou-se a evolução histórica do Distrito, assim como da construção da PCH.

A área de estudo desta pesquisa, situa-se no rio Manhuaçu, afluente do rio Doce, que compreende o entorno da PCH Areia Branca, que abrange os Municípios de Caratinga e Ipanema. Os municípios de Caratinga e Ipanema, Área de Influência (AI) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE), vinculam-se respectivamente, às microrregiões de Caratinga e Aimorés (LIMIAR 2001).

Administrativamente, Caratinga é composto pelos seguintes distritos: Cordeiro de Minas, Dom Modesto, Dom Lara, Santa Efigênia, São Cândido, Santa Luiza, Patrocínio, Sapucaia, São João do Jacutinga e Santo Antônio do Manhuaçu, sendo o último distrito Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento. O distrito, se

localiza a 48 Km da sede municipal, Caratinga, e a 26 Km de Ipanema (LIMIAR 2001, p. 90).

A escolha de realização da pesquisa no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, se deu devido o núcleo urbano da localidade ficar a 12 Km do reservatório, tendo sido passagem obrigatória para acessar o local do barramento e, portanto, por ter sofrido os impactos do empreendimento hidrelétrico.

As características socioeconômicas do Distrito são predominantemente rurais, tendo sua economia baseada na pecuária e agricultura, praticadas de forma isolada e/ou combinada, porém de forma tradicional, com a utilização de poucas formas de tecnologia para o ramo. A história do empreendimento, PCH Areia Branca, teve início em 1997, quando o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), aprovou o estudo de reavaliação de participação de queda do rio Manhuaçu, realizado pela empresa CONSITA Ltda e PRONERG – empreendimentos energéticos Ltda, para o AEH Areia Branca com 17 MW (EIA, 2001).

O empreendimento encontra-se localizado no rio Manhuaçu, com coordenadas Lat. 19°36'50" e Long.41°48'20". O Rio Manhuaçu nasce na Serra São João, na divisa dos municípios de Divino e Manhuaçu e deságua no município de Aimorés, possuindo uma extensão de 290 Km. Antes da construção da PCH Areia Branca, o único barramento existente no rio era a UHE Cachoeira da Neblina, localizada no município de Ipanema-MG, talvez isso explique o pleito a construção de outros empreendimentos no rio (EIA, 2001).

A justificativa para implantação da PCH Areia Branca se pautava no investimento privado no setor elétrico, devido ao racionamento de energia que estava ocorrendo nos últimos anos e os baixos investimentos públicos no setor na época (LIMIAR, 2001). O empreendimento era considerado de porte médio, julgado assim como de baixo impacto ambiental.

Observa-se na literatura (HÜFFNER, 2011; DAMASCENO, 2014; LATINI e PEDLOWSKI, 2016) maiores investimentos em usinas de pequeno e médio porte, com a interpretação de que a dimensão pequena do empreendimento pode reduzir os

impactos socioambientais. No entanto, nem sempre o porte da usina é diretamente proporcional aos impactos gerados.

O que pode ser constatado na afirmação de Hüffner (2011, p. 102)

É importante dizer que tanto as PCHs quanto as UHEs são consideradas energias renováveis e limpas, fazendo parte do quadro de projetos referentes a créditos de carbono ou Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Isto quer dizer que são desconsiderados todos os impactos socioambientais causados por estes empreendimentos durante e após a sua instalação, pois está comprovado cientificamente que há emissão de gases do efeito estufa pelos reservatórios das usinas, independente ter havido ou não corte da vegetação antes do seu enchimento, além do número de pessoas que saem de suas terras para, muitas vezes, morarem nas periferias das grandes cidades.

Diante de tal afirmação o que se constata é que as PCHs não são uma alternativa às UHEs. Os impactos gerados pelas PCHs, são cumulativos e sinérgicos, pois apesar de gerar menos energia e ocupar um território menor, vários empreendimentos desse porte são construídos em um mesmo rio, formando uma cascata de usinas (HÜFFNER, 2011).

Segundo Damasceno (2014), isso ocorre porque em uma sociedade capitalista um bem natural é visto como um bem a ser explorado, levando-se em conta apenas seu valor econômico. No caso das PCHs o que se deseja é ter um aproveitamento máximo de uma mesma bacia hidrográfica. Por isso, essa ideia de cascata de usinas anteriormente citada, pois várias PCHs são implantadas em um mesmo rio.

No entanto, ao levar em consideração apenas o valor econômico de um bem natural, se esquece o valor ambiental e cultural de tal bem. Valores que são imensuráveis para populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. Para Penido (2008) o que se nota são graves impactos socioambientais e culturais, assim como desestruturação de formas de vida historicamente estabelecidas, para as populações que são expropriadas e expulsas devido a implantação de tais empreendimentos hidrelétricos.

2.2. IMPACTOS PROVENIENTES DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS: ARCABOUÇO CONCEITUAL

2.2.1. Hidrelétricas e seus impactos

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Resolução nº 1 de 1986 em seu artigo primeiro, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente. Essas alterações são resultantes das atividades humanas, que afetam direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos naturais (BRASIL, 1986). Ou seja, o impacto ambiental está diretamente relacionado ao seu efeito na população.

Nos últimos anos, esses impactos sobre a vida das populações atingidas, têm sido debatidos por diversos autores como Müller (1995), Viana (2003), Vainer (2004; 2007; 2008), Bermann (2007), Rampazo e Ichikawa (2013). Impactos esses que em grande parte estão vinculados ao reservatório do empreendimento hidrelétrico. Pois, com o alagamento das terras, proprietários e meeiros são retirados de suas casas e relocados. Além desse impacto, existe o impacto causado pela chegada de operários para realização da obra, sobrecarregando a infraestrutura da localidade que não estava preparada para recebê-los, desestruturando a economia e as relações sociais existentes (LIMA e VASCONCELOS, 2013).

Para Vainer (2007, p.121) “os consórcios privados, que adquirem empresas elétricas e concorrem para obter concessões, raramente têm experiência ou qualificação no tratamento das questões sociais e ambientais”. O que se vê são custos sociais, culturais e ambientais gerados por esses empreendimentos, que recaem sobre as populações atingidas.

Vainer (2007, p. 120) cita um trecho da declaração do representante da Eletrobrás para o Jornal da Tarde em 1988:

Realmente nossas hidrelétricas foram construídas sem qualquer preocupação com a qualidade de vida da população e com o meio ambiente, gerando dessa forma desastres calamitosos do ponto de vista social e ecológico. Mas tenham uma dose de paciência com o nosso setor: afinal, reconhecemos nossa culpa e estamos dispostos a revisar nossa dívida com a sociedade brasileira.

Hoje, quase 30 anos após essa declaração o cenário não obteve grandes mudanças no que concerne os impactos gerados por tais empreendimentos. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000), em todo o mundo, “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas por barragens”. Para se ter ideia, não se tem estimativas precisas do número de pessoas que foram atingidas por barragens no país. O MAB estima que esse número fique em torno de um milhão, e que grande parte dessas pessoas nunca tenha recebido nenhum tipo de indenização.

A ausência de dados estatísticos relacionados ao número de atingidos pela construção de hidrelétricas retrata o descaso do governo com essas populações. Deste modo, observa-se que os indivíduos atingidos pela construção do empreendimento hidrelétrico na região sofrem com os impactos socioambientais, tendo violentadas as suas bases materiais e culturais de existência (BERMANN, 2007).

2.2.2. Os impactos socioambientais provenientes de hidrelétricas: ênfase nos aspectos socioeconômicos

O surgimento das usinas hidrelétricas no século XIX trouxeram benefícios, no entanto juntamente com esses benefícios, emergiram os impactos negativos, causando desestruturação social. Essa desestruturação social inclui mudanças na geografia, nas relações sociais, na economia local e, como resultado disso, alterações no modo de vida das pessoas e nas suas identidades. Em relação aos impactos econômicos, grande parte desses são decorrentes do enchimento do reservatório das usinas, que causam alagamento, inundando terras produtivas, obrigando os ribeirinhos a saírem de suas propriedades. Os que não são deslocados sofrem as consequências do alagamento, como redução da pesca, alterações na qualidade da água, e desaparecimento da fauna e flora nativas, e concomitantemente a perda das relações historicamente construídas (RAMPAZO e ICHIKAWA, 2013).

Fernandes (2010) retoma as mesmas afirmações de Rampazo e Ichikawa (2013), dizendo que os impactos econômicos podem ser gerados em decorrência do enchimento do reservatório, que pode ocasionar alterações da capacidade produtiva de grupos sociais, devido a perda de terra férteis, com possível diminuição da atividade agropecuária; perda de recursos pesqueiros; perda de paisagem com

potencial turístico; além da dependência dos municípios de recursos financeiros externos.

Além dos impactos socioeconômicos que ocorrem após a implantação do empreendimento, pode-se destacar que há também impactos que ocorrem a partir do momento em que o empreendimento é anunciado na região, já que a população residente na futura área do reservatório começa a sofrer com a interrupção de investimentos públicos e privados: os bancos param de emprestar dinheiro; o preço dos imóveis começa a cair; novas escolas e hospitais deixam de ser construídos; serviços e comodidades existentes podem ser interrompidos ou fechados muito antes de a população ser transferida (VIANA, 2003).

O discurso utilizado pelas empresas que fazem o investimento nesse tipo de empreendimento é a ocorrência futura de desenvolvimento regional, sendo os maiores beneficiados a população local. No entanto, na prática a realidade é outra, os atingidos por barragens têm que lutar por seus direitos, desde o momento que os projetos são anunciados. Observa-se que o crescimento econômico anunciado pelo empreendedor é momentâneo, ocorrendo apenas durante a construção da obra, fato que não deve ser confundido com o desenvolvimento regional (SILVA e SILVA, 2012)

Viana (2003) afirma que nas últimas seis décadas dezenas de milhões de pessoas foram expulsas de suas propriedades, e de suas casas. No momento que começam as atividades de construção da hidrelétrica, esses indivíduos já se encontram em condições materiais e psicológicas comprometidas. Fato que está relacionado ao longo período de desenvolvimento dos projetos de barragens, que podem durar décadas. Juntamente a isso surge a insegurança da população, que não participa ativamente das decisões do empreendimento, não sabendo quando e se, de fato, a barragem será construída, quantas propriedades e residências serão inundadas e quem receberá indenização.

2.2.3. Os impactos socioambientais provenientes de hidrelétricas: ênfase nos aspectos da saúde

A OMS alerta constantemente sobre como a utilização não sustentável dos ecossistemas eleva o potencial de mudanças ecológicas para um quadro negativo e prejudicial à saúde humana (SILVEIRA, 2016).

Para Philippi e Malheiros (2005) as modificações ambientais provocadas pela ação do homem, como no caso dos empreendimentos hidrelétricos, que alteram de forma contínua os recursos naturais, refletem diretamente na qualidade de vida das populações, pois aumentam o risco de exposição às doenças. Nessa perspectiva, Zhouri *et al.*, (2005) afirmam que os impactos à saúde causados por empreendimentos hidrelétricos incidem principalmente sobre os segmentos sociais mais vulneráveis, como as populações ribeirinhas atingidas pela instalação do empreendimento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000) os impactos na saúde relacionados a barragens podem ser listados em seis categorias: desordens psicossociais e alterações do bem-estar social, doenças transmissíveis; doenças não transmissíveis; má nutrição; acidentes e violência. Neste estudo, o enfoque será nas desordens psicossociais e alterações do bem-estar social.

Segundo Werner (1985) as pessoas residentes em áreas a serem inundadas podem ser acometidas por estresse decorrente do receio de inundações acidentais durante a construção, da necessidade de lidar com a burocracia das indenizações e da insegurança acerca do futuro em um novo lugar. Um exemplo disso, é a população afetada pela construção da represa de Itajaí, em Santa Catarina, que mostrou maior grau de estresse do que outra população fora da área de construção da represa, em grande parte relacionados à demora no pagamento de indenizações.

Do mesmo modo Fernandes (2010), afirma que a falta de adaptação das populações realocadas, assim com as novas atividades de trabalho, ou a dificuldade para conseguir uma nova ocupação, podem pressionar as condições de vida das populações atingidas, resultando em efeitos psicológicos.

Corroborando com essa ideia, segundo Silva (2014) o deslocamento compulsório devido a construção de empreendimentos hidrelétricos pode resultar em transtornos

à saúde, como doenças psico-afetivas. Essas patologias acometem principalmente pessoas que entendem que o lugar onde vivem é também o lugar onde se sentem enraizados em função das inúmeras experiências que tiveram na vida. Abandonar esse lugar significa desenraizar, isto é, perder a base que sustentava a vida.

Em se tratando especificamente do caso da PCH Areia Branca, objeto deste estudo, em 2001 foi elaborado o Plano de Controle Ambiental (PCA), em que o mesmo relatava que o setor saúde poderia sofrer pressões em decorrência não só do fluxo migratório para região, como também, em virtude das modificações do meio físico, biótico e social. Assim, essas modificações poderiam constituir-se em fatores determinantes de agravos à saúde e na forma de distribuição das doenças no Distrito.

O que se constata em relatórios de estudo ambiental, como este citado acima, é que o diagnóstico situacional de saúde da população que será afetada pela implantação do empreendimento, tem enfoque apenas nas visões epidemiológica e clínica, deixando de lado a visão social, se constituindo dessa forma, em uma análise incompleta da situação de saúde da população (ASTOLPHI, 2014). Grisotti (2016) afirma que na maior parte dos casos, as questões relacionadas à saúde das populações que envolvem a implantação de empreendimentos hidrelétricos, estão mais orientadas para um sentido estritamente médico, e não à uma visão multifatorial dos problemas de saúde na comunidade atingida.

Entretanto, a saúde e a doença são processos inerentes a vida e estão diretamente relacionados a qualidade de vida. O termo qualidade de vida é abordado por várias áreas de estudos, porém não existe uma definição de qualidade de vida que seja vastamente aceita, pois os estudiosos não conseguem chegar a um consenso conceitual. Mas pode-se destacar que o conceito que mais se aproxima deste estudo é de que qualidade de vida é a “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1994). Dessa forma, pode-se inferir que a implantação desses empreendimentos que não seja de maneira sustentável, compensando os impactos socioambientais provocados pelas usinas, acabam que por comprometer a qualidade de vida da população.

Para Silveira (2016) os impactos à saúde das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, requerem uma ampla discussão, na medida que a implantação desses empreendimentos pode colocar em risco a saúde da população nas áreas afetadas. O que demandaria um maior comprometimento das empresas responsáveis por tais empreendimentos na execução de medidas referentes à prevenção, controle de riscos e à promoção da saúde dessas populações.

2.2.4. Os impactos socioambientais provenientes de hidrelétricas: ênfase nos aspectos culturais

Independente do porte das hidrelétricas, seja usina hidrelétrica (UHE), pequena central hidrelétrica (PCH) ou micro central hidrelétrica (MCH), percebe-se que a população, de modo global, sofre os reflexos, positivos e/ou negativos, decorrentes de sua implantação. Esses empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis tanto no cenário brasileiro como também internacional, pois mesmo com o cumprimento das exigências das legislações, observa-se que os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais são relevantes. Em se tratando de impactos culturais, é notório que os problemas vivenciados pelos atingidos por barragem não são apenas de cunho econômico. O valor oferecido nas indenizações para ressarcir a perda da propriedade, nem sempre consegue atenuar as perdas. Vínculos afetivos com pessoas, e com a terra são desfeitos, e essas perdas são imensuráveis. Se trata de identidades desfeitas (RAMPAZO e ICHIKAWA, 2013).

Todos esses efeitos da desvinculação afetiva são desencadeados pelo processo de desterritorialização. Para Haesbaert (2001), a desterritorialização, com ênfase à dimensão cultural, se constitui em um processo de desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais. Na medida em que os indivíduos não conseguem mais desenvolver relações afetivas e simbólicas com os lugares que vivem.

Por se tratar de um termo amplo, nesta pesquisa a identidade terá o enfoque na relação identidade-território, ou seja, a territorialidade dos atingidos por barragens. Para embasar essa discussão foram utilizadas as argumentações teóricas dos geógrafos Haesbaert e Bonnemaïson.

Porém, antes de iniciar a discussão sobre identidade, deve-se conceituar o termo cultura. Segundo Hall (2003, p. 43):

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.

Assim como Hall, Freire (1982) diz que a cultura é tudo que o homem cria e recria, engendrado nas permanentes relações homem-realidade, homem-estrutura, realidade-homem, estrutura-homem. Salientando a citação de Freire, Chauí (2001, p. 295) também discutiu o conceito de cultura. Para Chauí, cultura é “a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística”.

Para Geertz (1989, p.15) a cultura é como uma teia de significados, produtora/produto do homem. Geertz afirmou concordar com Weber quando este coloca “que o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele próprio teceu”. Dessa forma, assume cultura como “sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Para Dias (2011), a passagem do “ser” para o “tornar-se” é magnífica para compreender os estudos das identidades. A identidade dessa forma se torna um conceito-chave nesta discussão. Para Guerra (1993) a identidade pode ser pessoal ou social, a primeira se refere as dimensões construídas pelo sujeito como imagem de si, e a segunda como as identificações que o sujeito integra como dimensões de pertença social a grupos.

Para reforçar o conceito de identidade, o geógrafo Guy Di Méo (2004, p. 340) afirma que:

[...] a identidade não tem em mente somente a qualificação de um tal sujeito humano vivo na sociedade. Ela se interessa também pelas entidades sociais onde os membros se atribuem uma representação deles mesmos e de suas

diferenças com outros grupos. Ela permite, igualmente, estabelecer espaços coletivamente nomeados, apropriados, significados e vivenciados, espaços que chamamos correntemente de lugares ou territórios.

De acordo com Di Méo (2004), essas identidades permitem que sejam geradas identificação dos grupos com os espaços, o que resultaria na apropriação dos lugares. Resultado este de uma ação interativa entre os agentes e atores sociais.

Então dessa forma, pode-se inferir que a palavra identidade está ligada a palavra pertencimento. Sentimento de pertencimento que os atingidos por empreendimentos hidrelétricos têm com seu território. De acordo com Bonnemaïson (1980) “[...] a terra é aquilo que dá identidade. [...] Entre o ser humano e a terra, a identificação é total; na ideologia do costume ou da tradição, o ser humano é como uma planta, biologicamente vinculado à terra”. Salientando essa ideia Haesbaert (2006) cita Bonnemaïson em seu trabalho realizado com os povos do arquipélago de Vanuatu. Quando o geógrafo afirma:

[...] o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela da identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (BONNEMAISON apud HAESBAERT, 2006, p.72).

O princípio cultural de identificação ou pertencimento citado por Bonnemaïson, pode ser representado pelo termo territorialidade. Termo citado por Haesbaert (2007), que enfatiza as ideias de Bonnemaïson citadas acima.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

É nesta perspectiva de território que se discutiu a percepção dos moradores de Santo Antônio do Manhuaçu sobre os impactos causados pela PCH Areia Branca. Pela proposta deste trabalho partir das ideias defendidas por Haesbaert, no próximo capítulo será abordado os conceitos de território e territorialidade, assim como dos processos de desterritorialização e reterritorialização.

2.3 O TERRITÓRIO E A TERRITORIALIDADE DOS ATINGIDOS POR EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: HISTÓRIAS DE LUTAS

2.3.1 O conceito de atingido

Antes de aprofundar as discussões sobre território, deve-se discutir o conceito de “atingido”. A terminologia atingido é utilizada para definir a população que está envolvida no contexto de implantação de um projeto hidrelétrico. Essa população pode ser conhecida também como deslocado, realocado, reassentado ou ameaçado.

De acordo com Benincá (2011, pág. 94), o que aproxima esses sujeitos e constitui o grupo, é a identidade coletiva, ou identidade de resistência. O autor afirma que “A identidade de uma organização social perpassa necessariamente as pessoas que a integram, os objetivos que busca, as ideias que defende, as estratégias que utiliza, os símbolos que adota, a linguagem que emprega, etc.”

Assim como Benincá, Santos (2015, p. 122) afirma que “as identidades coletivas são frutos de interações sociais, políticas, culturais, que dão significado e forma a um povo, que se constroem ao longo de toda uma vida, ou por todo o período de existência de um sujeito coletivo”.

É importante ressaltar, que a identidade de projeto produz sujeitos, e que sujeitos não são indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem determinado significado (CASTELLS, 1999). No caso dos empreendimentos hidrelétricos, de acordo com Benincá (2011) esses sujeitos, são camponeses, trabalhadores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, populações urbanas e outros que pertencem a grupos sociais considerados marginalizados, subjugados, estigmatizados, que vivem excluídos pela sociedade. E que encontram nesse grupo social uma forma de lutar por seus direitos.

Assim como Benincá, Melluci (2001, p.52) reconhece a identidade coletiva como:

o processo de “construção” de um sistema de ação. A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade

coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões.

Para Castells (1999), essa identidade dos grupos também pode ser chamada de identidade de resistência. Essa identidade poderia ser definida como a resistência que os atores que se encontram em condições desvalorizadas, pela lógica da dominação, constroem para sobreviver. A identidade de resistência é a forma mais legítima de construção de uma identidade social. Pois reforça os limites de resistência, e constrói uma identidade defensiva, que torna suportável a resistência a opressão de um grupo socialmente dominante.

Especificamente se tratando de empreendimentos hidrelétricos, os sujeitos que constituem esse grupo social, são os denominados atingidos. Vainer (2008) parece ser o autor que melhor discute o conceito. Para o autor

Ao abordar o conceito de atingido, é necessário deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2008, pág. 40).

Para Vainer (2008), o conceito é muito mais abrangente, pois a partir do momento que um indivíduo é atingido direta ou indiretamente pelo empreendimento, se torna legítima a luta por seus direitos. Até então o que prevalecia, de acordo com o autor, eram as concepções territorial-patrimonialista, e a concepção hídrica. Na primeira concepção os empreendedores não consideravam os impactos sociais e ambientais. O problema era apenas patrimonial fundiário, ou seja, a preocupação dos empreendedores era com a desapropriação e indenização dos proprietários das terras inundadas. Na segunda concepção, que predomina, a tendência é considerar apenas os impactos à área a ser inundada. O que acaba por constituir um problema, pois os efeitos sobre as populações atingidas indiretamente são desconsiderados, gerando resultados sociais dramáticos. As concepções territorial-patrimonialista e hídricas

devem ser superadas, não se restringindo apenas aos afetados pela água. Ou seja, os afetados fisicamente e economicamente, mas que também seja levado em consideração os afetados socialmente, que sofrem efeitos sobre os meios e modos de vida da população.

Assim como Vainer, Santos (2015) admite que as duas concepções citadas anteriormente devem ser repensadas, pois nenhuma das duas considera o atingido como removido da sua rede de relações, econômica, cultural, social e dos espaços que envolvem relações afetivas. Outra questão importante é que as visões territorial-patrimonialista e hídricas, não levam em consideração que no meio rural a maioria dos moradores não tem titulação de suas terras, mas vivem nessas terras desde seu nascimento.

Segundo o MAB os empreendimentos hidrelétricos alteram significativamente o modo de vida das populações atingidas direta e indiretamente. Alteração que é provocada pelo processo de desterritorialização e reterritorialização, ocasionado pela dinâmica de circulação econômica e de produção, além do processo de deslocamento desencadeado devido as áreas de produção que são inundadas (ROCHA e COSTA, 2010).

Para Guerra (1993), durante a implantação de um empreendimento hidrelétrico, deve-se levar em conta as alterações no modo de vida da população atingida. Entendendo os modos de vida “como um conjunto integrado de práticas articuladas a “representações do mundo” e a “imaginários sociais”.

2.3.1. A história do movimento dos atingidos por barragem

Água e energia não são mercadorias! Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio, se defende! Terra Sim, Barragens não! Águas para a vida e não para a morte (MAB, 2008, p.27).

Assim como a maioria dos movimentos sociais, que lutam pelos grupos que sofrem com a desigualdade social e econômica, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) surge de lutas espontâneas e locais. Esse movimento surge em resposta à política nacional de energia de matriz hidrelétrica, que vê a população atingida como

um empecilho à implantação do empreendimento, e conseqüentemente um obstáculo para o progresso (BENINCÁ, 2011; SANTOS, 2015).

Para elucidar o surgimento do MAB, Benincá (2011) identifica três grandes momentos na trajetória do movimento. O primeiro ocorre no final da década de 1970 quando a discussão sobre os atingidos por barragens tem uma acessão, devido ao período de redemocratização política que o Brasil vivenciava. Nesse período de transição democrática do país, o movimento que já vinha se organizando, se consolida e no início da década de 1990 surge então o MAB.

As primeiras experiências do movimento foram vivenciadas pelo “movimento” Justiça e Terra, decorrente da construção da UHE de Itaipu, em 1980. Desse movimento surge conexões com outras populações que vivenciavam a mesma situação. Já no início da década de 1990, os movimentos se organizam para realizarem encontros entre as populações atingidas com o intuito de fortalecimento. Em 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no qual se decidiu que o MAB seria um movimento nacional. Os atingidos encontraram nesse movimento uma forma de fazer com que suas vozes fossem ouvidas, fortalecendo a luta contra a construção de hidrelétricas (ALVES, 2015).

O segundo momento, de acordo com Benincá (2011), é marcado pela expansão nacional e internacional do movimento, que ocorre entre 1991 e 2002. Nesse período o MAB intensifica os debates sobre formas alternativas de produção de energia, e torna suas lutas mais inclusivas, envolvendo outros movimentos populares. Como resultado das diversas lutas do atingidos, em 1997 foi criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB). Em 2000, a comissão elaborou o Relatório “*Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*” (WCD, 2000). O relatório aponta os problemas causados pelos empreendimentos e estabelece um novo quadro para tomada de decisões com base no reconhecimento dos direitos e na avaliação dos riscos de todas as partes interessadas.

Já o terceiro e último momento apontado por Benincá (2011), teve início em 2002 e se desdobra até hoje. De acordo com o autor o MAB busca uma democracia representativa.

Entretanto, diante de tantas mudanças no cenário político do país durante esses anos, o movimento reconhece que a luta popular é o único instrumento capaz de obter conquistas concretas para o povo (SANTOS, 2015). “Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade” (MAB 2011, p. 27).

O que se nota é que ao longo de tantos anos de história do movimento, os atingidos foram percebendo que a luta pelos direitos só se concretizaria ao ser feita com o questionamento à construção das hidrelétricas e ao modelo energético de forma geral (MAB, 2011).

2.3.2. O Território e a Territorialidades dos atingidos

No que tange o território, se faz necessário conceituar os termos relacionados ao tema, procurando compreender dessa forma, o processo de desterritorialização e reterritorialização vivenciado pelos atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Pois, em se tratando de empreendimentos hidrelétricos, as mudanças no território não são apenas de paisagens, são também nas formas de vivenciar o lugar. Sendo necessário nesse caso aprofundar as discussões sobre as relações identitárias desses sujeitos com o território.

Para Santos (2011, p.96)

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Haesbaert (2007), retoma a mesma ideia de Santos, propondo assim definir território:

(...) a partir da concepção de espaço como um híbrido - híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade - recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias" [na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico- políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2007a:79).

No entanto, é importante ressaltar que não existem territórios puramente simbólicos ou funcionais. Para Haesbaert há sempre a combinação das dimensões, materiais e imateriais. Ou seja, o território possui duas dimensões:

Uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 49).

Pode-se reforçar essa ideia com uma afirmação de Haesbaert (2007, p. 23) que diz “...todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional”.

Porém o que se pretende neste estudo é abordar o território num sentido mais simbólico, discutindo as questões que permeiam os processos de desterritorialização e reterritorialização dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos.

Para Haesbaert (2001) a leitura que poderia ser feita do processo de desterritorialização seria a de que o território não desaparece, mas de que uma nova forma de território estaria surgindo no interior mesmo dos processos de desterritorialização. Ou seja, o que se observa é uma desordem territorial de diversas lógicas, entre elas aquelas bem caracterizadas por vínculos culturais.

Para explicitar o processo de desterritorialização, Haesbaert e Bruce (2002) assim o elucidam, em seus estudos sobre a obra de Deleuze e Guattari:

Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação (HAESBAERT e BRUCE 2002, p. 8)

Ou seja, logo que o território se desterritorializa, posteriormente se reterritorializa, pois o processo acontece simultaneamente. Isso, não significa que o território seja extinto após a desterritorialização, o território pode assumir outra forma ou função (ROCHA e COSTA, 2010). O que se observa de fato é que os indivíduos atingidos por barragens ao vivenciar o processo de reterritorialização, não conseguem criar sua

identidade com o novo território, comprometendo dessa forma, o processo de apropriação.

Para Rocha e Costa (2010) a construção de barragens tende a romper com a organização espacial de seu povo com sua região e seu território. Para salientar a importância da organização espacial para o povo, Almeida e Arrais (2013, pág. 98), afirmam que: “Falar de regiões é falar de realidades sociais já existentes. Falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais”.

Então, pode-se inferir que “As identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial” (ALMEIDA e ARRAIS, 2013, p. 99), ou seja, ao sentimento de pertencimento.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL:

- Conhecer a percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu

3.2. ESPECÍFICOS:

- Identificar as transformações econômicas ocorridas com os moradores do núcleo urbano e rural depois da instalação da PCH Areia Branca.
- Verificar as transformações culturais ocorridas com os moradores do núcleo urbano e rural depois da instalação da PCH Areia Branca.
- Investigar os impactos na saúde, relacionados a desordens psicossociais e alterações do bem-estar social, na população do núcleo urbano e rural depois da instalação da PCH Areia Branca.
- Identificar a territorialidade dos atingidos pela Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca

4. METODOLOGIA

4.1 Abordagem e modelo do estudo

Foi adotada nesta investigação uma abordagem qualitativa. Na abordagem qualitativa, o pesquisador possui lugar de destaque. Sobre isso, Bogdan e Biklen (1994, p.68-9) afirmam que:

os investigadores qualitativos se interessam pelo modo como as pessoas pensam sobre as suas vidas, experiências e situações particulares, as entrevistas que efetuam são mais semelhantes a conversas entre dois confidentes do que a uma sessão formal de perguntas e respostas entre um investigador e um sujeito”.

Estes autores apontam que “o caráter flexível deste tipo de abordagem permite aos sujeitos responderem de acordo com a sua perspectiva pessoal, em vez de terem de se moldar a questões previamente elaboradas” (BOGDAN e BIKLEN 1994, p.17).

Trata-se de uma pesquisa observacional, de modelo transversal. O modelo de estudo do tipo transversal é apropriado para descrever características das populações no que diz respeito a determinadas variáveis e os seus padrões de distribuição, bem como analisar sua incidência e inter-relação em um determinado momento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória. Para Gil (2002), o planejamento desse tipo de pesquisa é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Geralmente, são realizados por meio de entrevistas com pessoas que tiveram experiências com a situação investigada, nesse caso a população do núcleo urbano e rural de Santo Antônio do Manhuaçu, distrito de Caratinga, Minas Gerais.

4.2 Universo de Estudo

A pesquisa foi realizada com a população residente no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, pertencente ao município de Caratinga/MG. O distrito está inserido no leste mineiro, 12 Km à montante da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, Área Diretamente Afetada (ADA).

O distrito de Santo Antônio do Manhuaçu é de ocupação antiga, com sua instalação datada de 1868, em decorrência da interiorização motivada pela exploração de minerais. Tendo sua economia pautada na agricultura familiar, o Distrito possuía, em

1991, uma população de 3.986 habitantes, sendo o estrato rural preponderante nesta formação. Em 2001, ano de realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de acordo com informação de líderes comunitários, havia aproximadamente 2.800 habitantes, sendo a perda populacional atribuída ao baixo dinamismo econômico local, que contribuiu para migração dos moradores (LIMIAR, 2001).

4.3 Amostra

A amostra foi definida por meio do método “Bola de Neve”. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Assim, a *snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.

Portanto, a amostra foi constituída por 14 sujeitos, sendo 7 do gênero masculino e 7 do gênero feminino, com idade entre 33 e 88 anos, residentes no núcleo urbano ou na área rural do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu. Estes sujeitos são proprietários rurais; meeiros e proprietários de comércio.

Os participantes foram selecionados a partir de sua relação de conhecimento acerca da história de implantação da PCH no rio Manhuaçu e as consequências do empreendimento para a população de Santo Antônio do Manhuaçu. Essa relação de conhecimento sobre o empreendimento foi identificada por meio do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que possibilitou entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências da implementação do projeto hidrelétrico.

O número de sujeitos investigados foi definido durante a própria coleta de dados, assim que foi alcançada a “saturação” dos dados (TURATO, 2003), isto é, quando a novidade deixou de aparecer e os dados começaram a se repetir.

O número estabelecido de entrevistas é considerado ideal, pois de acordo com Santos (1999) o tamanho da amostra não é fator determinante da significância do estudo qualitativo, que trabalha com amostras relativamente pequenas, intencionalmente selecionadas.

4.4 Critérios de Inclusão/Exclusão

Foram incluídos como sujeitos da pesquisa indivíduos maiores de 18 anos, que residiam no período de construção da obra, entre 2002 a 2008, e que residem no Distrito até os dias atuais (2016).

Dois sujeitos foram excluídos da amostra por terem se recusado a participar da pesquisa.

4.5 Estudo Piloto

Visando verificar o modo de abordagem das questões e tempo gasto com as perguntas da entrevista, foi realizado um estudo piloto com dois indivíduos residentes no período de construção da obra e que residiam no Distrito até os dias atuais (2016), observando os critérios de inclusão e exclusão. Porém, os dados obtidos não foram considerados para o estudo principal.

Marconi e Lakatos (2007) atribuem a importância na realização do estudo piloto à possibilidade de que ele estabeleça a verificação da fidedignidade, validade e operacionalidade dos dados obtidos, além de fornecer uma estimativa sobre futuros resultados.

4.6 Coleta de dados

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora se reuniu com cada entrevistado, detalhando os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo, assegurando o caráter confidencial de suas respostas e seu direito de não identificação. Após aceitar participar da pesquisa, foi agendado o dia e horário adequado para realização da coleta, levando em consideração que a pesquisa não deveria interferir na rotina do entrevistado.

4.6.1 Instrumento utilizado

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada a partir de um roteiro contendo 11 questões. A entrevista semiestruturada possibilita ao pesquisador momentos para dar alguma direção para entrevista, representando ganho para reunir os dados segundo os objetivos propostos (TURATO, 2003), dados esses sobre determinadas abordagens que não estavam previstas no roteiro, mas que assumem relevância singular para o processo de investigação. A meta é estimular o informante a seguir seu pensamento dentro do foco principal interposto, permitindo flexibilidade para possíveis intervenções (VALA, 1986).

No início da entrevista, a pesquisadora utilizou-se de um recurso denominado *rapport*. O *rapport* significa o estabelecimento da aliança terapêutica ou aliança de trabalho e tem por objetivo abrir as portas para uma comunicação fluente e bem-sucedida. É considerada uma técnica importante das relações humanas e o principal ingrediente de todas as comunicações e mudanças. É a capacidade de criar aspectos comuns entre duas ou mais pessoas, gerando uma atmosfera de respeito e confiança (PINHEIRO, 2007).

Em seguida foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre os três momentos da construção – antes, durante e depois – da PCH Areia Branca na região e o que isso representou em suas vidas. A partir de suas respostas, o pesquisador entrou no roteiro de perguntas (ANEXO A), registrando tudo que ouvia, sentia e via, na tentativa de aproximar ao máximo possível do sentido e do significado que eles atribuíam à realidade que os cercava e às suas próprias ações.

Em todas as entrevistas foi mantido um caráter informal a fim de que o sujeito se sentisse à vontade para relatar suas impressões. Essas entrevistas foram transcritas imediatamente pela pesquisadora. A coleta dos dados foi realizada no local de escolha do entrevistado, alguns optaram pelo local de trabalho outros pela residência. Cabe ressaltar que o pesquisador, no primeiro contato com os entrevistados, sugeriu que as entrevistas fossem realizadas em uma sala que apresentasse boa iluminação, ventilação adequada, cadeiras confortáveis, tranquilidade e silêncio, procurando assegurar a privacidade do participante.

Para registro das respostas dos participantes foi utilizado como recurso um gravador digital. Com o consentimento do participante, a entrevista foi gravada visando ter o registro de todo o material fornecido, apresentando uma fidelidade quanto à fala dos mesmos e viabilizando o retorno ao material sempre que se fizer necessário.

4.7 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil (ANEXO B), sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

No ato da coleta de dados foram apresentados os objetivos e a relevância do estudo. Foi reforçado que a pesquisa possuía caráter voluntário e que todos participantes necessitariam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO C). Sendo informado ainda sobre o direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento durante a entrevista, podendo até mesmo, solicitar que seja apagado o registro feito até o momento.

Com o intuito de resguardar a identidade dos participantes da pesquisa no lugar dos nomes verdadeiros foram inseridas as iniciais dos nomes dos participantes. Para identificar o local de residência, foi utilizado a sigla NU (Núcleo Urbano) e NR (Núcleo Rural).

4.8 Análise dos Dados

Os dados qualitativos foram analisados a partir das informações obtidas pelas gravações realizadas e transcritas, imediatamente, pelo pesquisador. Para a apuração das falas foi utilizada a técnica de “Análise de Conteúdo”, proposta por Bardin (2011). Esta técnica é um processo sistemático de avaliação de mensagens, que objetiva a descrição do conteúdo e inferências de conhecimentos sobre a produção e a recepção dessas mensagens. Tal processo seguiu os seguintes passos:

1. Os discursos coletados foram, inicialmente, transcritos mantendo-se a forma original de expressão dos respondentes;

2. Pré-análise, na qual foi realizada uma leitura flutuante, a partir da qual emergiram impressões e orientações, de forma a identificar as grandes categorias discursivas abordadas pelos respondentes;
3. Leituras exaustivas dos conteúdos, para a organização e sistematização dos conteúdos, permitindo o agrupamento dos mesmos em grandes categorias;
4. Análises dos conteúdos das falas dos sujeitos, que foram reunidas por categorias, identificando unidades de significados, estabelecendo subcategorias e procedendo-se aos agrupamentos finais;
5. Análise e interpretação dos dados por subcategorias, possibilitando a descrição dos resultados e significados dos conteúdos que consolidam o tema.

As informações presentes nessas entrevistas foram organizadas em temáticas e em seguida definidas as categorias relativas a cada item, e as falas analisadas dentro de cada tema. Os textos não sofreram correções linguísticas, preservando o caráter espontâneo dos discursos.

Esses são pontos de partida para a análise, sejam elas verbais, figurativas, gestuais ou diretamente provocadas, e expressam um significado ou um sentido para os sujeitos respondentes (FRANCO, 2005).

Todo material referente a coleta de dados, será arquivado por um período de 5 anos, no Núcleo de Pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS) da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), localizado no bloco PVA, sala-10.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos, foi possível obter dados sobre a percepção dos impactos causados pela implantação da PCH Areia Branca. Para discutir o conceito de percepção, as argumentações teóricas foram subsidiadas a partir da proposta do filósofo francês Merleau Ponty. A “re-significação” do conceito de percepção foi realizada na óptica da fenomenologia.

Para Seaman (2013, p. 5) “a fenomenologia se empenha para uma efetivação de contato. Como uma forma de estudo, ela procura encontrar as coisas do mundo como elas são nelas mesmas e então descrevê-las”.

O mundo percebido é, segundo Chauí (2001, p.122), qualitativo, significativo, estruturado, e estamos nele como sujeitos ativos, isto é, através das representações, interagimos com o mundo e damos às coisas percebidas novos sentidos e valores, de tal forma que passam a fazer parte de nossa vida. O mundo percebido é intercorporal, visto que as relações se estabelecem entre nosso corpo, os corpos dos sujeitos e os corpos das coisas. Assim, a partir das representações constrói-se formas de percepção e portanto, se constituindo em uma maneira de comunicação e de interpretação que se estrutura a partir da relação entre o nosso corpo e o mundo. “Na percepção, o mundo possui forma e sentido e ambos são inseparáveis do sujeito da percepção”. Este interacionismo é expresso pelas representações: símbolos, linguagens e imagens, estabelecidas por convenções sociais.

Quando o sujeito expressa o real, traduzindo-o para o singular (eu), tal expressão é realizada através de códigos de representação tornando-se percepção, já que assume uma conotação individual. Esta individualização compõe a percepção, que é singular em cada sujeito e é determinada pelos seus conhecimentos prévios, seus valores, sua cultura e sua história de vida. Assim, como afirma Geertz (1989), lemos o mundo a partir de nossas lentes culturais. Merleau Ponty (1996, p.231) argumenta que a “síntese perceptiva é uma síntese temporal; a subjetividade, no plano da percepção, não é senão a temporalidade, e é isso que nos permite preservar no sujeito da percepção a sua opacidade e sua historicidade”.

Considerando que as práticas sociais e as memórias coletivas se presentificam enquanto representações, outra peculiaridade do conceito de percepção é que esta “se realiza num campo perceptivo e o percebido não está 'deformado' por nada”. (CHAUÍ, 2001, p.124). Assim, perceber é enxergar para além do que parece ser visto, é como olhar o sol e vê-lo menor que a Terra, mas ter consciência que ele é maior, uma vez que não há ilusões na percepção.

De acordo com Merleau Ponty (1996, p. 14) “não é preciso perguntar se nós percebemos verdadeiramente o mundo, é preciso dizer, ao contrário: o mundo é aquilo que nós percebemos”. Mas geralmente, não é preciso se perguntar se nossas evidências são mesmo verdades, ou se, por um vício do nosso espírito, aquilo que é evidente para nós seria ilusório como referência a alguma verdade em si: pois, se falamos de ilusão, é porque reconhecemos ilusões, e só podemos fazê-lo em nome de alguma percepção que, no mesmo instante, se atestava como verdadeira, de forma que a dúvida, ou o temor de se enganar, afirma ao mesmo tempo nosso poder de desvelar o erro e não poderia, portanto, desenraizar-nos da verdade.

Embora conforme a fenomenologia não haja ilusões na percepção, ela é passível de anonimato. Merleau Ponty (1996, p.320) postula que “se toda percepção tem algo de anônimo, é porque ela retoma um saber que não põe em questão. Aquele que percebe não está desdobrado diante de si como uma consciência deve estar”, já que este carrega uma espessura histórica, retoma uma tradição perceptiva, que está arraigada nas trajetórias de outros sujeitos, e é confrontado com um presente.

A forma como cada sujeito compreende as representações constitui a sua percepção, cuja construção é determinada pelos conhecimentos prévios, cultura, valores e história de vida. “A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles” (MERLEAU PONTY, 1996, p. 06).

A partir da análise do discurso dos sujeitos participantes da pesquisa surgiram diversas categorias, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Descrição das temáticas e categorias resultantes da Análise de Conteúdo.

TEMÁTICA	CATEGORIA
Expectativas motivadas pela construção da barragem	1.Melhoria para comunidade 2.Emprego
Mudanças ocorridas durante a construção da barragem	1.Aumento populacional 2.Aquecimento do comércio e aluguel de imóveis 3.Perturbação da ordem pública 4.Aumento da frota de veículos automotores 5. Ambiental, social e na saúde
Reivindicações não atendidas	1.Construção da área de lazer 2.Unidade de saúde
Suporte oferecido pelos proprietários do Empreendimento	1.Negociação confusa 2.Atuação insuficiente do Posto de Assistência Social
Identidade Territorial	1.Identidade Territorial

Fonte: Dados da pesquisa.

5.1. TEMÁTICA 1: Expectativas motivadas pela construção da Barragem

Esta temática aborda as expectativas que os moradores de Santo Antônio do Manhuaçu expuseram com a construção do empreendimento hidrelétrico no Distrito. Para Noronha, Deliza e Silva (2005) a expectativa pode ser definida como um conjunto de ideias, sentimentos, ou atitudes geradas pelo indivíduo a partir de situações. A situação que gerava essa expectativa nos moradores de Santo Antônio do Manhuaçu era a construção da PCH Areia Branca.

De acordo com Borges e Meira (2009) em se tratando de mudanças locais, como no caso da implantação de hidrelétricas, é natural que expectativas sejam geradas. Essas expectativas podem ser positivas ou negativas, isso vai depender da percepção dos que serão afetados direta ou indiretamente.

Segundo dados obtidos nas entrevistas, a população do Distrito teve conhecimento da possível implantação do empreendimento hidrelétrico na localidade por meio de conhecidos (comentários, boatos, rumores incertos e vagos). Não ocorreu uma comunicação oficial, ou seja, formalização das informações por meio dos canais de divulgação do empreendedor ou dos líderes políticos do município. A população, não obteve informações claras e precisas, este fato gerou uma expectativa na comunidade, sobre os possíveis impactos que poderiam ocorrer e de que forma esse episódio iria refletir na vida da comunidade.

O envolvimento da sociedade nas questões que abrangem a instalação de hidrelétricas é limitado, quando não inexistente. Mesmo quando há participação popular em processos decisórios, como no caso de comitês de bacias, a posição majoritária está normalmente nas mãos de empreendedores ou do governo, o que compromete o caráter independente das decisões (MASSOLI e BORGES, 2014).

Após os primeiros contatos formais da população com os representantes do empreendimento, ocorreu um efeito preditivo positivo. A comunidade passou a vislumbrar impactos como melhoria da infraestrutura, crescimento econômico e geração de empregos. Essa expectativa positiva da população geralmente pode ser reforçada pelos empreendedores. De acordo com Benincá (2011) o discurso dos interessados na implementação desses projetos é que haverá progresso para comunidade. Não se discutindo os impactos negativos como os ambientais e sociais, que podem ser gerados com a implantação do projeto de geração de energia.

5.1.1. CATEGORIA 1: Melhorias para comunidade

Essa categoria demonstra as expectativas que os moradores de Santo Antônio do Manhuaçu evidenciaram com a construção da barragem no Distrito. Criou-se no imaginário dessa população que a chegada do empreendimento traria melhorias para comunidade, tais como a emancipação do distrito e conseqüentemente o desenvolvimento e progresso.

Pode-se observar em algumas falas a confiabilidade da população de que a construção da Barragem traria melhoria e bem-estar a toda população:

Aquelas pessoas que não pensavam conosco, eles imaginavam que ia trazer crescimento, melhoramento, ia trazer escola, posto de saúde, essas coisas que as pessoas falam, emprego né, então criava muito essa mentalidade, criava aquela fantasia né, que ia ter muita gente trabalhando, que isso ia movimentar o lugar e que ia acontecer isso, acontecer aquilo (J.M.P, NU)

Essa fala possivelmente credita a construção da Hidrelétrica como sendo um meio eficiente de alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico. A Barragem então é valorizada como instrumento, obra eficiente para se chegar a uma melhoria na qualidade de vida da população. Para Diegues (2003), o conceito de desenvolvimento é fundamentalmente político, cada grupo de interesse ou classe social o define segundo suas próprias perspectivas.

Geralmente, no senso comum, as pessoas possuem o hábito de analisar a palavra progresso estritamente como sinônimo de evolução, de crescimento, considerando-o como essencial ao desenvolvimento de determinada região. No entanto, quando ligado às questões relacionadas aos empreendimentos hidrelétricos o conceito revela um lado um tanto quanto polêmico. Afinal, a melhoria nas condições de vida não quer dizer melhoria no estilo de vida. No caso das hidrelétricas, as mudanças no estilo de vida da população podem desencadear alterações das territorialidades.

Quando se iniciaram as primeiras especulações sobre a construção da PCH Areia Branca em Santo Antônio do Manhuaçu, os moradores passaram a manifestar fortes perspectivas em relação ao desenvolvimento local, conforme relatado pelas entrevistadas:

A população esperava que seria uma maravilha né, que iria até virar cidade, a expectativa foi muito grande né (H.R.S, NU).

Que Santo Antônio ia melhorar, ia passar a ser outro Santo Antônio (L.C.J, NU)

Pensamos que ia ser progresso né (G.G.S.C, NU)

Dentre a fala dos entrevistados, é possível identificar que alguns atribuíam a construção da Barragem ao progresso, a modernização da localidade. Feitosa (2016) considera que o ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso é uma marca importante da atualidade. Possivelmente isso justifique a associação dos moradores do Distrito com a construção da Barragem e o ideal de desenvolvimento regional. O que se nota no caso dos empreendimentos hidrelétricos,

é que o anúncio da construção dessas obras gera expectativas como de modernização, crescimento e desenvolvimento regional.

Segundo Berman (1986, p.15) no mundo contemporâneo “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor. Mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos e tudo o que somos”

Neste aspecto Raffestin (1993, p. 144) afirma que o território “materializa o espaço e suas representações são marcadas por toda uma infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção”.

Dessa forma, o território dos empreendimentos hidrelétricos, se torna um território contraditório, ao mesmo tempo que gera expectativas positivas com a possibilidade de transformação, também gera inseguranças. Pois de um lado existe o empreendedor com uma visão materialista do território, contrariamente a essa visão do outro lado existe a população atingida com uma perspectiva imaterial do território.

Zhour *et al.* (2005, p. 50) assim descreve essas perspectivas contraditórias de território:

[...] de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro, o setor elétrico, inclusive o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valorização monetária.

Para Haesbaert (2004) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exerce domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

Bortoleto (2001a) afirma que no momento de sua implantação, os empreendimentos trazem às áreas atingidas a ideia de crescimento e progresso, progresso que é entendido como geração de empregos, novos investimentos e projeção das regiões no cenário nacional. O relato a seguir confirma essa ideia:

Ah, uma revolução, uma transformação! Passar a cidade o lugar. A comunidade esperava isso. Que aqui passasse a ser cidade (A.F.J, NU)

Esperava muita coisa boa né. Só que não veio o que a gente esperava. A gente esperava uma melhoria né, pra Santo Antônio (G.S.F, NU)

Estes discursos podem revelar como é implícito as comunidades que recebem o anúncio de implantação de empreendimentos hidrelétricos a ideia de desenvolvimento regional. Diante do exposto, Santos (2002) assegura que o discurso do progresso, do desenvolvimento e da integração, utilizado para justificar a implantação do empreendimento, se constituem em símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do fenômeno que, ao contrário, pode exatamente vir a devastar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. São instrumentos utilizados a fim de que a sociedade local e também aquelas em outras dimensões possam aceitar a construção do projeto em detrimento dos impactos que estes possam gerar.

As palavras do autor retratam exatamente a percepção de muitos dos moradores do Núcleo Urbano. O movimento das atividades no Distrito, gerada pelo pico da obra, foi algo que animou aquela parte da população que teve as suas atividades comerciais e de prestação de serviços intensificadas, principalmente por estarem acostumados com o marasmo do seu cotidiano local. No entanto, o que parece é que a maioria ainda não visualizava o outro lado disso e o quanto este seria apenas um período transitório, com dia e hora para acabar.

5.1.2. CATEGORIA 2: Emprego

Esta categoria descreve a expectativa de geração de emprego que os moradores apresentavam com a construção da Barragem na região. Por se tratar de um distrito, uma localidade considerada pequena, sem muitas opções de fonte de renda formal, onde grande parte das famílias viviam da agricultura familiar, a expectativa dos moradores era que esse quadro econômico regional fosse modificado com a chegada da Barragem, gerando empregos formais.

Ocorre que, entre as interferências nas atividades econômicas, no imaginário de expectativas dos moradores, era possível que do uso múltiplo das águas houvesse o surgimento de oportunidades econômicas e de emprego (FERNANDES, 2010). Verifica-se nas falas abaixo dos entrevistados que a expectativa da população era de que a construção da Barragem pudesse gerar empregos para população local, melhorando dessa forma as condições de vida da comunidade:

Achavam que a empresa ia dar muitos empregos, como aqui no RIMA fala e no EIA fala que tinha os empregos diretos e os empregos indiretos (J.M.P., NU)

Nós prevíamos emprego pras pessoas, deu muito emprego, gerou muito emprego. Pra própria população, mas veio muitas pessoas de fora né, agora tudo isso, começou com essas pessoas vindo de fora, a gente vê que tudo muda né, igual aqui, questão do dinheiro aqui em Santo Antônio, assim foi pra todo mundo acho que desde a pessoa que lava as roupas (...) (M.L.S.R., NU)

Possivelmente, essa expectativa dos moradores do Distrito, quanto a geração de empregos, possa ser explicada historicamente pela necessidade humana determinada pelo regime capitalista. Para Wieczynski (2003) o trabalho é o grande impulsionador de garantias econômicas e sociais. Essa concepção aproxima-se do entendimento de Woleck (2016), que assegura que na sociedade atual, capitalista, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos sujeitos. Por meio do exercício do emprego o homem é capaz de manter os bens e os serviços que necessita. Além disso, o mesmo autor afirma que o emprego passou a ser categoria dominante, se não exclusiva, para reconhecimento do valor dos propósitos humanos. Numa sociedade assim, não ser empregado é sinônimo de ser imprestável ou excluído. Dessa forma, ter um emprego formal, onde o trabalhador receba um salário em troca de suas atividades, tornou-se importante para satisfazer as necessidades de sobrevivência da população.

Para os entrevistados que residiam na área rural, que viviam basicamente da agricultura, a implantação da hidrelétrica era uma alternativa para conseguir um emprego formal. Alguns abandonaram suas atividades com a terra e foram trabalhar na obra, como pode ser constatado na fala de um agricultor:

A gente ficou sabendo que ia acontecer né, que ia fazer a Barragem lá e tal, e foi aproximando, até que aconteceu mesmo, começou as obras, eu tive lá, procurei emprego e consegui emprego lá, fiquei trabalhando lá (P.M.A, NR)

Segundo o Estudo de Impactos Ambientais (EIA, 2001. p. 181), a população do Distrito, antes da instalação do empreendimento, reconhecia as limitações estruturais e econômicas da comunidade. A população possuía uma expectativa de que com a construção da PCH a economia local fosse alavancada. Com a possibilidade de emprego para os moradores, seria oferecida a oportunidade aos mais jovens de se fixar no Distrito, aumentando, dessa forma, a renda familiar.

A PCH gerou sim empregos temporários por um período médio de 5 anos. No entanto, ao contrário do esperado, após esse período, a maioria dos agricultores não se readaptou às suas atividades laborais, notadamente pelo fato de o trabalho com a terra ser uma atividade muito árdua. O trabalho na obra era árduo, porém muito menos do que as atividades que estavam acostumados. Assim, todo esse contexto acabou gerando um certo êxodo rural, uma vez que principalmente os mais jovens, filhos dos agricultores, foram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Acontecimento este que pode ser reforçado pela citação de Alves e Thomaz Júnior (2012), que afirmam que há um pico de mão-de-obra durante o período de construção da hidrelétrica, e uma desaceleração gradativa dos efetivos dos trabalhadores após a construção do empreendimento, gerando um problema local devido ao não retorno de parte desses trabalhadores para suas atividades laborais de origem, pressionando assim as demandas por infraestrutura, geradas pelo desemprego.

O que se nota é que o fenômeno de êxodo rural desencadeado pela implantação de empreendimentos hidrelétricos, assim como o não retorno de parte dos trabalhadores para suas atividades laborais de origem, se constitui em um processo de desterritorialização e reterritorialização.

Para Nascimento e Mendonça (2012) a apropriação do espaço para a construção de hidrelétricas significa uma expropriação camponesa, o que desencadearia o processo de desterritorialização dessa população. Porém, por questões de sobrevivência, essa população se reterritorializa, levando a uma (re) significação do território.

Neste estudo percebe-se que a população de Santo Antônio do Manhuaçu, diante do processo de territorialização da PCH Areia Branca, se desterritorializou e ressignificou seu território. Segundo Kudlavicz (2005) é fundamental entender de que forma as barragens se territorializam, uma vez que o processo de territorialização destas, provoca a desterritorialização das pessoas de seus lugares, e a transformação de seus territórios.

Ainda sobre os efeitos da desterritorialização, Carvalho e Medeiros (2005) afirmam que esse processo forçado pela territorialização das barragens, pode causar diversos

impactos nas populações atingidas que têm suas territorialidades alteradas pelas mudanças socioeconômica e culturais.

O processo de desterritorialização produz uma percepção inversa da territorialidade. Enquanto a territorialidade evoca o pertencimento e afeto, a desterritorialização significa um complexo processo de ressignificação de atitudes e valores (RODRIGUES, 2013).

5.2. TEMÁTICA 2: Mudanças ocorridas durante a construção da Barragem

Nesta temática será abordada as mudanças ocorridas durante o período de construção da PCH Areia Branca, entre os anos de 2002 a 2008. Essas mudanças relatadas pelos entrevistados estão diretamente relacionadas com o aumento populacional proveniente da construção do empreendimento. Por um lado, o aumento populacional foi considerado como positivo por parte dos entrevistados, com o aumento pela demanda de serviços e bens, como a elevação de aluguéis e o aquecimento do comércio. Por outro lado, o aumento populacional causou impactos negativos como perturbação da ordem pública, o aumento do fluxo de veículos, além de impactos ambientais, sociais e na saúde.

Segundo Fenilli (2002) as principais mudanças socioeconômicas provocadas pela implantação de hidrelétricas são: criação de expectativas, alteração do cotidiano da população, alteração demográfica, intensificação do tráfego, alteração no quadro de saúde, perda de terras e benfeitorias, desestruturação da unidade de produção familiar e interferência no fluxo turístico da região. Acrescenta-se a este quadro os empregos temporários, que geram uma falsa sensação de prosperidade local.

5.2.1. CATEGORIA 1: Aquecimento do comércio e aluguel de imóveis

Essa categoria acerca-se dos impactos gerados na economia do Distrito com a implantação do empreendimento hidrelétrico. Os empreendimentos hidrelétricos causam impactos de cunho socioeconômicos (AGUILAR, 2006; ALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2012; LATINI; PEDLOWSKI, 2016). Os impactos socioeconômicos estão relacionados a qualquer prática que afete a ordem social e econômica, no caso específico do estudo, no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, os principais

impactos socioeconômicos mencionados pelos entrevistados foram sobre o comércio e o aluguel de imóveis.

Para Haesbaert e Limonad (2007) o território, num sentido mais material-funcionalista, pode estar vinculado à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo.

Em relação ao movimento comercial que o Distrito apresentava antes da chegada da Barragem, houve um aumento exacerbado do comércio nos diferentes tipos de atividades. Uma das entrevistadas relata o aquecimento no comércio:

Todas as firmas frequentaram o meu comércio, graças a Deus! (M.L.S.R, NU)

Alguns dos impactos socioeconômicos foram vistos por parte da população como positivos, como no caso do aumento da oferta de empregos, assim como o aumento da demanda de bens e serviços.

O impacto positivo sobre a economia local estava diretamente relacionado ao aumento populacional, ou seja, onde há demanda existe consumo. Como pode ser constatado na fala da entrevistada:

A construção da barragem trouxe aquele monte de homem né, e assim, os comerciantes teve um pouquinho de serviço, um pouquinho de lucro, durante né, a construção da barragem, porque tinha muita gente (L.C.J, NU)

Assim como o impacto no comércio, houve também um impacto sobre o aluguel de imóveis. O aquecimento do comércio e do aluguel se deve ao aumento populacional significativo de operários que se deslocam para localidade para construir a obra. Isso representou uma impressão de melhoria da economia local. As entrevistadas relatam esse aquecimento na economia local:

Lucrou, nossa mãe! Tem gente que lucrou muito com comércio e aluguel de casa. Na época eu aluguei aquela casa da mãe, casa velha daquele jeito 350 reais (E.M.O, NU)

O pessoal chegou a desocupar as suas casas e morar em casinha menor pra alugar e ganhar dinheiro nas suas casas. Teve lucro sim, pra essas pessoas (A.F.J, NU)

No entanto, o que se observa é que esse aquecimento da economia local é temporário, ocorrendo apenas durante o período de construção do empreendimento.

Como pode ser evidenciado na fala da entrevistada:

Somente na época da construção houve um aquecimento do comércio e nas casas de aluguel. Passado essa fase, o que restou foi um distrito pior que era antes, os jovens acompanharam as empresas que aqui trabalharam, causando um vazio demográfico (H.S.M., NR)

A fala da entrevistada comprova um fenômeno comumente vinculado a construção de empreendimentos hidrelétricos, o aquecimento temporário da economia local. Segundo Latini; Pedlowski (2016), os impactos positivos gerados pela implantação de empreendimento hidrelétrico se materializam pelo aumento na demanda de bens e serviços, como no caso do Distrito estudado, pelo aquecimento do comércio e aluguel, que de certa forma dinamizam a economia local. Porém, os autores fazem uma ressalva, que os impactos econômicos positivos provenientes da construção de tais empreendimentos são temporários, sendo significativos durante a fase de construção do empreendimento, tendo uma diminuição significativa durante a fase de operação.

De acordo com Alves e Thomaz Júnior (2012) há um intenso processo de reorganização econômica e territorial da região com a implantação de um empreendimento hidrelétrico. A reorganização territorial, assim como a econômica, está vinculada a migração de operários para desenvolver atividades laborais na obra. O que se observa é um processo de territorialização por parte dos trabalhadores. Saquet (2007, p. 67) parafraseando Raffestin assegura que “a territorialização é um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações, substantivando uma abordagem relacional e transescalar do território e da territorialidade”.

Lima e Vasconcellos (2013) consideram que o impacto econômico sobre as populações atingidas por empreendimentos de aproveitamento hídrico, está relacionado ao rápido e significativo aporte de operários nas obras de construção da barragem. Esse aumento súbito de pessoas na região desestrutura a economia, sem que a população tenha tempo de se adaptar as mudanças. Após a finalização da obra, a população sofre novamente com o impacto na economia, pois a retirada dos operários devido a conclusão da obra, desestrutura novamente a economia, em virtude da perda de mercado consumidor.

Observa-se que a instalação de empreendimentos hidrelétricos causa impactos econômicos, como a desestruturação da economia local, que se dá em virtude principalmente do processo de territorialização e desterritorialização dos operários da obra, o que gera uma falsa expectativa de melhoria econômica na comunidade. O que na verdade ocorre é um desequilíbrio entre oferta e procura, a chegada de operários para construção da obra, eleva o número populacional da localidade, desencadeando uma procura de serviços locais, como comércio e aluguel de imóveis, e a retirada desses operários desacelera essa procura.

5.2.2. CATEGORIA 2: Aumento populacional

Nessa categoria está descrita o aumento populacional como uma das mudanças apontadas pelos entrevistados ocorrida durante a construção da PCH Areia Branca. Na percepção dos entrevistados, essa ampliação populacional no Distrito gerou impactos positivos sobre a economia local, mas também impactos sociais negativos.

A construção de hidrelétricas dinamiza os processos produtivos regionais em vários aspectos, dentre eles, o crescimento demográfico, ou seja, há uma atração populacional para a área de construção. Provavelmente relacionado ao deslocamento de indivíduos para a realização da obra e todo o arsenal técnico e humano que envolve a execução do empreendimento, bem como as atividades econômicas relacionadas ao comércio e serviços (BORTOLETO, 2001b).

É evidente que o aumento populacional no Distrito ocorreu devido ao fluxo migratório de operários para a construção da obra. Para Saquet e Mondardo (2008, p. 120) “a construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos”. Nesse contexto, a rede deve ser elemento que circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização.

O aumento populacional ocasionou um impacto cultural, pois os moradores do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu estavam habituados com uma vivência cotidiana tranquila. Entretanto, com a chegada dos trabalhadores da obra houve uma intensa transformação nas suas rotinas com situações nunca observadas antes, conforme relata a moradora:

E um dia eu observei uns carros parados aqui, tinha placa do sul ao norte, nordeste. Aí veio gente do Brasil todo. De um extremo ao outro. Então foi assim um impacto muito grande de culturas e pessoas diferentes. Inclusive, aqui perto de casa morou dois senhores que eram do Goiás, eles comentavam com a gente. Pra eles também foi tudo muito diferente. E morou aqui em frente também, uns rapazes que faziam muita bagunça. Eram assim até comunicativos com a gente, mas eram bem desordeiros. Chegavam tontos, tinha muito disso. O bar aqui em frente tinha brigas. Foi uma coisa completamente diferente do que a gente tinha acostumado a viver (H.R.S, NU).

Percebe-se na fala acima que o Distrito sofreu um repentino e improvisado crescimento populacional, que gerou impactos culturais e sociais. De acordo com Mazarollo (2003) o aumento populacional em localidades de implantação de empreendimentos hidrelétricos ocorre pela busca frenética de oportunidades de trabalho, relacionadas diretamente com a construção da obra, ou indiretamente através de atividades comerciais.

Na fala abaixo observa-se a ocorrência do aumento populacional de trabalhadores em relação à densidade demográfica do Distrito durante o pico da obra:

Aí começou a construção mesmo. Aí foi a chegada do pessoal. Aí que começou a desinquietação né, foi muito barulho, muita gente, aqui tem aproximadamente 1000, 1200 habitantes. A cozinheira lá da Barragem, que é minha amiga, cozinhou lá, disse que chegou a ter um pico de 1000 homens trabalhando (H.R.S., NU).

O aumento populacional desencadeado pela construção de barragens trata-se de um fluxo de trabalhadores necessários à construção da obra, assim como de outras pessoas que vêm prestar serviços. Esse aumento populacional pode equivaler ou até superar o número de habitantes da localidade de implantação do empreendimento. Geralmente o que ocorre é um aumento populacional temporário, durante apenas o período de construção da barragem (CARVALHO e MEDEIROS, 2005).

Esse aumento considerável da população de indivíduos não residentes no Distrito, que vieram trabalhar na obra, foi lamentado por vários moradores:

Quando eles vieram pra cá o movimento aqui foi muito né, nossa a população parece assim que dobrou. Foi muito homem mesmo que tinha aqui (L.C.M, NU).

A maioria de trabalhadores que veio atuar na construção da Barragem eram homens, o que parece uma realidade comum nesses tipos de empreendimentos. Tal fato

chegou a causar receios e constrangimentos na população de Santo Antônio do Manhuaçu, tal como relatam os moradores:

Santo Antônio ficou insuportável com a chegada deles. Porque era muita gente estranha, muita gente diferente, e natureza diferente, pessoas de vários tipos. A gente tinha, a gente que tinha é, pessoas assim de família, às vezes sentia até meio constrangida de sair na rua, dependendo do ambiente perto do qual a gente passava. É, aqui pra todo lado que a gente ia, era peão puro. Nossa, era um fluxo de gente enorme (A.F.J, NU).

Nossa senhora, na época da barragem era homem demais, saía de tarde aqui pra cima ocê não tinha nem jeito pra andar, de tanto macho pras berada das calçadas e pros bar (M.G.R, NU).

Aumentou demais o número de pessoas no lugar, a população né, durante o tempo que eles tavam aqui. Não dava nem pra andar na rua direito. Eles ficavam mais nos barzinhos aí (G.S.F, NU).

O aumento populacional relatado pelos entrevistados parece ser um fenômeno comum nas regiões de implantação de empreendimentos hidrelétricos. Segundo Trevisan; Ribeiro (2016) migrantes são atraídos para regiões de construção de hidrelétricas devido ao aumento da oferta de emprego.

Assim, pode-se considerar neste estudo que o aumento populacional foi decorrente do fluxo migratório de operários para construção da obra, levando a uma nova reorganização populacional e territorial. Porém, cabe destacar que esse fluxo reduziu após o término da obra, pois boa parte da população economicamente ativa deslocou-se (desterritorializou) ao final da obra para outras localidades. Entretanto, o aumento populacional não se traduziu em benefícios local para todos os indivíduos. Para alguns entrevistados o aumento populacional foi visto como positivo, haja vista a elevada procurada por bens e serviços na comunidade. Para outros entrevistados o aumento populacional se traduziu como negativo, por causar dos receios quanto ao convívio com pessoas desconhecidas.

5.2.3. CATEGORIA 3: Perturbação da ordem pública

Esta categoria identifica a perturbação da ordem pública como uma das mudanças ocorridas durante a construção da Barragem. A ordem pública seria um completo estado de normalidade, onde existe o cumprimento da lei e das disposições emanadas das autoridades. De maneira inversa a perturbação da ordem pública, seria o não

cumprimento dessas leis, gerando perturbações nas relações sociais (PIERRO JUNIOR, 2008).

Em se tratando da implantação de empreendimentos hidrelétricos observa-se que a perturbação da ordem pública está associada ao aumento populacional decorrente da construção da obra. Segundo Carvalho e Medeiros (2005) o aumento populacional produz transformações importantes no comércio local e no preço dos aluguéis, porém um fato negativo é o aumento nos índices de criminalidade e de prostituição, que se traduzem em impactos sociais.

Além de conviver com um volume maior de homens transitando diariamente pelo Distrito, os moradores tiveram de acostumar-se com a falta de sossego para dormirem, por causa de gritos, som alto e barulho de veículos, sem contar a prostituição nos bares a noite. A esse respeito, relatam os moradores:

Barulho de homem, conversa, grito. Lá pra cima muita gente reclamava que não dormia. É som ligado a noite toda (G.F.J, NU).

No período que estavam aqui, os barrageiros faziam bagunça a noite toda, principalmente de sábado pra domingo, eles ficavam a noite toda fazendo barulho, aqui em casa né, em frente tem o bar, eles ficavam aqui no bar, bebiam muito e tinha muita prostituição (J.S.P.G, NU).

Diante da fala das entrevistadas, cabe aqui uma observação sobre o que seriam os barrageiros. Para Ribeiro (2000), os denominados barrageiros são os trabalhadores, sejam eles mestres-de-obra à engenheiros, que vivem em um circuito migratório dos grandes projetos e nele passam a viver permanentemente durante toda sua vida de trabalho ativo. Definí-los como barrageiros implica associar a identidade a um tipo de atividade laboral. Deste modo, estes indivíduos são possuidores de uma territorialização definida pela esfera do trabalho.

Santo Antônio do Manhuaçu, antes da construção da PCH Areia, apresentava um contexto de vida pacata, característica comum no interior de Minas Gerais. Porém testemunhou a mudança desse cenário com a construção da Barragem, como pode ser evidenciado na fala da entrevistada:

Aqui era bom demais, virou uma bagunça. Ah, tinha paz né, os meninos podia brincar na rua, (...) quando eles tavam aqui era uma confusão danada. Na época era muita bagunça (G.G.S.C., NU).

Conforme Müller (1995), situações como essas relatadas pelos entrevistados desestruturam a vida social já estabelecida pela comunidade. A perturbação da ordem pública, pode incidir sobre grupos já estabelecidos socialmente, com relações de direitos e obrigações.

Foi muita desordem mesmo que teve aqui no tempo da barragem, muita desordem que a gente não sabe ainda. Eu vô fala com ocê essa barragem, foi a maior confusão aqui no nosso lugar, mas diz que é pra todo lado (M.G.R., NU).

Na fala da entrevistada constata-se que a implantação do empreendimento hidrelétrico na localidade gerou uma série de problemas e impactos de ordem social, decorrentes do significativo deslocamento de mão-de-obra em função da construção da Barragem. Ademais, percebe-se que medidas para mitigar os impactos causados pela perturbação da ordem pública não foram tomadas pelo empreendedor ou pelo poder político. E a comunidade mais uma vez sofreu com o impacto social desnecessário. Isso demonstra que empreendimentos destinados a geração de energia são de alguma maneira uma atividade socialmente impactante.

De acordo com Santos (2011) as barragens promovem uma série de cortes no espaço vivido e criam paisagens que atendem ao projeto utilitarista. A ordem trazida pelos vetores da hegemonia que cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo porque essa ordem não é portadora de um sentido. Por tanto, ao ser executada tem uma forma “perversa para a maioria da Humanidade”.

5.2.4. CATEGORIA 4: Aumento da frota de veículos automotores

Nesta categoria o aumento do tráfico de veículos foi uma das mudanças detectadas pelos entrevistados no Distrito. Santo Antônio do Manhuaçu é um distrito que se localiza a 40 Km da Sede do Município, considerado quase uma área rural, habituado a conviver com o mínimo possível de carros transitando pelas ruas. Durante o período de construção da Barragem esse fluxo de veículos aumentou devido a necessidade de transporte de operários e materiais para construção da obra.

Assim, a população precisou conviver com a intranquilidade gerada pelo movimento intenso de veículos de todos os tamanhos transitando pela rua e conduzindo materiais, equipamentos e pessoas para a Barragem. Sobre isso, informa a moradora:

Eu um dia sentei ali e contei por minuto quantos carros passava. Cinco por minuto. Eu contei, eu fiz questão. Aquele do britador São Geraldo, passava com mais de tonelada de pedra. Cinco por minuto. Aí começaram a aparecer as rachaduras nas casas (H.R.S, NU).

Essa fala evidencia o aumento do fluxo de veículos no Distrito, ocasionando impacto negativo nas estruturas das residências, que apresentavam infraestrutura inadequada para suportar o trânsito intenso e a carga de veículos de grande porte destinados a construção da Barragem.

Parte dos moradores do Distrito não queriam que os veículos que trafegavam sentido à Barragem utilizassem Santo Antônio do Manhuaçu como via de acesso. Por um lado, pensando no impacto que tal ação causaria à população e, por outro, para ter esse argumento como estratégia para exigir o cumprimento de algumas das condicionantes. Chegaram a fazer manifestação, como destaca a moradora:

Aí depois que passou tudo [caminhões e carros da Barragem passando dentro do Distrito], eles fizeram uma manifestação pra não passar. Porque na verdade, a gente não queria, não é que não queria que passasse, a gente tava fazendo pressão em cima deles. Fazendo pressão pra querer alguma coisa. E eles falavam que ia passar por lá [Inhapim], mas nunca que eles passavam por lá, porque as carretas, as bobinas, o negócio da barragem, você precisa de ver. Eu fiquei boba com o povo aqui na rua, veio os carros na frente, batedor né e foi manobrando para eles passarem, foi a conta, era carro muito grande, não fazia curva nenhuma na estrada, eles não passavam nunca por lá, ia deixar de passar pelo asfalto pra passar por estrada de chão lá? (E.M.O, NU).

De acordo com o relatado da entrevistada, observa-se que o aumento súbito da circulação de veículos, e principalmente de máquinas pesadas em função da construção da Hidrelétrica, era uma preocupação da comunidade quanto aos possíveis impactos que poderiam ser gerados.

Segundo Candiani *et al.* (2013) a implantação de empreendimentos para aproveitamento hidrelétrico pode interferir na economia local, na área social e também na infraestrutura local com um maior trânsito de veículos e desgastes da malha viária.

O tráfego intenso de veículos, além de causar transtorno pelo excesso de carros no Distrito, destruiu o calçamento da rua e provocou rachaduras nas casas da avenida principal. Segue discurso dos moradores a esse respeito:

Que depois o pessoal da barragem chegou, foi chegando devagarinho, devagarinho, devagarinho, com o caminhão e acabou passando com tudo na rua. Fez os estragos no calçamento e nas casas e não fez nada pra resolver (G.S.F, NU).

E eles tinham que arrumar a rua também porque esburacou tudo porque os caminhões passavam todos dentro da rua. E apareceu um monte de rachaduras nas casas porque não tinham infraestrutura. Isso tudo era condicionante que eles tinham que arrumar. Mas, eles alegaram que não era, que não foi eles. E não arranjaram nada de casa (J.S.P.G., NU).

Nesse sentido é evidente que o Distrito não tinha infraestrutura, nem estava preparado para receber aumento da frota de veículos automotores. Para Piacenti *et al.* (2003) as usinas geradoras de energia, têm uma função a desempenhar nas localidades que são implantadas. Mais do que simplesmente gerar energia, elas representam o papel do Estado, assim, as ações desses empreendimentos não deveriam ser danosas para comunidade, como no caso desse estudo, onde a infraestrutura da localidade foi danificada, mas sim levar alternativa de desenvolvimento para essas regiões.

É notório que independente do porte do empreendimento, seja UHE ou PCH, impactos nas populações locais ocorrerão, mesmo que em curto ou longo prazo. O aumento do tráfego de veículos automotores no Distrito, resultou em efeitos sentidos pela população na infraestrutura de suas casas e nas vias urbanas.

5.2.5. CATEGORIA 5: Ambiental, social e na saúde

Esta categoria aborda a percepção dos sujeitos sobre os impactos causados pela implantação da PCH Areia Branca. De acordo com os entrevistados ocorreram impactos sociais, ambientais e na saúde.

Ao abordar os impactos causados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos, é necessário elucidar o conceito de impacto ambiental. A Resolução nº 1 de 1986 do CONAMA (BRASIL, 1986) em seu artigo primeiro, considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente. Essas alterações são resultantes das atividades humanas, que afetam direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as

atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos naturais. A partir dessa definição, pode-se afirmar que os impactos ambientais não se restringem aos aspectos dos fenômenos naturais. Incluem também os efeitos negativos causados pelo empreendimento sobre os componentes bióticos, abióticos, econômicos, sociais e culturais. Segundo Philippi Júnior; Maglio (2005) o conceito está calcado no efeito das ações humanas sobre os ecossistemas e envolve também as implicações das ações antrópicas sobre a própria sociedade e a economia.

Uma alteração pode ser causada por fenômenos naturais ou através de uma ação antrópica. As alterações naturais são definidas pelos fenômenos naturais, tais como os processos de erosão, a deposição de sedimentos, o ciclo hidrológico, entre outros. Já as alterações provocadas pelo Homem, muitas vezes, são denominadas efeitos ambientais. Assim, define-se impacto ambiental como qualquer alteração significativa (envolve escolhas de natureza técnica, política ou social) no meio ambiente, em um ou mais de seus componentes, provocada pela ação humana. Dependendo do resultado da ação, os impactos podem ser considerados negativos ou positivos. Quando a ação resulta em dano à qualidade de determinado fator ou parâmetro ambiental, tais como perda de vegetação e aumento do nível de ruído, tem-se um impacto negativo. Ao contrário, se a ação resulta na melhoria ou potencialização da qualidade ou efeito de determinado fator ou parâmetro ambiental como tratamento de esgoto, incremento da geração de emprego, das condições de saúde, diz-se que o impacto é positivo (PHILIPPI JÚNIOR; MAGLIO, 2005).

Nesta perspectiva de impacto socioambiental, Silveira (2016) afirma que o território pode ser compreendido como recurso metodológico para a análise desses impactos de forma a se evidenciarem as escalas nacional ou local, com a finalidade de se compreenderem as relações de poder e suas formas de organização nessas diferentes escalas de atuação. Existe uma falha ao elaborar os estudos de impactos ambientais de hidrelétricas, pois os estudos deveriam levar em consideração as questões relacionadas ao território, como a abrangência espacial e a temporalização das transformações desencadeadas pela implantação desses empreendimentos.

Percebe-se nas entrevistas realizadas com os moradores do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu que a implantação da PCH Areia Branca desencadeou vários impactos

negativos, a saber: prostituição, aumento no consumo de drogas, incidência de doenças, proliferação de insetos e alterações no rio Manhuaçu. Alterações que afetaram e ainda afetam direta e indiretamente os moradores da localidade. De acordo com Astolphi (2014) toda a ordem da cultura humana é afetada pela construção de hidrelétricas, gerando impactos, ou melhor, dizendo, efeitos sócio espaciais.

Entre os efeitos sociais, fica evidente na fala dos moradores de Santo Antônio do Manhuaçu casos de prostituição e o aumento do consumo de drogas:

Prostituição que começou brava né, no Santo Antônio, tanto é que até hoje tem fruto da barragem. Os menino da barragem aí. E assim, eu vi o Santo Antônio acabar, pra te falar a verdade (L.C.J., NU).

Aconteceu muitas coisas ilegal, meninas caíram na prostituição (A.F.J., NU)

Esses depoimentos confirmam que a construção do empreendimento na localidade aumentou o índice de prostituição. Felisberto; Westrup (2014) consideram que existe uma conexão entre o aumento da prostituição nas localidades de implantação de hidrelétricas e o acréscimo exacerbado de operários que migram para região devido a demanda de trabalhadores para construção da obra. Isso demonstra a existência de uma conexão direta entre casas de prostituição e a construção de barragens. Conforme pode ser constatado na fala da entrevistada:

Teve, muito isso [prostituição] (...) aqui do lado nesse apartamento, ele foi alugado também, os encarregados ali, as meninas de menor iam para ali. (M.L.S.R, NU)

A fala desses entrevistados evidencia que a implantação de uma hidrelétrica, como no caso na PCH Areia Branca, modifica de forma expressiva a natureza social da localidade. Estudos desenvolvidos por Santos; Sousa (2014) demonstraram que trabalhadores de obras civis, como de hidrelétricas, se constituem em um grupo distinto de outras categorias de trabalho. Acredita-se que essas diferenças possam estar relacionadas a migração para locais que tenham demanda para tal mão-de-obra. O estilo de vida migratório desses trabalhadores desencadeia efeitos sobre a vida sexual. Existindo uma forte associação entre o tempo fora de casa e a prática de sexo com prostitutas.

Além dos impactos vivenciados durante a implantação da Barragem, existe também impactos que perduram ao longo do tempo e que marcam as histórias de vida. Como resultado da prostituição, algumas mulheres ficaram grávidas.

Teve uma que engravidou e o pai sumiu. A criança ficou sem registro de pai. A criança não sabe quem é o pai (E.M.O, NU).

Teve de tudo uai, eu sei assim que foi duas, que eles falam assim, tem duas que nasceram que eles falam que é filho da barragem. Eu acho que nenhuma tem identificação do pai (...). Falou que era um aí, acho que fez até o DNA, não era Aquele, aí acho que ela não procurou mais. E elas não tem nome de pai não (M.L.S.R., NU).

(...) jovens e adolescentes que ficaram com filhos “sem pai”, pois foram embora sem deixar endereço, algumas crianças hoje adolescentes não conhecem seus pais (H.S.M., NU)

Dados como estes sobre prostituição e gravidez não planejada trazem a reflexão de como as populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos são vulneráveis aos impactos sociais causados por barragens.

Associado a prostituição, os sujeitos entrevistados, relatam um aumento no consumo de drogas no Distrito após a chegada da Barragem. O consumo de drogas intensificou durante o pico da obra e permaneceu após o término:

O uso de droga, eu acho que intensificou muito mais com as coisas da barragem. A prostituição durante a barragem, as drogas aumentou muito mais (L.C.J., NU)

Novamente, o aumento populacional gerado pela construção da obra é identificado como causador não somente da intensificação da prostituição, mas também com o aumento do consumo de drogas no Distrito. Segundo Carvalho; Medeiros (2005) a criminalidade, principalmente a ligada ao tráfico de drogas, assim como a prostituição, não se desterritorializam após o término da construção da barragem. Como pode ser constatado na fala:

Aqui eu acho assim que aumentou o número de drogas, eu acho que foi na época da hidrelétrica, foi uma coisa que me preocupou, pois era com a minha comunidade a respeito. E hoje a prostituição e a droga, tudo veio para aqui, eu acho assim que veio por causa da hidrelétrica (M.L.S.R., NU)

Pode-se constatar que a chegada da PCH Areia Branca reconfigurou o território do Distrito. Os novos cidadãos que migraram para região para trabalhar na obra se

territorializaram, reconfigurando o cenário social da localidade. Para Magalhães Júnior (2016) a chegada de novos cidadãos decorrente da implantação de hidrelétricas influencia a cultura, a economia, assim como o modo de vida e os costumes sociais da comunidade local, fazendo com que se inicie ou intensifique os casos de prostituição, o uso de drogas e as doenças.

As migrações compulsórias podem ser consideradas fator recorrente do modelo atual do capitalismo pós-fordista que provocam uma série de impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos. A obrigação de conquistar novos territórios para acumulação de capital se movimenta para as “fronteiras de expansão”, espaços considerados não capitalizados (STOLEMAN *et al.*, 2014).

Especificamente em relação as doenças, os impactos dos empreendimentos hidrelétricos podem desencadear modificação do processo saúde-doença. Entende-se que esse processo possivelmente sofrerá influencia biológica, econômica, social e cultural. A construção de hidrelétricas, têm ocupado lugar de destaque, tanto nas questões relacionadas aos impactos ambientais, como nos impactos à saúde das populações atingidas direta ou indiretamente por tais empreendimentos. Além dos danos à saúde física, podem surgir danos também a saúde mental, como por exemplo o estresse e a depressão (GIONGO; MENDES; SANTOS, 2015).

Na fala dos moradores observa-se uma alteração no estilo de vida da população, que possuía relações sociais consolidadas. Essas alterações afetaram o processo saúde-doença e desencadearam patologias psicoafetivas, como por exemplo a depressão. O que se nota é que a doença pode ser desencadeada por vários motivos, desde questões de ordem financeira, até questões relacionadas ao sentimento de perda do lugar.

Eu tive uma depressão doída, e muito de nós entrou, muitos, muitos (J.A.P.M., NR)

É igual no caso do pai, ele foi indenizado, ele recebeu um dinheirinho bom, mas não é porque ele recebeu que tem que sofrer o impacto né. Não é porque ele recebeu. Ele teve depressão por 3 anos ué. Então, não tem dinheiro que paga né (J.S.P.G., NU).

Os relatos dos entrevistados demonstram como a vida das pessoas que são submetidas à mudança de território de forma compulsória é afetada pelo processo e

podem sofrer os efeitos nas suas condições de saúde e adoecimento, a depender do grau de envolvimento da pessoa com seu território, o nível de apego e os laços com o lugar (ASTOLPHI, 2014). Segue fala do entrevistado a esse respeito:

A minha filha que morava lá perto de nós (Barra do jacutinga) ela deu depressão. A vida era chorar. Não comia não, nem dormia (J.V.S., NR).

O fato dessas pessoas terem que abandonar seus espaços construídos, como suas casas, propriedades, vizinhança, atividades laborais, religiosas e de lazer causam uma desestruturação social e conseqüentemente o aparecimento de doenças psicoafetivas. Pois relações estabelecidas entre os sujeitos e o território, antes da chegada da Barragem, são desfeitas. De acordo com Stoleman *et al.* (2014) a ruptura com o território material e simbólico pode desencadear uma série de perdas, ao mesmo tempo materiais e simbólicas, que não conseguem ser remediadas pelo atendimento das necessidades de subsistência. Pois a perda simbólica possivelmente promoverá no indivíduo um quadro depressivo, cujo sintoma de doença não o encoraja agir e reagir no novo território.

Resultados obtidos com pesquisas realizadas à respeito dos impactos sociais ocasionados pela construção de barragens sugerem que nessa desterritorialização as identidades de comunidades rurais atingidas se deterioram e é imposta uma forma particular de apropriação do espaço que rompe com os equilíbrios básicos entre cultura e natureza. Além disso, demonstram que as populações sofrem as mais severas implicações, porque perdem referências construídas ao longo de gerações. Os reassentamentos são definidos pelas empresas responsáveis pela construção da barragem, não tendo a comunidade atingida direito a nenhum tipo de escolha. E a quem caberá pagar o “custo social” da remoção dessa gente daquele ambiente físico, socialmente estabelecido? (BERMANN, 2007).

Nesse sentido, o território assume para os atingidos por empreendimentos hidrelétricos um lugar de propriedade afetiva e emocional, de pertencimento. Haesbaert (2007, p. 23) afirma que o “território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. E ainda endossa que “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais vigorosas de apego a identidades territoriais”.

A identidade é, portanto, construída pela relação entre os sujeitos e o território. Para Saquet (2007, p. 71) “o território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza”.

Além da depressão, indivíduos residentes em áreas a serem inundadas podem ser acometidos por estresse resultante da pressão e burocracia de ter que lidar com as indenizações (WERNER, 1985). Na fala abaixo, do proprietário de terra, nota-se uma preocupação com as questões financeiras.

(...) eu não dormia mais, e o pior que as duas meninas tava na Faculdade imagina, e eu já tinha desfeito das vacas, eu já tinha vendido as vacas de leite. Falei agora ficou desgramado, como é que eu vou fazer, eu não dormia mais, eu andava igual um louco para todo lado (J.A.P.M, NR)

O deslocamento compulsório, mais do que arrancar pessoas do lugar em que moram e deslocarem para outros lugares, significa um ataque a uma vida culturalmente vivenciada entre o território e o modo de vida das pessoas. Tal deslocamento faz com que se criem sentimentos de perdas muitas vezes ignorados por empreendedores responsáveis pela execução de grandes empreendimentos (ASTOLPHI, 2014).

A relocação da população em decorrência da construção de hidrelétricas, agrava fragilidades nas pessoas produzindo problemas de saúde, resultando em manifestação psicossomática, como a depressão e o estresse. Essas enfermidades podem surgir em decorrência da instabilidade social. Porém existe também as enfermidades que podem ter sua origem no desequilíbrio ambiental, como aquelas que afetam os insetos e outros animais, favorecendo a proliferação de vetores de endemias (MÜLLER, 1995).

Entre o grupo de enfermidades que tem origem no desequilíbrio ambiental, em Santo Antônio do Manhuaçu, foi apontado pelos entrevistados casos de Febre Maculosa. De acordo com Fernandes (2010), a condição de vida da população pode ser pressionada com a construção de uma barragem, devido as possibilidades de aumento de doenças relacionada a formação do reservatório, que pode ser desencadeada pelo deslocamento e expansão de vetores de doenças.

Na área de implantação da PCH Areia Branca, ocorreram zoonoses (doenças que infectam animais e, às vezes, o homem). Houve notificação de casos de Febre

Maculosa. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), a febre maculosa brasileira (FMB) é uma doença infecciosa febril aguda, com elevada taxa de letalidade, adquirida pela picada do carrapato. Esse carrapato pode ser encontrado em animais como: bois, cavalos e, especialmente, na capivara, o maior de todos os reservatórios naturais.

Atribui-se a incidência da doença as interferências do homem no ecossistema aquáticos e terrestres. Interferência que ocorreu durante a implantação da PCH Areia Branca e que pode ser constatada na fala da entrevistada:

E também houve a questão das doenças né, da febre maculosa, transmitida pelas capivaras, que morreram seis pessoas. Impacto ambiental porque destruiu muito lá. Cortou as árvores, tudo lá, o impacto foi lá, e as capivaras foram subindo. Por exemplo, um rapaz que morreu pai e filho, era às margens do rio. Todos foram às margens do rio, o pai e filho foram às margens do rio, o primeiro foi que trabalhava lá, outros foram pescar e contaminaram. Então, né, foi o impacto do desmatamento (J.S.P.G, NU).

Durante a elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA) sobre a PCH Areia Branca, realizado em 2001, os responsáveis pelo plano já alertavam o empreendedor para o acompanhamento rigoroso de algumas doenças endêmicas, entre elas a Febre Maculosa:

Riquetsiose transmitida pelo carrapato, mantém-se endêmica na região de Caratinga onde se registra o maior número de casos suspeitos e confirmados de Minas Gerais. Observada geralmente em zona rural, mais frequentemente nos meses mais secos de maio a setembro. Predominam as formas graves da doença, exigindo atenção para um diagnóstico precoce e instalação imediata de tratamento (LIMIAR, 2001, p. 23).

Mesmo diante do alerta realizado pelo PCA ao empreendedor, durante a construção da Barragem, foram notificados casos da doença, como pode ser constatado na fala da entrevistada:

Ele [marido] morreu foi de febre maculosa. A princípio todo mundo achou que podia ser a leptospirose e depois que veio o exame foi constatado que era a febre maculosa mesmo, por causa do carrapato. Com o impacto da água com o desmatamento que fizeram lá, os bichos ficaram sem lugar (L.C.M, NU).

O PCA recomendava que ações como o monitoramento e controle do quadro de saúde e das condições sanitárias, fossem definidas e implantadas pelo empreendedor para que as modificações e agravos no quadro de saúde regional, decorrentes da implantação da PCH Areia Branca, fossem minimizados ou neutralizados.

No entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados as medidas não foram implementadas pelo empreendedor e os impactos ambientais desencadearam a proliferação de insetos, favorecendo a propagação de vetores que causam doenças.

Aí na água ficar parada aí aumentou os insetos. Muito pernilongo, mais é pernilongo. Pernilongo demais da conta (J.S.P.G., NU).

A herança da barragem que ficou pra nós foi os mosquitos, os pernilongo (M.G.R, NU).

Pernilongo nós não tínhamos pernilongo, e agora tem (M.L.S.R, NU).

Torna-se evidente, portanto, que os impactos sobre o meio ambiente refletem sobre a saúde da população. Tal constatação pode ser reforçada pela concepção de Giongo; Mendes e Santos (2015) que afirmam ser necessária uma compreensão da natureza como extensão da vida humana, e da saúde como resultado das interações entre o social e o biológico. Assim, para Silva *et al.* (2016) as doenças transmitidas por vetores representam uma emergência em saúde pública e são motivo de preocupação crescente.

Durante a elaboração do Plano de Controle Ambiental - PCH Areia Branca, foi destacado a possibilidade de incidência de doenças endêmicas que têm o mosquito como vetor. Destacam-se entre as doenças: a Leishmaniose Tegumentar Americana; a Febre amarela; a Dengue; e a Malária. De acordo com o Plano de Controle Ambiental, elaborado pela Limiar (2001), casos de endemias poderiam surgir em decorrência do fluxo migratório para região atraído pela oferta de empregos, como também em virtude, das modificações do meio físico, biótico e social.

Parte dos entrevistados associaram a proliferação de mosquitos no Distrito, a construção inacabada da rede de esgoto na localidade, causando um impacto ambiental e de saúde. A construção da rede de esgoto foi iniciada pela construtora contratada pela PCH Areia Branca e não foi finalizada. Como pode ser constatado nas falas dos entrevistados:

A rede de esgoto não funciona de jeito nenhum. Tá lá jogada fora, desperdiçada ué. Então, as caixas de resíduos que eles fizeram nos fundo de quintal das pessoas, só serviu pra juntar pernilongo, muito mosquito, mas muita sujeira mesmo. Agora funcionar que é bom mesmo, não funcionou nem uma vez (A.F.J, NU)

O tratamento da rede de esgoto que tá aí também tá uma pouca vergonha, nada feito, puseram as caixas lá embaixo, tá tudo dinheiro jogado fora (A.C, NU)

Essas falas evidenciam as lacunas deixadas pelo PCA durante a realização da avaliação de impactos socioambientais gerados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos. Demonstrando a inobservância por parte dos empreendedores dos impactos cumulativos que desencadeiam outros impactos.

Os impactos sobre a saúde, são decorrentes da baixa participação de órgãos da saúde nos licenciamentos ambientais de empreendimentos hidrelétricos, tornando os impactos sobre a saúde das populações atingidas uma questão secundária (GIONGO; MENDES; SANTOS, 2015). Esse entendimento é coincidente com os de Barbosa; Barata; Hacon (2012), que endossam tal afirmação, dizendo que os impactos à saúde decorrentes dos impactos ambientais resultantes da implantação de empreendimento deveriam ser considerados durante todo o processo de licenciamento ambiental. O que se observa na prática é que os impactos na saúde são mal avaliados ou mesmo nem contemplados nos estudos sobre os impactos as populações atingidas por hidrelétricas.

Atualmente o sistema de rede de esgoto de Santo Antônio do Manhuaçu está construído, contudo não está em funcionamento. Percebe-se que existe um conflito entre quem irá efetivar o funcionamento da rede. Enquanto isso a população do Distrito sofre com os impactos decorrentes do não funcionamento da rede de esgoto, como a proliferação de mosquitos.

Entre os impactos ambientais os entrevistados mencionaram também as mudanças ocorridas com o rio Manhuaçu. Entre as modificações que podem ocorrer nos aspectos físicos da região onde se implantam um empreendimento hidrelétrico estão aqueles diretamente relacionados ao rio, como evidencia a moradora do Distrito:

O rio mudou mucado sim. Diminuiu muito a água (A.F.J., NU)

Percebe-se que a implantação da PCH no Distrito modificou o rio tanto do ponto de vista estrutural como funcional. Santo Antônio do Manhuaçu é um distrito que se desenvolveu as margens do rio Manhuaçu, provavelmente devido à necessidade humana de abastecimento de água para desenvolver suas atividades diárias. A

comunidade, dessa forma, tem uma ligação tanto econômica quanto cultural com o rio.

De acordo com Fernandes (2010), a instalação de empreendimentos hidrelétricos causa alterações no sistema aquáticos naturais, como variabilidade no nível da água em função da barragem; impactos sobre a flora e a fauna, como alterações nos estoques pesqueiros, podendo levar a redução de espécies. Alterações que podem ser evidenciadas nas falas dos entrevistados:

O rio diminuiu a água e acabou as espécies nativas. Apareceram outras espécies. A gente acha que é poço né, que arrebentou e foi pro rio pra criar (H.R.S., NR)

Nosso rio era melhor, com peixes essas coisas, a pessoa pescava ali com seu anzol normal e hoje quase não vê peixe, eles falam que tem peixe aí, mas não tem não (M.L.S.R., NU).

É perceptivo nos relatos dos entrevistados que a implantação do empreendimento hidrelétrico no Distrito interferiu no ecossistema aquático, com modificações no estoque pesqueiro. Campos e Silva (2012) afirmam que a construção de hidrelétricas tem sido considerada como umas das maiores causadoras de impacto sobre a ictiofauna. Os autores atribuem a redução do estoque pesqueiro a implantação de tais empreendimentos, que causam um bloqueio, dificultando a migração dos peixes e sua reprodução. Para Latini; Pedlowski (2016), os impactos sobre o rio não alteram apenas a ictiofauna, as alterações que ocorrem no rio podem modificar também a forma como os sujeitos passam a se relacionar com o rio, como nas atividades de pesca artesanal e de lazer, acarretando impactos indiretos.

Após o apontamento de diversos impactos pelos entrevistados do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, causados pela construção da PCH Areia Branca, o que se nota é que a construção de empreendimentos hidrelétricos atinge as populações com impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde, de forma direta e indireta. E que muitas vezes medidas mitigatórias não são tomadas pelos empreendedores, muito menos pelos gestores políticos no intuito de amenizar tais impactos.

5.3. TEMÁTICA 3: Reivindicações não atendidas

Nesta temática estão expostas as reivindicações da população de Santo Antônio do Manhuaçu perpetradas ao empreendedor da PCH Areia Branca. Segundo Alves; Thomaz Júnior (2012), a implantação de empreendimentos hidrelétricos, vem atrelada as promessas de desenvolvimento local, que são reforçadas pelos discursos ideológicos dos empreendedores. A população vislumbra na implantação desses empreendimentos o caminho para ter acesso a bens de consumo, assim como o desenvolvimento da infraestrutura local.

Com a população de Santo Antônio do Manhuaçu não foi diferente, os entrevistados relatam que o desejo da população do Distrito era que a empresa responsável pela PCH Areia Branca, cumprisse com as reivindicações solicitadas pela comunidade, que era a construção de uma área de lazer e de uma unidade de saúde, porém não foi o que aconteceu.

Os empreendimentos hidrelétricos possuem uma importância para o País, pois são considerados pelo Estado como iniciativas políticas a projetos de infraestrutura que visam o crescimento econômico. Porém tem sido implantados como prioridade acima de quaisquer danos causados às populações de atingidos. Nessa perspectiva, geram um campo de lutas desiguais entre o empreendedor e as populações atingidas. Esses episódios configuram-se em “relações de poder e assimetrias sociopolíticas e econômicas entre os diferentes atores, bem como a preeminência de uma visão economicista das possibilidades de uso do meio ambiente” (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p.126).

5.3.1. CATEGORIA 1: Construção da área de lazer

Esta categoria evidencia a construção de uma área de lazer como uma das reivindicações realizada pela população do Distrito. Requixa (1977, p. 11) compreende "lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social".

Segundo Nunes *et al.* (2014) as atividades de lazer podem ser compreendidas a partir do significado que cada pessoa dá a uma atividade, podendo assumir diversas formas. Para a população de Santo Antônio do Manhuaçu a definição de lazer era traduzida através do desejo que espaços de convivência fossem disponibilizados para comunidade, como um campo de futebol, uma pracinha, e uma quadra poliesportiva. A comunidade tinha a expectativa que a empresa responsável pelo empreendimento realizasse a construção desses espaços. O anseio pela construção de espaços de convivência social fica nítido na fala de vários entrevistados:

De obra a gente queria que eles fizessem uma pracinha aqui (E.M.O., NU)

Olha, o campo de futebol podia ter, e uma quadra pros meninos, que eu vejo que faz falta (M.L.S.R, NU)

Foi reivindicação área de lazer pros jovens, pras crianças até propôs de ser feito na praça da igreja, na porta da igreja (L.C.J., NU)

Na fala dos entrevistados pode-se evidenciar o anseio da construção de espaços que pudessem ser desfrutados nos tempos livres, proporcionando a comunidade momentos de sociabilidade. Esses espaços de sociabilidade podem ser reconhecidos como território usado. Para Assis (2009, p. 53) parafraseando Santos “o território usado é, sinônimo de espaço geográfico e de espaço banal, ou seja, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que não tem apenas um sentido material ou funcional, mas também é dotado de significados e das experiências humanas”.

Além de espaço de sociabilidade, as atividades de lazer promovem bem-estar físico e mental. Pondé; Caroso (2007) consideram que as atividades de lazer são fatores importantes na proteção à saúde mental, principalmente o estresse. Pois de acordo com Aquino; Martins (2007) no mundo contemporâneo o homem se vê dividido entre as atividades laborais e o desejo de poder usufruir de um tempo livre para si.

Portanto, o lazer deve ser reconhecido enquanto direito social, como um espaço de formação. Muito além de uma oportunidade de relaxamento e recuperação para o trabalho, o lazer deve ser percebido como uma esfera que agrega desenvolvimento pessoal e social através de múltiplas vivências (SILVA *et al.*, 2011).

No entanto, o que a população de Santo Antônio do Manhuaçu vivenciou foi um conflito entre as negociações que reivindicavam a construção de uma área de lazer e a efetivação da reivindicação. Assim descreveram alguns moradores entrevistados:

Prometeram fazer uma pracinha aqui. Nesse lugar aqui. Mediram assim, mediram a rua, (...) e não fez. (G.G.S.C, NU)

A gente esperava melhoria coletiva. Porque hoje, nós não temos área de lazer em Santo Antônio. As crianças não têm onde sair pra jogar uma bola, não tem área de lazer (G.S.F, NU)

Os entrevistados atribuem a não efetivação da reivindicação a falta de participação da gestão municipal, assim como a falta de mobilização da comunidade para que a reivindicação fosse cumprida.

Então na época, igual eu to te falando, se a administração da prefeitura cobrasse, hoje nós tínhamos um campo de futebol bom, nós tinha um posto de saúde bem ampliado, nós tinha as ruas toda asfaltada, rede esgoto canalizada, tinha tudo e hoje nós não temos nada disso. Não temos nada (G.S.F, NU)

Percebe-se na fala do entrevistado que as reivindicações perpetradas ao empreendedor poderiam ter sido atendidas se tivesse tido uma integração entre empreendedor, gestão municipal e a população local.

Para Simão e Athayde (2016), estratégias que fortaleçam a identidade comunitária através da reconstrução de um novo espaço de sociabilidade devem ser traçadas como medidas mitigatórias de impactos sociais causados por hidrelétricas. Acredita-se também que deve haver a construção conjunta do conhecimento para que haja mobilização social dessas comunidades no enfretamento dos impactos, assim como na tomada de decisões.

5.3.2. CATEGORIA 2: Unidade de saúde

Nessa categoria configura-se a construção de uma Unidade de Saúde como uma das reivindicações solicitadas pelos moradores do Distrito. Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegura que todos os cidadãos têm direito ao acesso a serviços de saúde. No entanto, segundo Costa e Gadelha *et al.* (2013), a promulgação da Constituição Federal não foi suficiente para impulsionar o direito à saúde. De acordo com os autores o acesso igualitário a bens e serviços de saúde para todos os cidadãos está longe de se concretizar.

Os moradores de Santo Antônio do Manhuaçu almejavam que com a construção da PCH Areia Branca, o acesso a serviços de saúde fosse ampliado:

A gente esperava uma melhoria né, pra Santo Antônio. Um asfalto, uma área de saúde, uma área de lazer, entendeu? (G.S.F, NU)

Os relatos dos entrevistados evidenciam que o acesso aos serviços de saúde no Distrito era precário. Por se tratar de um Distrito de pequeno porte, com uma densidade populacional pequena, o único serviço de saúde disponível era de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Para complementar o atendimento a serviços de saúde de maior complexidade, a população precisava se deslocar para o município mais próximo, Caratinga.

O Distrito contava com uma estrutura de saúde insuficiente, e ainda teve a situação agravada pelo fluxo populacional de trabalhadores e de pessoas atraídas pela obra. Segundo Silveira (2016) um dos impactos negativos gerados por hidrelétricas é a pressão sobre os serviços públicos locais, especialmente para o sistema de saúde, que na maioria das vezes não está preparado para suportar um aumento na demanda de serviços que requer a expansão dos recursos humanos e financeiros.

Com o anúncio da construção de um empreendimento hidrelétrico na localidade, a população tinha a expectativa que as condições de acesso a saúde melhorassem.

(...) a briga nossa nunca foi pra que não fosse construída a barragem, é para que fosse cumprido aquilo que o governo federal tinha concedido, para que eles cumprisse, a empresa cumprisse aquilo que o governo concedeu e exigiu, que era as propostas de posto de saúde, (...) e outros benefícios que seriam trazidos ali pras comunidades vizinhas (J.M.P., NU)

O depoimento do entrevistado se baseava em estudos, como o do Plano de Controle Ambiental (PCA) que apontava que o setor de saúde da região iria sofrer pressões devido o fluxo migratório de trabalhadores para a construção da obra, além das

modificações no meio biótico e social procedentes da implantação do empreendimento.

O que a população esperava é que as ações para minimizar tal impacto na saúde, e que eram previstas no PCA, fossem cumpridas. A construção de uma Unidade de Saúde era o desejo de muitos:

E eles prometeram fazer um posto de policiamento, uma pracinha, uma quadra e o posto de saúde eles prometeram de fazer uma reforma boa, fazer como se diz, um pronto socorro, mas não fez. (A.F.J, NU)

Entre as ações necessárias para minimizar ou neutralizar os agravos no quadro de saúde da região, estava previsto a implantação de serviços de atenção ambulatorial, médicos e odontológicos. Além de serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, serviços de urgência e emergência e de hospitalização (LIMIAR, 2001). No entanto, de acordo com as falas dos entrevistados, tais medidas não foram cumpridas. Percebe-se que as ações compensatórias, reivindicadas pela população do Distrito, como a construção de uma unidade de saúde, não foram realizadas pelo empreendedor.

Ações no campo da saúde devem ser planejadas, como a elaboração de uma agenda conjunta entre empreendedor e gestores do município no intuito de buscar conhecimento e técnicas capazes de avaliar e preservar recursos naturais e a qualidade de vida de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos (SILVEIRA, 2016).

Para implementar essas ações no campo da saúde, a premissa sobre território é fundamental. Uma vez que, o território é o resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais que podem promover condições particulares para a produção de doenças. Ao realizar o diagnóstico de situações de saúde de uma determinada população, no sentido de detectar condições de riscos advindos de condições adversas sociais e ambientais, como no caso da implantação de empreendimentos hidrelétricos, é necessário que indicadores sejam desenvolvidos no intuito de identificar a relação entre população e território. Haja vista, que é nessa relação que se desenvolvem meios propícios para o desenvolvimento de doenças (BARCELLOS *et al.*, 2002).

Dessa forma, é notório que a reivindicação da população de Santo Antônio do Manhuaçu por melhorias no acesso a serviços de saúde não era infundada. O que essa população buscava era o reconhecimento de seus problemas de saúde e de suas necessidades.

Para Gondim *et al.* (2008, p. 2)

O espaço-território, muito além de um simples recorte político-operacional do sistema de saúde, é o *locus* onde se verifica a interação população-serviços no nível local. Caracteriza-se por uma população específica, vivendo em tempo e espaço singulares, com problemas e necessidades de saúde determinados, os quais para sua resolução devem ser compreendido e visualizado espacialmente por profissionais e gestores das distintas unidades prestadoras de serviços de saúde.

Portanto nesta perspectiva saúde-território, segundo Santinha (2013, p. 818) parafraseando Milton Santos, “as características territoriais são tão importantes quanto as das pessoas na compreensão do fenômeno da saúde, pelo que as questões da saúde devem ser consideradas de um ponto de vista amplo e não determinista”.

É evidente que o setor saúde no Distrito teve seus problemas agravados devido as carências sócias e a falta de suporte do proprietário da obra e dos gestores municipais. O Distrito não contava com profissionais capacitados para o atendimento populacional durante o período de construção da obra, muito menos de uma infraestrutura hospitalar na localidade.

A avaliação de impacto à saúde gerados pela implantação de hidrelétricas, deveria ser considerado como instrumento no âmbito das políticas públicas, com a finalidade de apontar, preventivamente, caminhos para mitigar e compensar de forma eficiente os impactos na saúde (SILVEIRA, 2016).

A reivindicação pela construção de uma unidade de saúde que pudesse atender a comunidade de forma satisfatória poderia ter sido considerada pelo empreendedor como uma forma de mitigar os impactos na saúde gerados pela implantação da PCH no Distrito. Haja vista que é responsabilidade do empreendedor garantir a população atingida durante o período de realização da obra, acesso a serviços de saúde de qualidade.

5.4. TEMÁTICA 4: Suporte oferecido pelos proprietários do Empreendimento

Esta temática apresenta as experiências vivências pelos atingidos pela PCH Areia Branca, sobre as negociações de suas propriedades, assim como a percepção dos sujeitos sobre a implantação do Posto de Assistência Social (PAS) durante o período de instalação do empreendimento.

O território é dotado de forças ambíguas de criação, (des) construção e reprodução, com objetivo de atender ou resistir aos interesses do Capital. E assim se estabelece uma luta de classe, de forças desiguais: dos que pensam a modernidade do consumo, onde as mercadorias estabelecem as necessidades e o fetiche (o *status* de consumir água associada à posição social do consumidor), respondendo ao anseio de uma melhor condição que a anterior postulada. Por outro lado, há os que são levados a pensar que podem ou não aceitar a transformação no seu *modus vivendi*. Para que o primeiro imponha um novo hábito é preciso que o segundo aceite, quando há rejeição, surgem os conflitos. Nessa concepção teórica, o conceito de território se dilata em relação à forma, pois passa a ser um espaço de luta, como também se fragmenta, para melhor absorver a modificação imposta pela classe dominante (HAESBAERT, 2005).

5.4.1. CATEGORIA 1: Negociação confusa

Nesta categoria será abordado as experiências dos sujeitos atingidos com a construção da Hidrelétrica em relação às negociações de suas propriedades com os gestores do Empreendimento. Para os proprietários de terra e os meeiros as negociações foram confusas, conflituosas e algumas vezes traumáticas.

As experiências brasileiras com empreendimentos hidrelétricos, registraram escassos casos de processos sem conflitos, no que se trata de negociações com os proprietários, definindo-se procedimentos e valores de indenizações. As indefinições e contradições durante as negociações fizeram com que os empreendedores perdessem a credibilidade com as populações atingidas (MÜLLER, 1995)

Silveira (2016) afirma que a maneira como estão sendo conduzidos os processos de licenciamento ambiental para implantação de PCHs, fica evidente que as decisões

têm sido tomadas por motivação política e econômica, sem participação das populações envolvidas.

A Lei nº 12.812/98 (BRASIL, 1998) delineia que é dever do Estado prestar assistência social às populações de áreas inundadas por reservatório destinado ao aproveitamento econômico de recursos hídricos. Parte desta assistência social é relativa ao suporte nos casos de negociações. De acordo com o artigo 2º da lei supracitada, cabe ao Programa de Assistência às Populações Atingidas pela Construção de Barragens (PRÓ-ASSISTE) prestar assistência jurídica, entre outras ações, no acompanhamento das negociações com o empreendedor, relativas ao reassentamento e à desapropriação.

Entretanto, observa por meio das falas dos entrevistados a não existência de suporte judicial durante as negociações. Não havendo uma comunicação oficial à respeito do plano de construção do empreendimento e da configuração das negociações com os atingidos. As táticas utilizadas pelo empreendedor para conduzir as negociações indicam provavelmente, uma estratégia para ludibriar a população e ganhar tempo nas negociações. Dessa forma, a população atingida pode sentir uma pressão para se desfazer de suas terras, muitas vezes por um valor injusto, com receio de um processo judicial. Isso pode ser constatado na fala da entrevistada sobre o clima de conflito que as negociações foram conduzidas:

A primeira palavra que eles falaram, foi um rapaz chamado Marcos, ele chegou e conversou comigo e o Manuel e falou assim, é bom que a gente resolva o negócio mais rápido, porque se ir pra justiça, a primeira palavra que ele falou com a gente, se ir pra justiça, fica muito difícil pro senhor, o senhor vai demorar muitos anos a receber (H.R.S., NR)

Outras falas reforçam a ideia de mudança de negociadores do consórcio como estratégia de negociação, fazendo com que as negociações fossem conduzidas de forma confusa:

la um depois ia outro, aí negociava, negociava (S.N.S, NR)

É, mudavam muito, vinha um, vinha outro. (...) parece que era até de propósito né. De repente eles mudavam as equipes, aí falava, não agora era um, depois já era outro (L.C.J, NU)

(...) esse homem sumiu, como até hoje ele não apareceu mais, esse primeiro comprador nunca mais a gente viu ele. Aí depois de 3 meses chegou outro, aí já com outra pessoa junto com ele, o outro já dizia que

era outro dono, só que passou direto foi nos proprietários ninguém quis conversa, não conhecia, você entendeu (J.A.P.M, NR)

Uma proprietária de terra é enfática ao relatar a postura do consórcio no caso das negociações:

A atuação do pessoal do consórcio pode ser definida num texto bíblico de João que diz: “a luz veio ao mundo e os homens preferiram as trevas ao invés da luz porque suas obras eram más”. Eles preferiam negociar com um atingido não aceitavam negociar coletivamente, negociavam na calada da noite porque eram homens das trevas, maus intencionados e sem palavra, davam como feita a negociação e desapareciam depois vinha outra pessoa diferente da primeira para iniciar nova negociação. Faziam propostas muito baixas e ameaçavam dizendo se a gente não aceitasse iria para justiça e seria muito pior para gente (H.S.M, NR)

O discurso da entrevistada demonstra que as negociações que envolviam os proprietários de terra foram conduzidas de forma conflituosa, sem participação dos atingidos. Um processo que motivou sentimentos nos atingidos, como incertezas e descontentamento, devido a desinformação e contradições do consórcio responsável pela obra. Observa-se, dessa forma, que o projeto de implantação da Hidrelétrica foi conduzido de maneira autoritária, subordinando a população atingida, determinando a maneira com que as negociações sobre suas propriedades seriam conduzidas. As negociações passaram então a ser uma forma de dominação do consórcio sobre os proprietários de terra.

Para Rocha e Tedesco (2016) o momento das negociações deveria ser um momento de legalização consensual de demandas legítimas dos atingidos, mas o que se observa, através das falas dos entrevistados, é uma assimetria de forças entre o consórcio e a população atingida pelo empreendimento. Dessa forma, o que se tem é um desequilíbrio das relações de poder novamente em favor dos consórcios.

De acordo com Zhouri; Laschefski; Pereira (2005, p.94) existe um “controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente, representadas por segmentos sociais distintos e não hegemônicos”.

Essa relação de poder pode ser definida por Max Weber, citado por Quintaneiro; Barbosa; Oliveira (2003, p. 119).), como “a probabilidade de impor a própria vontade

dentro de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”.

Diante das assimetrias de forças, das pressões vivenciadas e na falta de informações sobre a forma que iria acontecer as negociações, a população sentiu a necessidade de se defender das estratégias de negociações do consórcio. Assim, surgiu então uma mobilização social através da ACESAM (Associação Cultural e Educativa de Santo Antônio do Manhuaçu). Como pode ser evidenciado na fala do entrevistado:

(...) nós usamos essa associação, a ACESAM para enfrentar essa questão [negociações com os empreendedores] da barragem na época (J.M.P, NU)

Segundo Almeida (1994), unidades de mobilização, como a mencionada acima, a ACESAM, podem surgir de lutas localizadas e imediatas, de cuja coesão social não se pode duvidar diante de enfrentamentos diretos. Moraes (1997, p. 56) parafraseando Ratzel afirma que “quando uma sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”.

A criação dessa associação passa a ser uma forma de organização social para reivindicação de direitos. Para os moradores do Distrito o surgimento dessa organização foi significativo porque possibilitou o planejamento das atividades de enfrentamento das negociações. A associação então criada através da igreja católica passa a ser o canal de comunicação entre os atingidos e o Empreendedor.

(...) nosso padre entrou na jogada, “olha gente a coisa não é do jeito que esse povo [empresa] tá falando não, vamos montar uma associação, vamos conversar nessa associação e vamos andar por aí aonde tem outras usinas pra vê como foi feito”. Aí eu comecei a andar, eu fui em várias usinas (J.A.P.M, NR)

A queixa dos moradores do Distrito era a falta de informação sobre a forma que seriam conduzidas as negociações e a dificuldade de acesso ao processo de avaliação de impactos ambientais, não tendo dessa maneira a oportunidade de influenciar no processo decisório de implantação do empreendimento na localidade. Segundo Vainer e Araújo (1990) a implantação de projetos hidrelétricos é caracterizada pela falta de participação da população atingida nos processos decisórios. O que agrava as incertezas e aumenta a ansiedade por informações.

De fato, é notório que a partir da Associação, que era o movimento que representava os atingidos do Distrito, as lideranças comunitárias tiveram a oportunidade de acessar os documentos que tratavam de assuntos relevantes sobre o empreendimento, para ser mais específico o Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA), que teve como base a Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/90, tornando-se uma exigência dos órgãos ambientais brasileiros a partir da Resolução CONAMA nº001/86.

A leitura desses relatórios subsidiou a condução das negociações. Nos relatos dos entrevistados é expressivo que a ação da associação dos moradores, foi fundamental para que os desdobramentos das negociações tivessem uma participação ativa dos diretamente envolvidos. Os atingidos que até então eram meros expectadores, passam a defender seu território, que até então estava sendo dominado pelo consórcio. Neste sentido Oliveira (1999) afirma que o território é produto da luta de classes travada por parte da sociedade no processo de significação de sua existência.

Segundo Raffestin (1993), o território se estabelece no espaço a partir de uma produção social, através de relação ou relações que, por conseguinte, geram “campos de poder ou campos de força”, podendo desenvolver-se a partir das relações sociais através da política, da religião, etnia, economia, gênero, dentre outros.

No trabalho desenvolvido pela associação de moradores do Distrito nota-se a organização do movimento de resistência, uma luta de classes, de um lado o empreendedor tentando exercer o poder do capital e do outro lado os moradores defendendo seu território. No caso dos proprietários que seriam atingidos pela implantação do empreendimento a decisão de sair de suas terras não partiu deles, o que de fato eles buscavam era negociações que resultassem em indenizações mais justas e que de certa forma pudessem ressarcir suas perdas materiais.

CATEGORIA 2: Atuação insuficiente do Plano de Assistência Social (PAS)

Esta categoria refere-se ao cumprimento por parte do empreendedor do Plano de Assistência Social (PAS) e a percepção dos sujeitos sobre a implantação do PAS durante o período de instalação do empreendimento.

Em 1998 foi promulgada a Lei nº 12.812 (BRASIL, 1998) que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios.

Através dessa lei em seu artigo 2º foi criado o Programa de Assistência às Populações Atingidas pela Construção de Barragens (PRÓ-ASSISTE), ao qual compete: I - prestar assistência jurídica, entre outras ações, no acompanhamento das negociações com o empreendedor, relativas ao reassentamento e à desapropriação; II - prestar assistência psicológica e atendimento médico, odontológico e hospitalar; III - garantir à criança e ao adolescente o direito à educação básica, em escola pública, conforme o art. 21 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sem lapso de continuidade na prestação do serviço; IV - abrir linhas de financiamento para o desenvolvimento de atividades produtivas; V - prestar assistência técnica e agrícola e oferecer cursos de capacitação e aprimoramento no manejo e na gestão de atividades agrícolas e de atividades diagnosticadas como potencialmente adequadas à exploração econômica do reservatório, tais como turismo, hotelaria, piscicultura, entre outras; VI - fornecer transporte aos moradores das áreas atingidas, para que possam participar de audiência pública destinada à análise e à exposição de planos de assistência social e de estudos ambientais; VII - elaborar material informativo, de fácil compreensão, sobre os direitos e deveres dos empreendedores públicos e privados e da população das áreas atingidas.

De acordo com as competências citadas anteriormente, constata-se que a implementação do PAS foi insuficiente no Distrito de instalação da PCH. Observa-se também a falta de conhecimento por parte da população em relação aos seus direitos à assistência social. Como pode ser evidenciado na fala da entrevistada:

Eu lembro depois que estava construindo a Barragem, duas assistente social que teve aí em Santo Antônio que não tá com nada. Fazia nada, só tinha papo (L.C.J, NU)

A falta de conhecimento da população sobre o Programa de Assistência às Populações Atingidas pela Construção de Barragens (PRÓ-ASSISTE) como parte compensatória pela construção da PCH no Distrito, provavelmente foi um fator que influenciou na implantação insuficiente do PAS. Como a população não tinha

conhecimento das competências do programa, não se mobilizou para reivindicar seus direitos.

Os entrevistados são unânimes ao afirmar que houve a implantação do PAS, porém ressaltam que a atuação não foi satisfatória:

A teve, teve vários assistentes sociais. Vinha um, daí a pouco ia embora. Trocava muito. Houve uma rotatividade muito grande. Mas teve, mas fez muita pouca coisa (H.R.S, NR)

Houve muito pouca ou nenhuma atuação, pois conseguiram convencer a comunidade de que depois de tudo pronto iriam fazer o que a comunidade precisasse e assim impediram que reivindicassem os nossos direitos (H.S.M, NU)

Pode-se observar nos relatos que o PAS não atendeu a demanda da população. A comunidade não contou com um suporte capaz de sanar suas dúvidas sobre o empreendimento. Não tendo também a oportunidade de participar de projetos sociais.

A Lei nº 12.812/98, menciona a obrigatoriedade da assistência psicológica, médica, odontológico e hospitalar. Alguns entrevistados citam a presença do profissional cirurgião-dentista:

No posto de saúde eles colocaram dentista (E.M.O, NU)

(...) dentista nós tínhamos aqui, nosso posto não tinha fisioterapeuta que é uma coisa que faz falta demais na comunidade, e eles tinham lá na coisa deles um postinho com enfermeira com tudo pra atender os deles lá (M.L.S.R., NU)

Porém, não houve menção na fala dos entrevistados da atuação de outros profissionais como psicólogo e médico. A mesma entrevistada afirma que:

Eu acho que tinha que ser feito aqui, tipo assim, uma equipe na área da saúde de tudo que você precisar ter, tem um fisioterapeuta tem, tem psicólogo tem, tem um dentista tem, isso não teve aqui, mantido por eles não (M.L.S.R., NU)

Fica evidente na fala dos entrevistados a negligência por parte do empreendedor. Mesmo constando na Lei nº 12.812/98 a obrigatoriedade de profissionais especializados para atendimento à saúde da população atingida, isso foi cumprido de forma insuficiente. Não sendo dimensionando dessa forma os impactos na saúde da população a curto, médio e longo prazo.

Outros entrevistados mencionam a presença de um advogado para tratar as questões jurídicas. Entretanto, fazem a observação de uma atuação insuficiente.

Teve um advogado que só ficava na quarta-feira (H.R.S., NR)

(...) Inclusive tinha até um advogado né, pra ajudar, mas eu acho que não ajudava também a comunidade não. (...) Eu acho que esses profissionais, foram colocados pra ajudar eles, não a comunidade (A.F.J., NU)

Diante dos relatos da atuação do PAS, constata-se que possivelmente houve negligência por parte do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Pois a lei nº 12.812/98 (BRASIL, 1998) prevê em seu artigo 5º que a licença de instalação (LI) fica condicionada à aprovação do PAS apresentado pelo empreendedor. E que a licença de operação (LO) fica condicionada à comprovação, pelo Conselho Estadual de Assistência Social, da implantação do PAS.

Dessa forma, Lima e Vasconcellos (2013) afirmam que o PAS e o Licenciamento Ambiental não são processos paralelos e independentes um do outro. Assim, a elaboração e o cumprimento do PAS são etapas que integram o licenciamento ambiental, sendo condição para o seu prosseguimento.

Para Macedo (2012) as questões abordadas no PAS não devem ser analisadas separadamente, haja a vista levarem em consideração apenas os reassentados, os demais grupos sociais afetados devem ser considerados através da análise do licenciamento ambiental. Não se resumindo os impactos sociais do empreendimento ao PAS.

Observa-se que o não cumprimento das condicionantes, como a implementação satisfatório do PAS, gerou um descontentamento na população do Distrito, causando conflitos sociais. Para que tais insatisfações possam ser sanadas seria necessário que houvesse participação social nos processos de licenciamento ambiental, garantindo uma efetiva atuação comunitária no processo decisório de implantação do empreendimento.

Segundo Candiani *et al.* (2013) grande parte da população envolvida nessas situações de hidrelétricas possui pouca ou nenhuma informação sobre projetos de aproveitamento hídrico, ademais não tem condições de compreender informações de caráter técnico e científico, fazendo com que a participação popular no licenciamento

ocorra de forma tardia, quando muitas decisões importantes que envolvem essas pessoas já foram tomadas.

5.5. TEMÁTICA 5: Identidade Territorial

Nesta temática será apresentado sentimentos, histórias e os desafios de vivenciar o processo de desterritorialização e reterritorialização com a chegada da PCH Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu.

Para Di Méo (2004, p. 350) “a identidade traduz um desejo de continuidade (no tempo) e de alargamento (no espaço como na sociedade) do sujeito. Ela expressa a pertença a uma linhagem, a uma cultura, a um imaginário coletivo, e de um modo mais global, a um meio ambiente particular”. O autor ainda afirma que a identidade territorial está em permanente processo de elaboração.

Na identidade há enraizamento, movimento, relações coletivas e organização política. Há uma relação de reciprocidade entre territorialidade e identidade: uma condiciona a constituição da outra e se concretizam de maneira histórica e multiescalar (SAQUET, 2007, p. 72).

5.5.1. CATEGORIA 1: Identidade Territorial

Milton Santos assim conceitua território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Para os atingidos por empreendimentos hidrelétricos, deixar esse território, significa muito mais uma perda sentimental, do que propriamente uma perda material. Existe um apego ao lugar, que passa pelo sentimento de pertencimento a aquele território. Esse sentimento de pertencimento, por vezes, é negado pelo discurso dos empreendedores, que conseguem visualizar apenas um território material (ASTOLPHI, 2014).

Em Santo Antônio do Manhuaçu houve famílias de proprietários de terra e meeiros que se constituíram nas principais pessoas diretamente atingidas pela Barragem. Os relatos dos entrevistados evidenciam o sentimento de pertencimento ao lugar:

O lugar que a gente nasceu e cresceu, caramba, e lá acabou, ocê chega hoje nada mais, lá tem duas palmeiras, que eu plantei uma e minha esposa plantou a outra no dia que nós chegamos da lua de mel, elas tão lá, o resto, as fruteiras ainda tá lá. As frutas resistiram, as frutas ainda estão todas lá (J.A.P.M, NR).

Segundo Almeida e Arraes (2013, p. 99) “A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares”. Para o entrevistado as palmeiras simbolizam um momento importante na vida dele.

O que poderia ser traduzido pelo sentimento de pertencimento. Para Bonnemaïson (1980, p. 183) “cada grupo político constituído pela reunião de um ou de diversos clãs se encaixa num território. Entre o ser humano e a terra, a identificação é total; na ideologia do costume ou da tradição, o ser humano é como uma planta, biologicamente vinculado à terra”.

Ademais, a fala desse entrevistado revela “coisas que não podem ser substituídas pelo dinheiro ou simplesmente trocadas de lugar, são os afetos da terra” (BRANDÃO, 1999).

O que pode ser fortalecido pela fala do entrevistado:

Eu tive oportunidade de visitar várias famílias, e eles tavam ali, tinham uns porquinhos, uns cabritinhos, uns franguinhos, pescavam no rio, aquilo ali não valia nada, mas pra eles ali o valor, o afeto, o valor, tem a palavra própria né? O valor sentimental, ali é habitat deles, é a casa comum deles, então aquilo ali não tinha valor nenhum que pagava né (J.M.P., NU).

A terra que habitavam estava representada através dos muitos anos de trabalho para dar forma ao ambiente em que viviam. E o resultado desse trabalho realizado durante um longo período parece ser desconsiderado por aqueles que são “de fora” (BRANDÃO, 1999), nesse caso os proprietários da Barragem.

De fato, as propriedades de terra se restringiam para os empreendedores apenas ao significado de terra a ser inundada pelas águas, as benfeitorias, principalmente as casas onde os atingidos haviam passado uma vida, eram vistas da mesma maneira:

A casa que nós tínhamos lá, foi vendida né, eles deram o direito de tirar. Aí Manuel foi falar com o empreendedor né, que ia tirar a casa. Aí ele falou, aquela casa velha que não vale nada. Ainda abusava da gente (H.R.S., NU).

No entanto, para aqueles que tinham muitas histórias e memórias como experiências marcadas naquelas terras, as casas velhas deixavam esse significado para ganhar novos sentidos. Bachelard (1978, p. 20) endossa essa ideia afirmando que “a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. Para o autor a casa é nosso primeiro mundo, ele ainda ressalta que até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. É o que evidencia a fala da entrevistada:

A casa era do bisavô dele né, então assim, podia ser velha o tanto que fosse né. E a gente ia pra lá todo final de semana e férias. A gente morava lá e cá (J.S.P.G., NU).

Essas falas podem ser compreendidas através da distinção entre o conceito de sentido e significado, pois de acordo com Vigotsky (1991) a palavra tem um significado dicionarizado e um sentido particular. Aquilo que é convencionalmente estabelecido pelo social é o significado, enquanto o *sentido* é a representação interpretada pelo sujeito histórico, dentro de seu tempo, espaço e contexto de vida pessoal e social. Assim, o sentido se relaciona essencialmente à subjetividade enquanto o *significado* se refere àquilo que é percebido de forma objetiva, idêntica, por todo e qualquer sujeito, isto é, não se precisa buscar a subjetividade para compreender.

Para as famílias que viviam naquelas propriedades, as casas e a terra tinham todo um sentido. As famílias dos proprietários plantavam principalmente milho, feijão, mandioca, banana e uma diversidade de verduras e legumes. Criavam gado leiteiro, porco, galinha e comercializam esses animais quando necessário. A propriedade era, para muitos deles, a principal fonte de renda para garantir a sobrevivência da família. Com a saída da propriedade, notadamente os que foram para a cidade, mudaram seu lugar social nessa relação, passando a ter de comprar o que antes produziam:

Uai, eu, igual a gente pensa né menina, a gente sai do lugar da gente. Mas, sobre o negócio do nosso lugar lá, porque olha, não tem mais como plantar milho, arroz, feijão, eu vou plantar onde? Milho se eu quiser comer um mingau eu tenho que comprar, se eu quiser comer uma banana eu tenho que comprar. Tudo eu tenho que comprar. Aí só deu não ter isso aqui [mostrou na foto as galinhas] é muito. Galinha eu tenho que comprar 10 reais o quilo pra mim comer. E eu vendia, vendia porco também. Agora tudo tem que comprar (S.N.S., NR).

Para a entrevistada a relação com a terra ultrapassava a dimensão material, produzir o próprio alimento da família na propriedade, envolvia uma dimensão afetiva. Segundo Bonnemaïson (1980, p. 184) “A sociedade tradicional está como que ajustada sobre um sistema de território e a cultura sentida como a expressão, não somente dos seres humanos, mas da terra que os nutre e que os sustenta”.

A mesma entrevistada completa o depoimento:

Viver lá [antiga casa] minha filha sabe como era. A terra que eu vivia lá nossa mãe produzia muito milho, era mandiocal, era tudo quanto há. (...) Aí minha filha! a minha vida era chorar, porque cê ter dez filhos, cê ta me entendendo, cê ir pra lá e ter dez filhos nesse lugar e depois cê sair assim. Ih, minha filha! minha vida era chorar (S.N.S., NR).

A fala da entrevista demonstra o quanto os atingidos por empreendimentos são afetados com o processo de desterritorialização e reterritorialização. Para Rodrigues (2013), relatos como esses são o reflexo da problemática da reforma territorial, que mexe com a vida das pessoas, influenciando em questões psicológicas devido a retirada de uma parte importante da vida delas.

O sentimento relatado pela entrevistada pode ser considerado o elo afetivo que existe entre a pessoa e o lugar. De acordo com Tuan (1974, p. 116) “a topofilia soa falsa quando é manifestada por um extenso território. Parece que a topofilia necessita um tamanho compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos”. As atividades simples, como o plantio de milho e mandioca, em uma propriedade relativamente pequena, que supria apenas as necessidades da família, de certa forma dava sentido ao dia-a-dia da entrevistada.

Para outros entrevistados a propriedade representava também um espaço de descanso e de lazer, onde se reuniam a família e os amigos. Atualmente, os proprietários e suas famílias sentem a perda e transparecem o aborrecimento que isso significa em suas vidas:

É, tinha lá, principalmente assim a questão de diversão de todo mundo né. E tinha um lugar pra ir encontrar todo mundo, agora a gente não tem lugar pra ir. Nós não temos pra falar assim, a nós vamos na roça de fulano. Nós não temos. Entendeu, antes tinha né agora não (J.S.P.G., NU).

Para Tuan (1974, p. 114) “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Na fala de outra entrevistada isso é evidenciado novamente:

É, tinha a minha vó, mas o meu avô que morava em frente, aí os primos também a gente brincava. Podia ficar tranquilo né. Sempre muita gente. A gente divertia todo mundo junto (L.M.A, NR).

Nessas propriedades os atingidos depositavam seus valores e as suas memórias, investiam a força de trabalho gerada durante toda uma existência embalada em um projeto de vida que considera a vizinhança, as relações e os bens culturais produzidos coletivamente (NOGUEIRA, 2007). A desintegração das famílias e das relações entre vizinhos se constitui em outro fator que também acometeu as famílias de proprietários de terra e se constitui em mais uma das perdas irreparáveis. Esses fatores podem ser confirmados através dos depoimentos seguintes:

É triste! O Chico foi pra outra região, a Maria foi para outra região, agora tem uns dois anos que ela voltou, eles mudaram daqui, então a gente perdeu esse convívio, acabou, e o Zé sumiu, agora que ele voltou também, mas aí não tem mais ligação com ninguém (J.A.P.M, NR).

Era tudo graças a Deus minha filha, a vizinhança. Lá tinha dois meninos assim que é filho do Benetido. Assim, as coisas que eu fazia lá em casa, eu dava eles. No dia que eu sai de lá eles tava até sentido. Eu fazia broa, bolo, rosquinha, tudo quanto há e levava pra eles (S.N.S, NR).

As narrativas dos entrevistados evidenciam as relações de sociabilidade dos sujeitos, e o sentimento de pertencimento deles para com o lugar. Para Carvalho (2013), o sentimento de pertencimento se transforma em estratégias de identidade. Os afazeres simples do cotidiano, como o citado abaixo pela entrevistada, criam laços afetivos entre os vizinhos, e fortalecem o sentimento de pertencimento ao lugar.

As coisas boa a gente não esquece mesmo né. Eu lembro direto da troca de bolinho com a Dona Raimunda. Tem dia que eu fico contando que nós trocava bolinho com a outra, que eu fazia de fubá e ela fazia de polvilho. Já tava acostumada há muitos ano com os vizinhos (E.P.B., NR)

Segundo Seaman (2013, p. 4):

O ambiente vivido pelos indivíduos é portador de magias, mistérios e simbioses. Os seres humanos, sob esta lógica, podem se imbricar com seus lugares, alicerçados por fortes elos de pertencimento. Neste sentido, as trajetórias e movimentos implementados por estas pessoas revelam faces e nuances deste pertencimento, em coreografias muitas vezes não percebidas pelas pessoas que as efetuam, mas que podem perfazer características fortes de determinado ambiente.

A fala de outra entrevistada, permite evidenciar novamente o sentimento de pertencimento ao lugar.

Às vezes eu vejo retrato de lá [Casa antiga localizada na Barra do Jacutinga], o Tião fala assim, “ah, todo dia que vê esse retrato ela chora”. Eu falo, é claro uai, tem que chorar mesmo uai. Eu não sei como cê não chegou e me topou chorando. Eu olho daí a pouco eu pego a chorar, parece que eu alembro minha filha, parece que fica aquele trem na minha cabeça. Porque lembro de lá, fico triste (...). (S.N.S, NR)

As lembranças do lugar em que viveu grande parte de sua vida são latentes na memória da entrevistada, e a todo momento rememorada através de fotografias. Ainda confessa o sentimento de tristeza de ter que deixar seu lugar. A fala da entrevistada demonstra também o sofrimento dos atingidos por barragens em ter que vivenciar o processo de desterritorialização.

Para Haesbaert (2001), o processo de desterritorialização, em uma perspectiva cultural, se trata do processo de desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais. Na fala abaixo da entrevistada, de certa forma, se identifica que esse processo de desenraizamento pode ser traumático para alguns atingidos:

Eu acho que o lugar que a gente fica no mesmo lugar, pra gente é melhor. Já tá acostumado com os vizinhos, com a comunidade aqui. Porque de tudo que a pessoa deslocou do lugar dele, chega num outro lugar se não gostar, aí a pessoa já vai arrependida (E.P.B., NR)

A dinâmica imposta por empreendimentos hidrelétricos, faz com que os atingidos tenham que se relacionar com outros territórios, rompendo com a organização espacial já estabelecida pelos sujeitos com o seu território (ROCHA; COSTA, 2010), ou como menciona a entrevistada com o lugar.

Tal fato pode ser identificado como o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), onde a criação de territórios seria representada pela territorialização, o seu abandonando ou destruição seria a desterritorialização, e a sua recriação a reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

Haesbaert (2006, p. 67) afirma que:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

Segundo Astolphi (2014), um espaço suscetível à produção de doenças, pode ser formado ao se pensar nos efeitos sociais que os empreendimentos hidrelétricos podem gerar, em decorrência das transformações causadas nos territórios, que representam para os sujeitos a própria identidade. Como pode ser constatado na fala da entrevistada:

Eu saí de lá que a barragem tirou né. E minha filha eu adoeci fui lá pra cima [Distrito de São João do Jacutinga] e minha vida era chorar. Precisa de ver, fiquei ruim (S.N.S., NR)

Geralmente no cenário de construção de hidrelétricas, é comum o foco nas populações atingidas pela área inundada, porém essa não é a única população que sofre com os impactos causados pelas hidrelétricas, outros sujeitos também são deslocados do seu território, e sofrem com o processo de desterritorialização e reterritorialização. A população montante (acima da barragem), assim como a população jusante (abaixo da barragem) também sofre impactos.

A população da zona urbana do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, localizada a 12 Km de implantação da PCH Areia, a montante do empreendimento, não sofreu com o deslocamento em função do enchimento do reservatório. Porém, vivenciou os impactos gerados indiretamente pelo empreendimento. A principal queixa dos moradores da zona urbana foi o rompimento dos laços com seus grupos socialmente estabelecidos.

Mas o hoje de Santo Antônio, eu não vejo Santo Antônio mais, aquele lugar que cê conhecia todo mundo, a gente tinha uma amizade com todo mundo, hoje tem muita gente em Santo Antônio, que eu não sei quem que é mais. Aí eu fico pensando, eu vou fazer o que em Santo Antônio, vou embora (L.C.J, NU)

O que se nota na fala da moradora do distrito, é a perda da territorialidade, decorrente da ruptura de relações sociais de um modo de vida já consolidado antes da chegada da Barragem.

Antes da construção da PCH Areia Branca os moradores se comportavam como “*Estabelecidos*” (*Insiders*), uma vez que seus laços sociais e culturais estavam constituídos há anos. A entrevistada evidencia esses laços sociais:

O pessoal reunia, dançava, e punha aquelas músicas né. Aquilo acabou. A barragem acabou com aquilo. É, foi a barragem que acabou com aquilo. Eu lembro demais disso. Era assim tradicional, tava virando tradição né, saía da missa e ligava o som no meio da rua e o povo ia dançar. Era o que tinha de lazer né? Eu acho que isso foi porque assim, desfazelou parece assim, a comunidade né. Houve uma, como é que eu posso dizer, rompeu os vínculos. (L.C.J, NU)

Segundo Ribeiro, Andrade e Moret (2015) o que caracteriza os Estabelecidos é a coesão em grupo e a tradição. No entanto, após a construção da Barragem, os moradores do Distrito perderam essa coesão em grupo, e passaram a se comportar como *Outsiders*. Tal fato pode ser constatado na fala da moradora:

Aquelas pessoas que vinham antes, que gostavam demais, tanto eu tô falando do meu comércio que funcionava bem com as pessoas daqui, gente daqui. As pessoas daqui mesmo quase não frequentou mais o comércio depois da chegada da barragem. Ficou tomado mais pelo pessoal da hidrelétrica, então os clientes de antes, acaba que eles sumiram, e não voltaram mais. (M.L.S.R., NU)

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 26) "os *outsiders* são vistos coletiva e individualmente como anômicos". Em síntese, para Souza (1995, p. 86) "o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)".

Aproximando essa citação da realidade dos atingidos do núcleo urbano do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, a construção da Barragem, fez com que os que antes eram Estabelecidos se transformassem em *Outsiders*. Fato que pode ser evidenciado na fala da entrevistada:

Ah, foi uma coisa tão ruim, que eu não sei nem explicar muito bem não. Eu sinceramente, eu sou nascida e criada aqui, eu perdi até o gosto, de morar aqui depois dessa barragem, sinceramente, porque devido assim, ao tratamento que a gente recebeu do povo, da barragem, dos empreendedores, e também do grupo que era contra a gente, parecia que não queria ver a gente bem, então isso, me tirou assim, o entusiasmo que eu tinha por aqui. Eu não tenho muito entusiasmo de morar aqui mais não. Moro porque é preciso (H.R.S, NR)

É evidente que as estruturas sociais dos moradores do núcleo urbano do Distrito foram abaladas pela construção da PCH Areia Branca. Atualmente a população vivencia o

processo de reconstrução de suas territorialidades. Dessa forma, é notório que ao realizar um projeto para implantação de um empreendimento hidrelétrico é fundamental que as questões identitárias sejam levadas em consideração, e não apenas as questões econômicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a geração de energia se constitui como uma necessidade básica para humanidade. Embora a implantação de empreendimentos hidrelétricos seja um desencadeador de impactos socioambientais, como observado neste estudo, a energia elétrica precisa ser gerada para atender a demanda de consumo da população, se constituindo dessa forma como algo necessário.

Ainda que não se tenha a pretensão de encontrar respostas definitivas quanto aos problemas apresentados pela implantação de empreendimentos hidrelétricos, este estudo buscou conhecer a percepção dos indivíduos sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da PCH Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu. O que se pretende, é apontar as restrições socioambientais que devem ser consideradas pelos empreendedores, de forma que, o processo de implantação desses empreendimentos seja conduzido de forma socialmente mais justa para as comunidades atingidas.

Em relação a percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da PCH Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu constatou-se que os entrevistados apresentam uma percepção mais negativa que positiva sobre a implantação do empreendimento hidrelétrico no Distrito, o que provavelmente está relacionado aos impactos socioambientais gerados pela construção da Barragem. Observou-se nas entrevistas a insatisfação dos sujeitos em relação as mudanças e perdas que os atingidos direta e indiretamente vivenciaram em decorrência da implantação da PCH no Distrito. O fato dessas pessoas terem que abandonar suas propriedades e casas, alterando seus espaços socialmente constituídos, desencadeou um processo de desenraizamento e enfraquecimento das identidades territoriais.

Entre as transformações econômicas ocorridas com os moradores do núcleo urbano e rural depois da instalação da PCH Areia Branca, identificou-se a ocorrência de aquecimento do comércio e o aumento do aluguel de imóveis. Esse impacto na economia foi considerado pelos entrevistados como positivo. Talvez essa visão positiva esteja relacionada a mudança na dinâmica econômica da comunidade. Isto é, mesmo diante de impactos negativos gerados pela implantação do empreendimento

hidrelétrico no Distrito, os entrevistados reconhecem que a PCH dinamizou a economia local, aumentando a arrecadação financeira de parte da comunidade através da procura de bens e serviços. No entanto nota-se que a mudança na dinâmica econômica está associada ao aumento populacional, da mesma forma, que a chegada do empreendimento aqueceu a economia, a finalização da obra e consequentemente a saída dos operários desencadeou novamente impacto na economia, levando a uma desaceleração pela procura de bens e serviços.

Em relação aos impactos negativos, os entrevistados mencionaram os culturais. Entre os impactos culturais, é possível destacar, a ruptura de laços socialmente estabelecidos entre a vizinhança, assim com a perda de bens de valor simbólico. Esses impactos culturais provocados pela implantação do empreendimento levaram ao processo desenraizamento de um território apropriado pelos atingidos, o que culminou em alterações de referenciais espaciais.

Os principais impactos citados na saúde foram: prostituição, que resultou em alguns casos de gravidez não planejadas; aumento no consumo de drogas; e incidência de casos de Febre Maculosa. Ao investigar os impactos na saúde, relacionados a desordens psicossociais e alterações do bem-estar social, na população do núcleo urbano e rural depois da instalação da PCH Areia Branca, observou-se que houve um aumento no número de casos de depressão. Os casos da doença foram desencadeados por vários motivos, desde questões de ordem financeira, até questões relacionadas ao sentimento de perda do lugar. A doença está associada principalmente a alteração no estilo de vida da população, que possuía relações sociais consolidadas, que foram alteradas com a construção da hidrelétrica no Distrito.

No que concerne as identidades territoriais, identificou-se que a territorialidade dos atingidos pela PCH Areia Branca foi alterada. A categoria que emergiu da pesquisa, evidenciou que a ocorrência de alguns impactos negativos influenciou no modo de vida da população, desencadeando um processo de enfraquecimento das identidades territoriais. A territorialização da hidrelétrica, principalmente devido ao aumento populacional motivado pela chega de operários para trabalhar na obra, induziu o processo de desterritorialização da população local.

Dessa forma, tem-se como expectativa que os resultados apresentados neste estudo possam sensibilizar o Estado, os empreendedores, a própria comunidade científica e a sociedade em geral, a fim de que novas alternativas sejam pensadas para a mitigação dos impactos causados por empreendimentos hidrelétricos. Ademais, espera-se que este estudo possa contribuir para que a voz dos atingidos por barragens seja ouvida. Pois, é necessário, que programas capazes de neutralizar os impactos negativos, contendo ações preventivas de monitoramento e controle, sejam implantadas com êxito.

Espera-se também que os responsáveis pela implantação de hidrelétricas façam uma análise crítica, e passem a levar em consideração os aspectos implícitos as populações atingidas por tais empreendimentos. Pois, ocorre que os empreendedores não levam em consideração a história, a cultura, o modo de vida das populações ao desenvolver projetos de hidrelétricas. Sendo assim necessário o desenvolvimento de políticas públicas no intuito de equacionar os problemas sociais desencadeados por hidrelétricas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de; AZEVEDO, Marcelo Romão Manhães de. Racionamento de Energia Elétrica de 2001: o Estado do Tocantins. **Eumed.Net**, Universidade de Málaga. Málaga – Espanha, 2009. Disponível em <http://www.eumed.net/libros-gratis/2009d/630/index.htm>. Acesso em: 22/01/2017.

AGUILAR, Graziela de Toni. Avaliação de Impacto Social e proposição de medidas mitigadoras: compromisso com a responsabilidade social. **PCH Notícias e SHP News**, 31, 12-17, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel de. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 521-537.

ALMEIDA, Maria Geralda de; ARRAES, Tadeu Alencar. **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013.

ALVES, José; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **A migração do trabalho para o complexo hidrelétrico madeira**. XIII Jornada do Trabalho: “A irreformabilidade do capital e os conflitos Territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho”. Pres. Prudente/SP, 2012.

ALVES, Selma de Fátima Singulano. Movimento dos Atingidos por Barragens: perspectivas teóricas de lutas práticas. **Revista Café com Sociologia**. Vol.4, Nº1. Jan. - abr. 2015.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3ª edição, Brasília, 2008.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de Informação de Geração**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: 22 de fevereiro 2017.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Gestão e Estudos Hidroenergéticos**. Disponível em www.aneel.gov.br. Acesso em: 22.out.2015.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Gestão e Estudos Hidroenergéticos**. 2015. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 22.out.2016

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Informações Técnicas – PCH's**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em: 25 de março 2017.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução 652, de 09 de dezembro de 2003**. Estabelece os critérios para o enquadramento de aproveitamento

hidrelétrico na condição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Brasília: DOU de 10/12/2003a.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 479-500, 2007.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no Nordeste brasileiro. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 26, p. 45-58, 2009.

ASTOLPHI, Joana D'Arc Vieira Couto. Território: das diferentes acepções à dinâmica do uso pelos grandes empreendimentos e as implicações na saúde coletiva. **Hygeia** 10 (18): 149 - 166, Jun/2014.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. Editora Abril Cultura. São Paulo/Sp. 1978.

BARBOSA, Eduardo Macedo; BARATA, Matha Macedo de Lima; HACON, Sandra de Souza. A saúde no licenciamento ambiental: uma proposta metodológica para a avaliação dos impactos da indústria de petróleo e gás. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 299-310, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n2/a05v17n2.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

BARCELLOS, Christovam de Castro; SABROZA, Paulo Chagastelles; PEITER, Paulo; ROJAS, Luisa Iñiguez. Organização Espacial, Saúde e Qualidade de Vida: Análise Espacial e Uso de Indicadores na Avaliação. **Informe Epidemiológico do SUS**, 11(3): 129 – 138, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortéz, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **SciELO Brasil**. Estudos Avançados: Energia Hidrelétrica. Universidade Federal de São Paulo (USP), São Paulo, SP, v. 21, n. 59, Jan - Abr 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BONNEMAISON, Joel. Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu (exNouvelles-Hébrides). **Journal de la Société des océanistes**, 1980, 36(68), pp. 181-188 (tradução).

BORGES, Rafael Rivelto; MEIRA, Renata Leite. Impactos socioambientais de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Estudo de Caso PCH-Queluz-SP e Lavrinhas-SP no Rio Paraíba do Sul. **Cadernos UniFOA**, edição especial, p. 23-35, 2009.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001a.

BORTOLETO, Elaine Mundim. **Efeitos de Grandes Projetos no Desenvolvimento Econômico e Social: O Complexo Hidrelétrico de Urubupungá em Andradina - SP**. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. V. 1. Rio de Janeiro, Maio de 2001b, p. 317-325.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Afeto da Terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiados do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis. São Paulo: Unicamp, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04 de jan. de 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.812, de 28 de janeiro de 1998**. Diário do Legislativo. Minas Gerais, 1998. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=805> Acesso em 28.dez.2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 29.nov.2016.

BRASIL. Resolução CONAMA nº . 001, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1986.

CAMPOS, Sanny Rodrigues Moreira Campos; SILVA, Vicente de Paula da. A efetividade do estudo de impacto ambiental e do licenciamento em projetos de usinas hidrelétrica. Instituto de Geografia- UFU, Programa de Pós-graduação em Geografia. **Caminhos de Geografia - revista on line**, v. 13, n. 41 (2012), p. 1 – 14.

CANDIANI, Giovano; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; CENDRETTI, Elisângela Cristina; SANTOS, Eliane Melo Dos; BIONDI; Ana Elisa Chicarino. Estudo de caso: aspectos socioambientais da pequena central hidrelétrica (PCH)-Queluz-SP, na bacia do rio Paraíba do Sul. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 25, p. 98-119, 2013.

CARVALHO, Orlando Albani de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Migrações compulsórias, lugar e territorialidade na construção de hidrelétricas no rio Uruguai**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

CARVALHO, Sérgio Teixeira de. **Identidade e pertencimento**. 2013. Disponível em: <http://cocriar.wordpress.com/>. Acesso em: 04 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Volume II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena Souza. **Convite à Filosofia**. 2.ed. São Paulo: ática, 2001. 440p.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

CMB - COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões: o relatório da Comissão Mundial de Barragens: sumário**. 2000. Disponível em: <http://www.dams.org/report/wcd_sumario.htm> . Acesso em 27 de março de 2016.

COSTA, Laís Silveira; GADELHA, Carlos Augusto Grabois; MALDONADO, José; SANTO, Marcelo; METTEN, Antoine. O complexo produtivo da saúde e sua articulação com o desenvolvimento socioeconômico nacional. **Revista do Serviço Público Brasília** 64 (2): 177-199 abr/jun 2013.

DAMASCENO, Isabelle Aparecida. **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): conceitos, normas e a PCH Malagone**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2014.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques desidentités. **Annales de Géographie**, 2004, v. 113, n. 638-639, p. 339-362 (tradução).

DIAS, Alfrancio Ferreira. Dos estudos culturais ao novo conceito de identidade. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, Ano 5, Volume 9 | jan-jun de 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ELETROBRÁS. Eletrobrás: **Histórico**. Disponível em: <http://www.eletronorte.gov.br/elb/main.asp?Team={5509CA89-1D49-44C9-905C-9B159FFC4935}>. Acesso em: 12.jan.2017.

ELETRONORTE. Eletrobras/Eletronorte: **Histórico**. Disponível em: <http://www.eln.gov.br>. Acesso em: Acesso em: 12.jan.2017.

ELETROSUL. Eletrobras/Eletrosul: **Histórico**. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/a-empresa/quem-somos/historico> Acesso em: Acesso em: 12.jan.2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. Desenvolvimento e progresso: a permanência dos discursos na ocupação recente do território mato-grossense. **Revista direitos, trabalho e política social**, v. 2, n. 3, p. 185-202, 2016.

FELISBERTO, Caroline Baesso; WESTRUP, Cristiane. **A violação dos direitos fundamentais garantidos no texto constitucional, a dignidade da pessoa humana, a liberdade. Uma análise sobre o documentário “Belo Monte, anúncio de uma guerra”**. Amicus Curiae 11, 2014.

FENILLI, G. Zomer. **Impactos Sócio-Ambientais Causados pela Implantação da Usina Hidrelétrica Itá**. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC Florianópolis, 6 a 10 de Outubro 2002.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos socioambientais de grande barragens e desenvolvimento: a percepção dos atores locais sobre a usina hidrelétrica de Serra da Mesa**. Tese de doutorado do Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília. 2010.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa?** 4.ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa; SANTOS, Fabiane Konowaluk. Desenvolvimento, saúde e meio ambiente: contradições na construção de hidrelétricas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 501-522, 2015.

GONDIM, Grácia M. M.; MONKEN, Maurício; ROJAS, Luisa Iñiguez; BARCELLOS, Christovam; PEITER, Paulo; NAVARRO, Marli; GRACIE, Renata. O Território da Saúde: A organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, Ary Carvalho; BARCELLOS, Cristovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Maurício (Orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GRISOTTI, Márcia. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 291-309, 2016.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. Sociologia – Problemas e práticas. Nº 13. 1993. Pg 59-74.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. N. 2, v. 1, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR. V. 9, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**. Ano IX. N. 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgrafia**, V. 4, N. 7, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HÜFFNER, Anelise. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) – Alternativa ou outro grande problema? In: **Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: Guias para ONGS e Movimentos Sociais**. Coordenação e revisão Anelise Hüffner e Bruna Cristina Engel. – ed. atual. – Porto Alegre: Amigos da Terra – NatBrasil, 2011, p. 100-103.

KUDLAVICZ, Mieczslau. Usinas hidrelétricas: impacto sócio-ambiental e desagregação de comunidades. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

LATINI, Juliana Ribeiro; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Examinando as contradições em torno das Pequenas Centrais Hidrelétricas como fontes sustentáveis de energia no Brasil. Edição Especial **Nexo Água e Energia**, v. 37, p. 73-90, maio 2016.

LIMA, Paulo Cesar Vicente de; VASCONCELOS, Vitor Vieira. Impactos sociais de hidrelétricas: avaliação dos planos de Assistência Social – PAS – no Estado de Minas Gerais, Brasil. In: MAIA, Leonardo Castro; CAPELLI, Sílvia; PONTES, Felício Júnior. **Hidrelétricas e Atuação do Ministério Público na América Latina**. Red. Latino Americana de Ministério Ambiental. Pág. 175 – 204. 2013.

LIMIAR - Consultoria em Engenharia Ambiental. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA: Aproveitamento Hidrelétrico Areia Branca.** Belo Horizonte/MG. 2001.

LIMIAR – Consultoria em Engenharia Ambiental. **Plano de Controle Ambiental: PCH Areia Branca.** Belo Horizonte/ MG, 2001.

MACEDO, Bernardo Vaz de. **Conhecimento, natureza e sociedade no campo ambiental de Minas Gerais: um estudo com ambientalistas e técnicos de órgãos estatais de meio ambiente.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira, *et al.* Aspectos sociais na avaliação de impactos de construção de barragens em ambientes fluviais. **Revista Valore**, Volta Redonda, 1 (1): 147-158, Dezembro/2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 6ª edição, 2007.

MASSOLI, Elma Coelho; BORGES, Fabricio Quadros. Análise das externalidades geradas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e o processo de desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão.** Ano 12, n. 28, out./dez., 2014, p. 251-278.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** São Paulo: Edições Loyola, 2003. 2ª.ed. 203p.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996. 662p. (Coleção Trópicos).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Febre Maculosa.** Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/febre-maculosa>. Acesso em 21.dez.2016.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia, pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1997. 138 p.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. **A luta dos Atingidos por Barragens contra as transnacionais pelos direitos e pela soberania energética.** Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo, 2008. Cartilha Pedagógica.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento.** São Paulo: Makron Books, 1995.

NASCIMENTO, Aline Cristina; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Território, barragens hidrelétricas e seus efeitos sobre populações camponesas.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da

Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG. 2012.

NOGUEIRA, Narayana de Jesus. **A Usina Hidrelétrica cachoeira do Emboque – MG: o significado da barragem para os atingidos.** Viçosa, 2007. 93p. Dissertação/Mestrado. Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa.

NORONHA, Regina Lúcia F. de; DELIZA, Rosires; SILVA, Maria Aparecida A. P. da. A expectativa do consumidor e seus efeitos na avaliação sensorial e aceitação de produtos alimentícios. **Alim. Nutr.**, Araraquara v.16, n.3, p. 299-308, jul./set. 2005

NUNES, Maiana Farias Oliveira; PIRES, Jeferson Gervasio. AZEVEDO, Cecília; HUTZ, Claudio Simon. Satisfação e autonomia nas atividades de lazer entre universitários. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 16(1), 91-103. São Paulo, SP, jan.-abr. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária.** São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Fernando da Silva Oliveira; SILVA, Vicente de Paulo da. **Grandes empreendimentos hidrelétricos e efeitos socioespaciais: a usina hidrelétrica de Miranda, no município de Indianópolis-MG.** Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 5, n.1, p 70 - 85. Janeiro/Julho. 2015.

PASE, Hemerson Luiz; MÜLLER, Matheus; MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Remanejamento da população atingida por usinas hidrelétricas como política pública.** Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 3, n. 1-2, 2012.

PENIDO, Marina. **A Hidrelétrica de Candonga/MG e a Produção Capitalista do Espaço: Conflitos, Resistências e Re-existências do Lugar.** IV Encontro Nacional da Anppas, Brasília, Brasil, junho de 2008.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Saneamento e saúde pública: integrando homem e meio ambiente. In: PHILIPPI JR, A. (org.). **Saneamento saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Manole, 2005.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos. Avaliação do impacto ambiental: diretrizes e métodos. In PHILIPPI JÚNIOR, A. (org.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Manole: Barueri/São Paulo, 2005.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de Lucir; ALVES, Reinaldo; KARPINSKI, Cezar; PIFFER, Moacir. Apontamentos sobre a Economia dos Municípios Atingidos pelas Hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 104, p. 103- 123, jan./jun. 2003.

PIERRO JUNIOR, Miguel Thomaz Di. **O efetivo exercício da segurança pública**. Tese de doutoramento, FDUSP, fevereiro, 2008.

PINHEIRO, Márcia Estarque. A primeira entrevista em psicoterapia. **Revista IGT na Rede**, v. 4, nº 7, 2007, p.136-157. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/>

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. Campinas, 2007. 220p. Dissertação/Mestrado. Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos. Faculdade de Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas.

PONDÉ, Milena Pereira; CAROSO, Carlos. Lazer como fator de proteção da saúde mental. **Revista Ciências Médicas** 2003; 12: 163-72.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. revista e ampliada. Belo Horizonte, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPAZO, Adriana Vinholi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **Identidades naufragadas**: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. Cad. EBAPE.BR, v. 11, nº 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Mar. 2013.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Aurení Moraes; ANDRADE, Luana Cardoso de; MORET, Artur de. Os estabelecidos e os *outsiders* da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez., 2015.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

ROCHA, Gabriela Silveira; COSTA, José Eloízio da. **Do território à desterritorialização**: o caso dos atingidos pela barragem de anagé (BA). Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre – RS, 2010.

ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos. **A judicialização da questão hidrelétrica no Brasil**. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT10/GT10_RochaHTedescoJ.pdf. Acesso em: 21.dez.2016.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas**: impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. Tese apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em

Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus, 2013.

ROSA, Luiz Pinguelli. Os grandes projetos e o setor elétrico. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coord.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. p. 9-14.

SAMPIERI, Roberto Hernandez ; COLLADO, Carlos Fernández ; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 624p.

SANTINHA, Gonçalo. Cuidados de saúde e território: um debate em torno de uma abordagem integrada. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 815-829, 2013.

SANTOS, S. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica**. *Jornal de Pediatria*, 75:401-406, 1999.

SANTOS, Elder Cerqueira; SOUSA, Diogo Araujo de. Fatores associados ao uso de preservativo entre trabalhadores da construção civil. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 1, p. p. 53-60, 2014.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. **O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania**. *Revista Direito e Práxis*: Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. *et al.* (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Editora Lamparina. Rio de Janeiro. p. 13-21, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAQUET, Marco Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Redescobrimo Territórios com professor Dr. Marcos Aurelio Saquet. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, v.4, n.12, p. 167-173, dez. 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, n. 13, p. 118-127, 2008.

SCHAPPO, Mateus. **A Retomada do Crescimento no Setor Energético Através da Concessão de Serviços e das Parcerias Público-Privadas (PPP)**. Florianópolis, 2008. 142p. Dissertação/Mestrado. Desenvolvimento regional e urbano. Programa de

Pós-graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

SCUDDER, Thayer. **Social impacts of large dam projects**, Large Dams – Learning from the Past, Looking at the Futurepg. IUCN / The World Bank, Switzerland, April, 1997.

SEAMAN, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. **Geograficidade**. V. 3, n. 2, P. 4-18, 2013.

SILVA, Andreia Jorge *et al.* **Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores**. 2016.

SILVA, Luciano Pereira da; VERSIANI, Isabela Veloso Lopes; PEREIRA, Laurindo Mékie; VIEIRA, Ana Cecília Correa; FERREIRA, Jeisione Afonso. **Cultura, território e lazer em Montes Claros/MG: a animação cultural em perspectiva**. XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2011.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim; SILVA, Vicente de Paulo da. Efeitos e processos de (des)territorialização na implantação da UHE de Aimorés (MG). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 13, n. 42 jun/2012 p. 104–115 Página 104.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Grandes empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari-MG: riscos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios**. Anais Encontro Internacional de Vulnerabilidades e Riscos Socioambientais Rio Claro (SP) - Brasil – 10, 11 e 12/12/2014.

SILVEIRA, Missifany. **A implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e à saúde com as transformações no território: o caso da UHE de Belo Monte**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília 2016.

SIMÃO, Berenice Perpétua; ATHAYDE, Simone. Resiliência socioecológica em comunidades deslocadas por hidrelétricas na Amazônia: o caso de Nova Mutum Paraná, Rondônia. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, n. 2, p. 104-117, mai/ago 2016.

SOUZA, Edevaldo Aparecido *et al.* As populações ribeirinhas e a ansiedade gerada pelo projeto de construção da hidrelétrica Caçu (GO). In **X ERGEO** – Simpósio Regional de Geografia. Abordagens geográficas do cerrado: paisagens e diversidade. Universidade de Goiás, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995, p. 77 - 116.

STOLERMAN, Paula; SANTOS, Sheila Castro dos; SILVA, Adnilson de Almeida; FLORIANI, Nicolas. A implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau no rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 371-387, jul/dez. 2014.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos avançados** 26 (74), 2012.

TREVISAN; Adriana Hofmann; RIBEIRO, Ivan Luiz Silva. Hidrelétrica de Belo Monte: da promessa a realidade - região Xingu – Pará – Amazônia – Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, mayo de 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/05/hidreletrica.html>. Acesso em: 21 de jan de 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente. Lisboa: Difel, 1974.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e sua aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, F.G.B. Implantação de grandes hidrelétricas. **Travessia**. Janeiro-Abril, 1990, p.18-24.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de atingido: uma revisão do debate. In ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. **Recursos hidráulicos**: questões sociais e ambientais. **Estudos avançados** 21 (59), 2007.

VALA, José. Análise de conteúdo. In SILVA, Alceu., PINTO, João. (orgs). **Metodologia em Ciências Sociais**. Porto, Edições Apontamentos. 1986.

VARGAS, Rosane Maciel de Araújo; SOUZA, Juliana Mio; LOCH, Carlos. **Algumas Considerações sobre a Avaliação da Paisagem na Área de Influência para Implantação de Hidrelétricas**. Anais do COBRAC 2004 (Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário), UFSC Florianópolis, 10 a 14 de Outubro 2004, p. 1-14, 2004.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Rio de Janeiro, 2003. 191p. Dissertação/Mestrado. Programas De Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WCD - WORLD COMMISSION ON DAMS. **The Report of The World Commission on Dams**. London: Earthscan Publications, 2000.

WERNER, Dennis. **Psycho-social stress and the construction of a flood-control dam in Santa Catarina, Brazil**. Human Organization. v. 44, n. 2, p. 161 - 167, 1985.

WHOQOL Group. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.). **Quality of life assessment: international perspectives**. Heidelberg: Springer, 1994. p.41-60.

WIECZYNSKI, Marineide Maria. **O significado da ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais: uma questão em debate**. Dissertação/Programa de pós-graduação em serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica**. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>. Acesso em: 20.dez.2016.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health**. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Human health and dams: the World Health Organization's submission to the World Commission on Dams (WCD)**. Geneva: World Health Organization, 2000. 39p

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, klemens; PEREIRA, Doralice B. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: **A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288 p.

ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: **Vidas Alagadas Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens**. ROTHMAN, Franklin Daniel. Viçosa: Editora UFV, 2008.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

INSTRUÇÕES IMPORTANTES

1. Esta pesquisa se destina a fins puramente científicos.
2. Para que os resultados sejam uma representação da realidade, é necessário que as respostas dadas sejam sinceras. Não existe uma resposta melhor e outra pior, todas as respostas são igualmente importantes.
3. Para que possamos melhor aproveitar seu testemunho, se as perguntas não lhe causarem algum tipo de constrangimento, ou dificuldades éticas, pedimos que responda a todas as questões que dizem respeito à realidade, isto é, ao modo como você pensa.
4. Em caso de dúvidas, pergunte, sua contribuição será mais efetiva caso tire todas as dúvidas que tiver, junto ao entrevistador.
5. Salientamos que sua participação na presente pesquisa se faz mediante seu livre consentimento. Os dados obtidos nas entrevistas por todos os participantes serão utilizados para fins acadêmicos e de publicação em revista científica. O fato de não haver identificação nesse formulário, e no registro eletrônico garante o anonimato dos autores das respostas às questões propostas.

- 1- O que você tem a dizer da construção da barragem na região?
- 2- Como pensava que seria as coisas depois da chegada da Barragem?
- 3- E a comunidade, o que eles esperavam com a chegada da Barragem?
- 4- O que mudou em Santo Antônio depois que a Barragem chegou?
- 5- O que você acha da atuação do pessoal do consórcio? (...) E das propostas de negociações feitas por eles?
- 6- O que você acha do PAS (Posto de Assistência Social)?
- 7- Há quantos anos você mora nessa casa? Como é a relação entre os vizinhos?
- 8- Como era a vida na comunidade antes da chegada da Barragem, quando eles chegaram e depois que eles foram embora?
- 9- E na saúde, você observou alguma mudança?
- 10- Como vocês descansam, ou, o que fazem nos momentos que não estão trabalhando? (...) Como as pessoas divertem ou descansam aqui? (...) O que fazem aos sábados e domingos?
- 11- De todas mudanças que aconteceram na localidade, existe alguma coisa que você gostaria que fosse diferente?

ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DOS INDIVÍDUOS SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA IMPLANTAÇÃO DA PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA AREIA BRANCA EM SANTO ANTÔNIO DO MANHUAÇU

Pesquisador: Ana Lígia de Souza Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 56534916.3.0000.5157

Instituição Proponente: Fundação Percival Farquhar/ FPF

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.611.566

Apresentação do Projeto:

A apresentação do Projeto está de acordo com as normas e comporta todos os elementos necessários.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem em vista estudos multidimensionais quanto a impactos sobre a população na construção de centrais elétricas; aspecto muito significativo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto prevê os benefícios que advêm destes conhecimentos e também eventuais riscos. Esses são previstos e corretamente orientam-se eventuais desconfortos ou incertezas para que sejam sanados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este é um campo de pesquisa significativo em vista dos impactos às vezes irreversíveis sobre a vida das pessoas; não são raros os descasos nestes empreendimentos. Merece atenção.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram contemplados. O TCLE apresenta-se com linguagem adequada com os eventuais entrevistados.

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - Bl F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (11)1111-1111 Fax: (33)3279-5543 E-mail: cep@univale.br

UNIVERSIDADE VALE DO RIO
DOCE/ FUNDAÇÃO PERCIVAL
FARQUHAR- FPF



Continuação do Parecer: 1.611.566

Recomendações:

A Comissão de Ética não apresenta recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto foi aprovado pela Comissão de Ética sem a menção de inadequações no que diz respeito aos aspectos éticos do mesmo.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP, em reunião ordinária, acompanhou o parecer do relator e decidiu que o parecer do projeto avaliado é aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO 722833.pdf	30/05/2016 16:40:38		Acelto
Folha de Rosto	documento.pdf	30/05/2016 16:39:13	Ana Lígia de Souza Pereira	Acelto
Cronograma	Cronograma.docx	24/05/2016 11:23:57	Ana Lígia de Souza Pereira	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	24/05/2016 11:21:32	Ana Lígia de Souza Pereira	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	20/05/2016 10:18:03	Ana Lígia de Souza Pereira	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOVERNADOR VALADARES, 28 de Junho de 2016

Assinado por:
Ivana Cristina Ferreira Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Israel Pinheiro 2000 - BI F1 - Sala 02
Bairro: Universitário CEP: 35.020-220
UF: MG Município: GOVERNADOR VALADARES
Telefone: (11)1111-1111 Fax: (33)3279-5543 E-mail: cep@univale.br

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1 - Identificação do Responsável pela execução da pesquisa:

Título: Implantação da central hidrelétrica Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu: percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais

Natureza do Projeto: Pesquisa

Pesquisador Responsável: Ana Lígia de Souza Pereira

Contato com pesquisador responsável:

Rua Benjamim Rodrigues Coelho, 111 – Bairro Santa Rita – CEP 35040-080
Governador Valadares/MG

Telefone (s): (33) 984134363 ou (31) 993162709

Comitê de Ética em Pesquisa

Rua Israel Pinheiro, 2000 – Campus Universitário – Tel.: 3279 5575

2 – Informações ao participante ou responsável:

1) Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: Implantação da central hidrelétrica Areia Branca no território de Santo Antônio do Manhuaçu: percepção dos sujeitos sobre os impactos socioambientais, na área de Saúde Coletiva.

2) A pesquisa terá como objetivo geral conhecer a percepção da população de Santo Antônio do Manhuaçu sobre os impactos socioambientais causados pela implantação da PCH Areia Branca.

3) Você irá responder para mim perguntas sobre: (i) Quais as mudanças você observou após a instalação da barragem no distrito?; (ii) qual sua opinião sobre as mudanças que ocorreram após a instalação da barragem no distrito?

4) Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações que informam sobre o procedimento: 4.1) Serão feitas algumas perguntas. Ao respondê-las, é muito importante que suas respostas sejam sinceras. Caso alguma pergunta lhe provoque constrangimento, você não precisará responder. Peça ao entrevistador para passar para a próxima pergunta. Durante a entrevista, o entrevistador irá gravar suas respostas. Ao final, você poderá verificar se os registros estão de acordo com suas respostas, bem como se foi feita qualquer registro que possa identificá-lo (a). Você tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento durante a entrevista, podendo até mesmo, solicitar que seja apagado o registro feito até o momento. 4.2) Sua participação será apenas para fornecer as respostas às perguntas. O tempo previsto para a entrevista é de trinta minutos.

5) Você poderá se recusar a participar da pesquisa em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

6) A sua participação na pesquisa será como voluntário, não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

7) A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: durante a entrevista você pode ter medo ou insegurança quanto à melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo desconforto

ou constrangimento; temor de que possa no futuro ser identificado como fornecedor de algum dado desconcertante levantado nessa investigação.

8) Preveem-se como benefício da realização dessa pesquisa: contribuir para que a voz dos atingidos por barragens seja ouvida através dos estudos qualitativos e que esse tipo de pesquisa se torne um instrumento de sensibilização para o Estado, os empreendedores, a própria comunidade científica e a sociedade geral, a fim de que novas alternativas sejam pensadas para a mitigação dos impactos e, portanto, que pelo menos sejam atendidas as necessidades dos grupos sociais atingidos pelas barragens.

9) Serão garantidos o anonimato e privacidade aos participantes, assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometê-lo. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes dos participantes.

10) Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas por meio de resumos, artigos e Dissertação de Mestrado.

11) Todo material será arquivado por um período de 5 anos, no Núcleo de Pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS) da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), localizado no bloco F101.

Confirmando ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

Santo Antônio do Manhuaçu/Caratinga, _____ de _____ de 2016.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____